

SERVIÇO SOCIAL, CONSERVADORISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS: DISPUTAS E ENFRENTAMENTOS

Organizadoras:
Adriana Ramos | Luciana Gonçalves Pereira de Paula



**SERVIÇO SOCIAL, CONSERVADORISMO E
MOVIMENTOS SOCIAIS:
DISPUTAS E ENFRENTAMENTOS**

Adriana Ramos
Luciana Gonçalves Pereira de Paula
(Orgs.)

**SERVIÇO SOCIAL, CONSERVADORISMO E
MOVIMENTOS SOCIAIS:
DISPUTAS E ENFRENTAMENTOS**





www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia - MG
Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações
Projeto gráfico e diagramação: Gabriel Lucena

Copyright © by autor, 2026.

S492 – RAMOS, Adriana; PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. Serviço social, conservadorismo e movimentos sociais: disputas e enfrentamentos. Uberlândia: Navegando Publicações, 2026.

ISBN: 978-65-6070-179-3

DOI -10.29388/978-65-6070-179-3-0

1. Serviço Social 2. Movimentos Sociais 3. Trabalho. 4. Profissão. I. Adriana Ramos - Luciana Gonçalves Pereira de Paula. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 361.3

Índice para catálogo sistemático
Serviço Social 360



NAVEGANDO

Navegando Publicações

www.editoranavegando.com

editoranavegando@gmail.com

Uberlândia - MG

Brasil

EDITORES

Lurdes Lucena - Esamc - Brasil

Carlos Lucena - UFU - Brasil

José Claudinei Lombardi - Unicamp - Brasil

José Carlos de Souza Araújo - Uniube/UFU – Brasil

CONSELHO EDITORIAL MULTIDISCIPLINAR

PESQUISADORES BRASILEIROS

Anderson Brettas - IFTM - Brasil

Anselmo Alencar Colares - UFOPA - Brasil

Carlos Lucena - UFU - Brasil

Carlos Henrique de Carvalho - UFU, Brasil

Cílson César Fagiani - Uniube - Brasil

Dermeval Saviani - Unicamp - Brasil

Elmiro Santos Resende - UFU - Brasil

Fabiane Santana Previtali - UFU, Brasil

Gilberto Luiz Alves - UFMS - Brasil

Inez Stampa - PUCRJ - Brasil

José Carlos de Souza Araújo - Uniube/UFU - Brasil

José Claudinei Lombardi - Unicamp - Brasil

Larissa Dahmer Pereira - UFF - Brasil

Livia Diana Rocha Magalhães - UESB - Brasil

Marcelo Caetano Parreira da Silva - UFU - Brasil

Mara Regina Martins Jacomeli - Unicamp, Brasil
Maria J. A. Rosário - UFPA - Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan - Unicamp, Brasil
Paulino José Orso - Unioeste - Brasil
Ricardo Antunes - Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França - UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira - UFF - Brasil
Valeria Lucília Forti - UERJ - Brasil
Yolanda Guerra - UFRJ – Brasil

PESQUISADORES INTERNACIONAIS

Alberto L. Bialakowsky - Universidad de Buenos Aires - Argentina.
Alcina Maria de Castro Martins - (I.S.M.T.), Coimbra - Portugal
Alexander Steffanell - Lee University - EUA
Ángela A. Fernández - Univ. Aut. de St. Domingo - Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega - Pont. Un. Cat. M. y Me - Rep. Dominicana
Armando Martinez Rosales - Universidad Popular de Cesar - Colômbia
Artemis Torres Valenzuela - Universidad San Car. de Guat. - Guatemala
Carolina Crisorio - Universidad de Buenos Aires - Argentina
Christian Cwik - Universität Graz - Austria
Christian Hausser - Universidad de Talca - Chile
Daniel Schugurensky - Arizona State University - EUA
Elizet Payne Iglesias - Universidad de Costa Rica - Costa Rica
Elsa Capron - Université de Nîmes / Univ. de la Reunión - France
Elvira Aballi Morell - Vanderbilt University - EUA.
Fernando Camacho Padilla - Univ. Autónoma de Madrid - Espanha
José Javier Maza Avila - Universidad de Cartagena - Colômbia
Hernán Venegas Delgado - Univ. Autónoma de Coahuila - México
Iside Gjergji - Universidade de Coimbra - Portugal
Iván Sánchez - Universidad del Magdalena - Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora - México
Lionel Muñoz Paz - Universidad Central de Venezuela - Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro - Universidad del Magdalena - Colômbia
José Jesus Borjón Nieto - El Colégio de Vera Cruz - México
José Luis de los Reyes - Universidad Autónoma de Madrid - Espanha

Juan Marchena Fernandez - Universidad Pablo de Olavide - Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador - Equador
Lerber Dimas Vasquez - Universidad de La Guajira - Colômbia
Marvin Barahona - Universidad Nacional Aut. de Honduras - Honduras
Michael Zeuske - Universität Zu Köln - Alemanha
Miguel Perez - Universidade Nova Lisboa - Portugal
Pilar Cagiao Vila - Universidad de Santiago de Compostela - Espanha
Raul Roman Romero - Univ. Nacional de Colombia - Colômbia
Roberto Gonzáles Aranas -Universidad del Norte - Colômbia
Ronny Viales Hurtado - Universidad de Costa Rica - Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos - Universidad de Granada - Espanha
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva - Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy - Universidad de la Habana - Cuba
Silvia Mancini - Université de Lausanne - Suíça
Teresa Medina - Universidade do Minho - Portugal
Tristan MacCoaw - Universit of London - Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha - Univ. Cat. N. Señora de la Asunción - Paraguai
Yoel Cordoví Núñez - Instituto de História de Cuba v Cuba - Cuba

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
----------------	---

Marileia Goin

APRESENTAÇÃO	14
--------------------	----

PARTE I - FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL	19
---	----

I - OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL E OS NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES: TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	20
---	----

Rodrigo José Teixeira

II - O DEBATE DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL – DIFERENTES ABORDAGENS E CONCEPÇÕES NA PRODUÇÃO DA ÁREA	49
--	----

Jude de Oliveira Bento da Silva - Larah Fábila Miranda Pereira - Luciana
Gonçalves Pereira de Paula

PARTE II - CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL	78
---	----

III - AS PRIMEIRAS SISTEMATIZAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: NOTAS SOBRE A INFLUÊNCIA DAS PERSPECTIVAS CONSERVADORAS ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1960.....	79
---	----

Adriana Ramos - Maria Angelina Baia de Carvalho de Almeida Camargo

IV - A RUPTURA COM A HEGEMONIA CONSERVADORA E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIO- NAL CRÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	109
---	-----

Diego Tabosa da Silva

V - OS PROJETOS PROFISSIONAIS EM DISPUTA NO SERVIÇO
SOCIAL BRASILEIRO: O AVANÇO DO NEOCONSERVADO-
RISMO E DO SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO NA ATUALIDADE 137

Ana Carolina do Nascimento Rodrigues

PARTE III - SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS..... 163

VI - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA UMA ABORDAGEM
CRÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS 164

Juliano Zancanelo Rezende

VII - SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E O
FORTALECIMENTO DO PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO 192

Taciane Couto Gonçalves

AUTORES 217

PREFÁCIO

Rigor analítico, ineditismo e relevância acadêmica. É assim que caracterizo a coletânea *Serviço Social, Conservadorismo e Movimentos Sociais – disputas e enfrentamentos*, obra que se insere no cerne dos debates mais urgentes e necessários para o Serviço Social brasileiro contemporâneo. Como professora e pesquisadora dedicada à temática dos fundamentos da profissão, reconheço neste livro o espelho das inquietações e das potências que movem a nossa área, especialmente em um cenário de complexas transformações sociais e políticas.

Mais do que uma compilação de textos, esta obra se configura como um manifesto acadêmico-político. Reafirma a centralidade dos Fundamentos do Serviço Social não como um saber estático, mas como bússola que baliza a formação e o **trabalho do/a assistente social**. Em tempos de acirramento das polarizações políticas no Brasil, aprofundar o debate sobre as bases teóricas, históricas e ético-políticas que sustentam a profissão constitui um ato de resistência e de reafirmação de um projeto profissional comprometido com uma sociedade radicalmente anticapacitista, antirracista, antilgbtfóbica e antimachista – uma definitiva luta frontal contra todas as formas de exploração e opressão.

A coletânea ora apresentada, pulsa com o vigor de uma nova geração de pesquisadores/as que, com rigor e engajamento, desvelam as dimensões que atravessam o Serviço Social. Os artigos aqui reunidos percorrem desde a gênese da profissão – marcada por influências conservadoras – até os desafios atuais impostos pelo capitalismo em sua fase mais regressiva. Como fio condutor, destaca-se a defesa intransigente de um projeto de profissão alicerçado na tradição marxista – bússola do Serviço Social no Brasil.

Cada capítulo desta coletânea contribui para a construção de um mosaico que evidencia tanto a riqueza do Serviço Social brasileiro quanto os desafios que balizam a profissão nas últimas décadas. Trata-se de uma profissão que não se distancia da realidade – pois é nela que

encontra uma de suas bases e alicerces profissionais –, mas que também não pode submergir sem o amparo do pensamento crítico e da capacidade de apreender as contradições sociais, políticas e conjunturais. A linha é tênue: exige profissionais atentos ao tempo presente, teoricamente preparados e tecnicamente habilitados para o exercício da profissão.

Nesse sentido, a coletânea reafirma sua relevância acadêmico-profissional. Ao longo de seus sete capítulos, somos convidados a sair da zona de conforto e a nos engajar nas reflexões que transitam entre disputas que atravessam o Serviço Social. Uma profissão que, embora distinta de sua gênese, precisa recusar a ideia de imutabilidade da vida social e se reinventar frente às transformações históricas, especialmente a partir dos anos de 1990.

Rodrigo José Teixeira, no capítulo intitulado "Os Fundamentos do Serviço Social e os Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares: trabalho e formação profissional", abre a coletânea de forma primorosa. O autor aponta pistas para a compreensão dos fundamentos, destacando a importância do método materialista histórico e dialético como ferramenta indispensável para apreender o significado social da profissão na sociedade capitalista brasileira. Teixeira nos convida a revisitar as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, não como um documento estático, mas como um marco dinâmico que delineia a formação profissional a partir da articulação dos três núcleos de fundamentação (da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional), constituindo-se em um espaço privilegiado para a construção de uma perspectiva crítica no Serviço Social.

Complementando essa perspectiva teórica, o trabalho de Jude Silva, Larah Pereira e Luciana de Paula, denominado "O debate dos Fundamentos do Serviço Social – diferentes abordagens e concepções na produção da área", oferece um mapeamento valioso e atualizado do debate sobre os fundamentos na produção acadêmica recente. Ao analisar os anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), os autores nos fornecem

um panorama de como a categoria tem conduzido as pesquisas sobre a temática. Os dados apresentados não apenas confirmam a vitalidade do debate, mas também apontam para a necessidade de aprofundamento sob a égide do pensamento crítico.

A compreensão da trajetória histórica da profissão é fundamental para situar o debate atual e evitar anacronismos. Nesse sentido, o artigo de Adriana Ramos e Maria Angelina Camargo, "As primeiras sistematizações do Serviço Social para a produção de conhecimento: notas sobre a influência das perspectivas conservadoras entre as décadas de 1940 a 1960", nos transporta às influências conservadoras que sustentaram os fundamentos da profissão, oferecendo um contraponto essencial para entender o processo de ruptura e a construção do projeto crítico hegemônico pelas entidades organizativas da categoria.

Aprofundando a análise sobre a ruptura com o conservadorismo, Diego Tabosa da Silva, em "A ruptura com a hegemonia conservadora: a construção do projeto ético-político profissional crítico", explora a "guinada à esquerda" da profissão. O autor situa essa transformação no contexto das profundas alterações políticas e sociais do Brasil, especialmente a partir da segunda metade da década de 1960, período marcado pela ditadura civil-militar e pela efervescência dos movimentos sociais. O artigo é um lembrete poderoso de que o projeto crítico não é um dado, mas uma construção histórica, permeada por tensões e embates, que exige constante vigilância e reafirmação diante das ameaças à democracia e aos direitos sociais.

O capítulo de Ana Carolina do Nascimento Rodrigues, "Os Projetos Profissionais em disputa no Serviço Social Brasileiro: o avanço do neoconservadorismo e do Serviço Social Clínico na atualidade", lança luz sobre a disputa de hegemonia no Serviço Social brasileiro. A autora alerta para o avanço do neoconservadorismo e do Serviço Social Clínico, demonstrando como essas tendências, sob novas roupagens, buscam despolitizar a profissão e desviar o compromisso profissional com os interesses da classe trabalhadora. Este artigo é um chamado à

atenção para os riscos de um ecletismo teórico-metodológico, para a necessidade inadiável de reafirmar as conquistas históricas da profissão e para o compromisso de constante atualização da profissão, em face da dinamicidade conjuntural.

Finalizam a obra, os capítulos de Juliano Zancanelo Rezende e Taciane Couto Gonçalves, que ampliam o escopo da coletânea, conectando os Fundamentos do Serviço Social aos movimentos sociais e à luta de classes. Juliano Rezende, em "Pressupostos teóricos para uma abordagem crítica dos movimentos sociais", oferece os pressupostos teóricos para uma análise rigorosa dos movimentos sociais, enfatizando a luta de classes como eixo explicativo central. O autor nos mostra como a compreensão das dinâmicas de poder e resistência é crucial para o trabalho de assistentes sociais. Taciane Gonçalves, por sua vez, em "Serviço Social, movimentos sociais e o fortalecimento do projeto profissional crítico", sintetiza a relação orgânica entre o Serviço Social e os movimentos sociais, demonstrando como essa aproximação é vital para o fortalecimento de um projeto profissional criticamente sustentado. Ambos os artigos reforçam a ideia de que o trabalho profissional não se restringe ao âmbito individual, mas se insere em um contexto mais amplo de busca por uma sociedade em que a solidariedade de classe e o apoio às lutas democráticas e emancipatórias são pilares inegociáveis.

Esta coletânea, portanto, não se limita a revisitar o passado ou a descrever o presente. Ela é um instrumento potente para a construção do futuro. Ao articular história, teoria e método, oferece subsídios fundamentais para que as novas gerações de assistentes sociais.

Defender os fundamentos do Serviço Social, como demonstram os textos, não é um exercício nostálgico, mas condição indispensável para que formação e trabalho profissional estejam atentos ao tempo presente e socialmente comprometidas.

Em síntese, trata-se de uma coletânea que convida ao debate permanente. Os fundamentos do Serviço Social não são um campo fechado ou concluído; ao contrário, são um terreno em constante

tensão, atravessado pelas transformações da realidade e pelas disputas teóricas do bojo profissional.

Sem exagero, esta obra se apresenta como farol para os debates futuros, catalisadora de novas pesquisas e estímulo à ação crítica. Que a força desta nova geração, que aqui se manifesta com firmeza, ecoe e nos inspire a construirmos um Serviço Social cada vez mais vivo, crítico e politicamente posicionado.

Mergulhe nas páginas a seguir! A leitura é, sem dúvida, indispensável!

Brasília, outono de 2026.

Marileia Goin
Professora Associada do Departamento de Serviço Social da
Universidade de Brasília

APRESENTAÇÃO

A proposta desta coletânea, intitulada *Serviço Social, conservadorismo e movimentos sociais: disputas e enfrentamentos*, emerge como produto das articulações e interlocuções realizadas entre dois grupos de pesquisa: o Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS)¹ e o Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS)². Esse diálogo foi possível devido ao processo de pós-doutoramento que tinha como objeto de estudo os Fundamentos do Serviço Social.

Os textos constitutivos desta condensação de diversas reflexões que congrega estudiosas/os da área, tem a finalidade de apresentar algumas problematizações de pesquisas que versam sobre o Serviço Social, os Fundamentos da profissão, bem como temáticas que lhe atravessam. Assim, os artigos que compõem esse material são expressões de esforços coletivos de se pensar a profissão em seus principais desafios, lacunas, fragilidades e tensionamentos na cena contemporânea.

Certamente, longe de esgotar a temática, a proposta aborda algumas notas reflexivas, as quais reconhecemos serem necessárias ao Serviço Social. Portanto, é disto que essa coletânea trata: do Serviço Social, não numa perspectiva endogenista, mas pensando esta profissão na sua processualidade histórica, nas dinâmicas das contradições sociais, no seu significado social, quando da sua gênese no modo vital da dinâmica do capitalismo monopolista, na sua ruptura com o espólio conservador e a construção de um projeto profissional crítico, produto de um processo coletivo de maturação intelectual e sociopolítica, que vem sendo tensionado por tendências neoconservadoras, tão ao gosto da racionalidade formal abstrata que desafiam o machado agudo da razão. O movimento de partida é a busca por um diálogo crítico com as questões contemporâneas que estão postas na realidade brasileira

¹ Da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² Da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Niterói.

para pensar a profissão: o início do caminho para que possamos conhecer a essência dos fenômenos sociais que compõem a realidade social da qual emerge a profissão e que é a todo momento por ela influenciada.

A profissão, que por algumas décadas de existência no Brasil, ficou mergulhada no pensamento conservador, ora vinculada à Doutrina Social da Igreja, ora à sociologia norte-americana, constrói um processo de ruptura somente maturado nestes rincões, que derivou no que conhecemos atualmente como projeto ético-político. Este projeto de profissão mudou vertiginosamente o caminho do Serviço Social brasileiro possibilitado pelo contato com a real crítica através das obras do campo da tradição marxista, exigindo uma análise lúcida da realidade viabilizada pela interlocução com a teoria marxista, que permite a abertura de novas sendas teóricas para o Serviço Social. Este legado precisamos “esperançar”, como diria Paulo Freire, ou seja, não podemos deixá-lo à deriva, ou fazê-lo perder o fôlego diante dos ataques insanos e obscurantistas das tendências neoconservadoras. Cada vez mais, é necessário que nos fortaleçamos teoricamente para que não só possamos compreender o significado sócio-histórico deste projeto, mas a sua plena atualidade.

Desta forma, precisamos identificar como as expressões do conservadorismo se apresentam para a profissão, incluindo como ela se manifesta no debate e no campo da produção de conhecimento do Serviço Social, com “novas feições”. Por isso que cada vez mais se faz necessário situar o debate acerca dos fundamentos da profissão, no sentido de garantir a direção social estratégica, bem como seu projeto ético-político; precisamos ter consciência teórica sobre o que é a profissão, seus elementos sócio-históricos constitutivos. Para isso é necessário termos conhecimento, com destreza teórica, sobre o que funda a profissão, a partir de um conjunto de necessidades sociais colocadas num determinado momento do desenvolvimento sócio-histórico do capitalismo monopolista e pelo conjunto de contradições por ele produzidas. Por isso, é ímpar estabelecer, já neste início, a discussão sobre o que é a profissão em seus fundamentos que

constituem a sua essência, sua totalidade histórica. Portanto, compreender sua concepção, já que o estudo acerca dessa temática nos direciona para a apreensão do significado social do nosso trabalho profissional. Aliás, esse é um dos intuitos desta coletânea, na parte I, onde inicia o debate problematizando com a/o leitor/a duas questões básicas: a primeira de que não há uma concepção única sobre os Fundamentos do Serviço Social e a segunda é que, portanto, precisamos conhecer este debate no sentido de qualificá-lo a partir de uma nitidez teórica. Por outro lado, identificamos que este debate é pouco incentivado, ainda que apresente uma relevância para a profissão na medida em que possibilita a reflexão acerca da gênese da profissão, a apreensão de seu significado social, bem como de sua natureza interventiva e seu desenvolvimento sócio-histórico sobretudo na particularidade brasileira. Nesse sentido ainda que determinada forma de entendimento sobre os fundamentos seja hegemônica na profissão, a pesquisa mostrou que há concepções, ainda que dentro do campo da tradição marxista, que apresentam sutis nuances de diferenciações. Esta assertiva demonstra que se precisa avançar neste debate, portanto, para discutirmos a relação do conservadorismo com a profissão e suas atuais manifestações é necessário esse caminho de volta no sentido de iluminar o que se denomina por Fundamentos do Serviço Social.

Atualmente, com a retomada exponencial do conservadorismo na sociedade brasileira como uma expressão dos fenômenos sociais mundiais, essa realidade reverbera na profissão, onde no âmbito da produção do conhecimento reacendem propostas conservadoras, pós-modernas e pragmáticas que compõem um processo de fragmentação teórica. E é isso que precisamos estudar e entender.

O pensamento conservador é orgânico ao padrão de sociabilidade burguesa que desde sua gênese se articula de diversas formas para justificar e garantir a permanência da burguesia no poder e mantê-la como classe hegemônica na sociedade, ainda que este seja um campo em disputa. Nesse sentido é importante (re)conhecermos o que é o conservadorismo, do que é tributário no tecido heteróclito da sociedade e como influenciará na profissão que é pensada como mais

um de seus instrumentos para manutenção do *status quo*. Esta dimensão será expressa não somente na organização da profissão no Brasil, mas também incidirá na sua insípida e inicial produção de conhecimento. Esses diálogos críticos serão relacionados na parte II desta coletânea problematizando o início da profissão no Brasil.

Ainda na parte II nos deparamos com o processo de ruptura com a herança conservadora e a construção do projeto ético político tão caro a profissão, pois representa um esforço de uma vanguarda profissional formada de uma massa crítica, que busca uma ruptura com aquilo que se encontra entranhado na profissão: o conservadorismo. E ainda que se tenham conquistas a partir das lutas e movimentos coletivos, já nos anos de 1990, ocorrerá um retrocesso que fará emergir “novas facetas do conservadorismo” na sociedade brasileira e que reverbera na profissão. Esse contexto afeta a profissão, não só nas suas demandas que lhe são postas nos espaços sócio-ocupacionais, mas nas suas formas de respondê-las. Então, assiste-se um retrocesso nas conquistas e se por um lado vemos avançar o amadurecimento intelectual no campo da produção de conhecimento possibilitado pela apropriação teórica oriunda do campo da tradição marxista, por outro vemos um retrocesso sobretudo na intervenção profissional que acaba por muitas vezes tendo como diretriz do trabalho profissional, as normatizações das políticas públicas ao invés das do projeto ético político. Esse equívoco, já detectado em diversos estudos e pesquisas precisa ser problematizado e encarado como um elemento que carece de mudanças e renovações considerando que determinadas políticas carregam traços conservadores que não se apresentam como tal. Esse é um dos desafios, ou seja, até que ponto pode ser percebido que por trás de um discurso que se pretende progressista, há elementos de conservação da ordem?

Nessa direção, a parte III desta coletânea traz uma discussão que não é nova, mas se apresenta de forma inovadora e que precisa cada vez mais ser explorada quando relaciona o trabalho do Serviço Social aos movimentos sociais, ou seja, a necessidade de se ir para além dos “muros institucionais” e somar esforços coletivos com a luta dos

trabalhadores. Somente desta forma pode-se iniciar um processo real de modificação das estruturas sociais, articulando-se com o movimento da classe trabalhadora, conhecendo suas demandas, estimulando seu processo organizativo e contribuindo, ainda que de forma gradual, para a construção de uma sociedade sem opressão e exploração.

Entre Rio de Janeiro e Juiz de Fora, outono/inverno de 2026.

PARTE I

FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

I

OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL E OS NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES: TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Rodrigo José Teixeira

1. Introdução

Este capítulo é parte constitutiva da tese de doutorado, *Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade articulada dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPS*¹, defendida em 2019, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para esse capítulo concentrei-me no argumento central da tese, o qual afirma que, por meio do projeto de formação profissional é possível apreender os Fundamentos do Serviço Social. Tal leitura pressupõe que a teoria social marxista oferece as categorias necessárias para ler a realidade e a profissão. O projeto de formação deve expressar essa perspectiva teórica; sem ela, a compreensão do projeto e dos fundamentos da profissão resta comprometida. Cabe destacar que o estudo não tem o objetivo de construir um conceito sobre os Fundamentos do Serviço Social, mas, captá-lo nas tramas da história, nos documentos produzidos pela categoria e, principalmente, no projeto de formação em Serviço Social.

Os Fundamentos do Serviço Social são uma área de concentração de estudos e pesquisa da profissão. Profissão essa que produz conhecimento, mas que por sua natureza interventiva, tal conhecimento deve indicar/orientar a ação concreta, o trabalho profissional de assistentes sociais.

¹ A tese teve como orientadora a Profa. Dra. Yolanda Guerra, a quem agradeço imensamente.

Os Fundamentos do Serviço Social explicitam o que funda a profissão e seu significado na sociedade capitalista brasileira. Dessa maneira, o debate sobre os fundamentos constitui a forma concreta e histórica desse significado se manifestar na realidade, na formação e no exercício profissional.

O capítulo que apresento está organizado em três subitens, primeiramente, uma aproximação acerca da gênese e do avanço do debate dos Fundamentos do Serviço Social a partir da avaliação do currículo mínimo na década de 1980, associado aos estudos de Yamamoto e Carvalho, em 1982, sobre o significado social do Serviço Social. Apresento uma aproximação ao projeto de formação profissional e sua lógica imanente: o método materialista histórico e dialético. Sem o qual não é possível captar a matriz que orienta tais fundamentos. Elenco, também, algumas concepções sobre o método, em especial as categorias de totalidade e mediação. Argumento como a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, podem expressar uma concepção de Fundamentos do Serviço Social no trabalho e na formação profissional.

2. O debate dos Fundamentos do Serviço Social: elementos sobre sua gênese e desenvolvimento

Os estudos e debates acerca dos Fundamentos do Serviço Social têm seu marco inaugural na revisão do Currículo Mínimo de 1979/1982 da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS)². Agrega-se a isso o aprofundamento do significado social do

² A atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) é fundada em 1946 como o nome de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), no final década de 1970 há uma alteração estatutária para Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (mantendo a sigla ABESS). Em meados dos anos de 1980, com o avanço dos programas de pós-graduação a ABESS constrói o Centro de Documentação e Estudos em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS) o conjunto ABESS/CEDEPSS articula ensino e pesquisa na área. No final dos anos de 1990 há uma alteração estatutária em que expressa uma posição da entidade acerca da articulação graduação e pós-graduação, ou seja, uma unidade articulada entre ensino e pesquisa. É nesse momento que surge o nome ABEPSS.

Serviço Social no capitalismo no Brasil e da centralidade da questão social (na unidade de seus fundamentos e expressões) como objeto de estudo e intervenção.

O debate dos fundamentos avança a partir da obra seminal *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (1982) de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho. Tal debate se intensifica, também, em conjunto com vigorosos grupos de estudos e com o desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social no Brasil. O debate dos Fundamentos do Serviço Social se fortalece no processo de revisão do currículo de 1979/1982³ e é expresso na centralidade do significado social do Serviço Social e da questão social, na formulação das diretrizes curriculares, em 1995-1996⁴. Essa análise se encontra expressa nas Diretrizes Curriculares de 1996 – principal documento que orienta a formação profissional.

A obra de Iamamoto e Carvalho, 1982, destaca-se pelo adensamento do marxismo no Serviço Social e inova ao situar a profissão na lógica da produção e reprodução das relações sociais capitalistas. Nesse processo, considera as contradições inerentes a própria dialética do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, também ao reconhecimento do movimento da categoria com as classes sociais e o Estado. Tal análise, como ponto de chegada dos autores, é ponto de partida analítico que permitiu transformações significativas na profissão e, principalmente, na apreensão dos Fundamentos do Serviço Social.

Iamamoto e Carvalho tinham por objeto de estudo a profissão de Serviço Social e seu significado social na sociedade capitalista. Os

³ Opta-se por usar 1979/1982 pois deve-se considerar que o documento foi aprovado na XXI Convenção Nacional da ABESS, em Natal, ocorrida entre os dias 02 e 06 de setembro de 1979, com o título Proposta de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social. Tal documento é apresentado ao Conselho Federal de Educação, e aprovado em 1982. Parece-me importante salientar o ano de 1979 e não o chamar apenas de Currículo de 1982. Como amplamente encontrado na literatura da área.

⁴ Nos capítulos 02 e 03 da tese de doutorado (Teixeira, 2019) realizo uma reflexão histórica sobre as convenções da ABESS nas décadas de 1970 e 1980, assim como as pesquisas que subsidiaram a implantação e autoavaliação do currículo mínimo de 1979/1982.

autores apresentam sua pesquisa em duas partes⁵. A primeira concentra-se na abordagem das diretrizes analíticas e no referencial teórico-metodológico marxiano que sustenta a argumentação, assim como situa-se o Serviço Social como uma profissão que se insere na divisão social e técnica do trabalho e tem na questão social⁶ seu objeto de intervenção. Apresenta, ainda, a natureza do Serviço Social na produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista. A segunda parte, sem perder de vista o horizonte analítico da primeira, busca-se a gênese e o desenvolvimento do Serviço Social nos processos sócio-históricos da sociedade capitalista brasileira.

Desse modo, a obra de 1982, é um marco para o desenvolvimento dos debates e polêmicas sobre os caminhos da formação profissional em Serviço Social. Os embates teóricos e, por conseguinte, políticos, sobre o significado social da profissão e os rumos na construção de uma dada direção social do Serviço Social têm como constructo teórico amadurecido as análises dessa obra. Não há como desenvolver o debate sobre os Fundamentos do Serviço Social sem trazer a importância desses autores, principalmente Iamamoto, nos desdobramentos e avanços de suas pesquisas e elaborações teóricas sobre a profissão.

O roteiro do livro assentado na análise clássica do marxismo, da centralidade do trabalho na sociedade capitalista e suas

⁵ Sabe-se que os autores assinam conjuntamente a obra, contudo, vale destacar que na introdução do livro há uma indicação importante: “esta publicação é uma versão revista do relatório original da pesquisa apresentada ao CELATS em 1979, sendo expressão de um trabalho conjunto dos autores, no que se refere à pesquisa e discussão, tendo havido, no entanto, uma divisão de tarefas quanto à redação das partes do livro. Coube a Marilda V. Iamamoto redigir a primeira parte e a Raul de Carvalho a Análise Histórica do Serviço Social no Brasil. A Introdução e a Conclusão foram elaboradas por ambos os autores” (Iamamoto, Carvalho, 2011, p. 30). Dessa forma, optou-se em destacar as citações da primeira parte do livro somente por Iamamoto (2011). E quando da Introdução ou Conclusão Iamamoto e Carvalho (2011).

⁶ Para esse capítulo não foi possível aprofundar o debate da questão social, na tese esse tema pode ser encontrado nos itens “A questão social e o debate étnico-racial no projeto de formação” e “Questão Social, Serviço Social e Políticas Sociais”. Indica-se também, duas edições da revista Temporalis, para esse debate a de número 03, de 2001 e a de número 42, de 2021.

transformações na forma de valorização de capital, assim como o significado social da profissão, suas contradições na sociedade de classes, nas respostas do Estado para as expressões da questão social nas particularidades sócio-históricas da sociedade capitalista no Brasil, podem ser consideradas a base a partir da qual se desenvolvem os Fundamentos do Serviço Social.

O significado social da profissão, a partir de uma matriz materialista histórica e dialética, é desenvolvido sob as condições concretas das correlações de forças da sociedade capitalista em suas particularidades brasileiras. Desse modo, insere a necessidade social da profissão de Serviço Social, no movimento contraditório do próprio capitalismo. O que faz o Estado a manejar um mercado de trabalho exigindo formação para essa atividade. A profissão emerge na disputa entre as classes sociais e estas com o Estado, para intervir junto aos trabalhadores, enquanto classe social. Para Iamamoto (2011), a profissão é concebida como uma atividade que exerce um dado controle social no desenvolvimento da ideologia dominante. Seu *rol* de atuação se assenta, pela mediação das políticas sociais, na criação das condições objetivas da reprodução da força de trabalho junto aos indivíduos, grupos e/ou famílias da classe trabalhadora.

A classe trabalhadora não é um sujeito passivo do processo histórico, ao contrário, o trabalho da/o assistente social é tensionado pelas contradições próprias da sociedade capitalista, e a reproduz

[...] pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto às demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer a um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (Iamamoto, 2011, p. 81)

O Serviço Social, a partir da análise do significado social da profissão nessa perspectiva teórica, pode construir estratégias de intervenção que fortaleçam a classe trabalhadora. O trabalho

profissional pode assumir tal defesa, mas sem desconsiderar as bases concretas nas quais a contradição, presente na sociedade capitalista, se assenta.

É a partir desse fundamento que o profissional pode apontar no horizonte de sua ação, a depender de seus referenciais teórico-metodológicos de análise da realidade, os interesses da classe trabalhadora e seguir uma direção social crítica em seu trabalho cotidiano.

A forma de reproduzir das relações sociais está calcada na forma de efetivar o modo de produzir. A forma pela qual um produto é produzido é a forma pela qual a produção das relações sociais é reproduzida. A reprodução das relações sociais é a “reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de um determinado modo de vida” (Iamamoto, 2011, p. 78). A forma com que uma dada sociedade produz seus produtos é a forma pela qual ela reproduz suas relações sociais como totalidade, expressa a maneira de relacionar-se com a vida, com o outro, com a família, com os afetos, é também a reprodução espiritual das formas de consciência. Assim se manifesta, também, a forma como as profissões são produzidas e reproduzem valores. O Serviço Social não está alheio a essas determinações sócio-históricas.

Desse modo, segundo Iamamoto (2011), considera-se a profissão tanto nos aspectos “vividos e representados” na consciência das/os assistentes sociais, nos seus elementos teórico-ideológicos, como nos aspectos das condições objetivas que condicionam o seu trabalho, as condições de desenvolvimento do seu fazer profissional. Este último, considerando, principalmente, sua condição de trabalhador/a assalariado/a que vende sua força de trabalho especializada.

Com essa complexa e crítica concepção de Serviço Social que a categoria profissional vai se dedicar a construir um projeto de formação, que ensine novos assistentes sociais. Por isso os núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, se tomados de forma articulada podem expressar uma concepção de

Fundamentos do Serviço Social, e é a forma didático e pedagógica de formar assistentes sociais nessa perspectiva crítica. Nesse sentido, somente com a correta apreensão do método crítico dialético é possível uma apreensão correta do projeto de formação e da lógica que o sustenta. Avanço agora para uma aproximação ao método em Marx.

3. A necessária apreensão do método na teoria social de Marx para a real apreensão do Projeto de Formação Profissional

O projeto de formação visa formar assistentes sociais críticos, comprometidos com a liberdade e a justiça. Ele é objetivado em documentos construídos historicamente pela ABEPSS na luta por uma formação de qualidade e emancipatória. Seu marco central são as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Assim, o projeto de formação profissional expressa um movimento histórico de tentativa de ruptura com o conservadorismo, no lastro do movimento de reconceituação latino-americana e seus rebatimentos na renovação do Serviço Social brasileiro. O projeto de formação tem nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, seu marco mais complexo e amadurecido, síntese de todo processo histórico, contudo, não se finda nelas mesmas. Como ponto de maturação teórico-metodológica e pedagógica, as Diretrizes Curriculares são um ponto de chegada, mas também ponto de partida para novas incidências teórico-práticas junto à formação profissional – como a Política Nacional de Estágios (PNE), 2008, os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP's), 2010, a estratégia do Projeto ABEPSS Itinerante, 2012, a Contribuição da ABEPSS para os Programas de Pós-Graduação, 2014, os Subsídios para o Debate Étnico-racial na Formação, 2016, o documento da Curricularização da Extensão, 2021, a Política de Comunicação da ABEPSS, 2022, o documento das Residências Multiprofissional em Saúde, 2022. Assim como compõe o projeto de formação profissional as posições da ABEPSS frente à mercantilização da educação, ao ensino a distância, aos mestrados profissionais, entre outras incidências políti-

cas, pois expressam a continuidade e tendem a garantir a direção social que as Diretrizes contemplam⁷.

Tais debates são possíveis porque os fundamentos, valores e direção ético-política estão nas Diretrizes. Cada documento expressa determinações conjunturais e disputas societárias na tentativa de garantir a qualidade da formação. As Diretrizes, que marcaram a discussão sobre os núcleos de fundamentação, resultam do debate acumulado desde a década de 1980 na autoavaliação do currículo de 1979/1982, do debate para a formulação do Código de Ética e da Lei que Regulamenta a Profissão de 1993.

O currículo de 1979/1982 buscou romper com o Serviço Social conservador, superando a metodologia de Caso, Grupo e Comunidade. Esse processo formalizou-se em 1973 na Convenção da ABESS em São Luiz (MA), culminando na proposta aprovada em 1979 e ratificada pelo Conselho Federal de Educação em 1982. Em 1995, fruto de oficinas de revisão, publicou-se o debate sobre o “conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em núcleos de fundamentação” (Abess/Cedepss, 1996, p. 168). Buscou-se estruturar uma maneira pedagógica de ensinar o significado social da profissão e subsidiar o trabalho profissional⁸.

Demonstra-se aqui a relação íntima entre trabalho e formação. Com o amadurecimento sobre o significado social da profissão, ancorado na Lei de Regulamentação e no Código de Ética de 1993, a formação passou a exigir conhecimentos expressos em núcleos de fundamentação. Pela primeira vez, a redefinição da profissão como

⁷ Todas as notas e documentos podem ser encontrados no site www.abepss.org.br

⁸ Neste documento inicial os núcleos tinham por títulos: Núcleos de fundamentação teórico-históricos das configurações socioeconômicas, culturais, políticas e teóricas do ser social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira na divisão internacional do trabalho; Núcleo de fundamentação do trabalho profissional. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 168-170). Cabe destacar que no documento final, em sua versão mais amadurecida, os títulos dos núcleos são: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (ABEPSS/CEDEPSS, 1997, p. 64-66). O que demonstra uma capacidade de síntese e amadurecimento do processo coletivo na construção das Diretrizes Curriculares.

“especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho” (Abess/Cedepss, 1996, p. 153) subsidiou a formação nacional. A centralidade da questão social e suas multifacetadas expressões configurou uma guinada teórico-crítica.

Esse debate foi polarizado. Uma tendência focava na política social (Estado) como eixo norteador. Marilda Iamamoto, no documentário *ABEPSS 70 anos* (ABEPSS, 2016), explica:

[...] tinham algumas polêmicas que eu acho que merecem saliência. A primeira delas é a relação entre política social e questão social [...]. Os protagonistas da política social defendiam que a política social é uma determinação fundante [...]. E tinha uma outra posição que defendia a prevalência não do Estado, mas da questão social [...]. A gente chegou à conclusão [...] que a questão social explica a política social, mas a política social em si não explica a questão social. Então a questão social é determinante [...] indissociável do trabalho

Nesse contexto, as políticas sociais são apreendidas como mediações na correlação de forças entre classes e o Estado. O assistente social utiliza a política social como mediação do trabalho cotidiano, viabilizando direitos conforme a conjuntura política.

As Diretrizes foram apresentadas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1999⁹ e aprovadas em 2001. Contudo, houve um abismo entre o projeto de formação profissional aprovado pela ABEPSS e o publicado pelo MEC, em 2001, com supressão de perfis e competências¹⁰, embora a lógica dos Núcleos de Fundamentação tenha sido resguardada.

Assentada na racionalidade crítico-dialética, a inovação das Diretrizes está em tratar o significado social da profissão como

⁹ Cabe destacar o árduo trabalho realizado pela Equipe de Especialistas, criado para apresentar um documento legal ao MEC, em conformidade normativa legal. “Não existiram distintas propostas de diretrizes, a da Abepss e a da Comissão de Especialistas, mas uma única proposta submetida a um processo de aperfeiçoamento do texto original de currículo mínimo para viabilizar seu encaminhamento ao Conselho Nacional de Educação - CNE, submetida à apreciação e aprovação pela assembleia da entidade, sua maior instância deliberativa (Iamamoto, 2014, p. 616).

¹⁰ Sobre o tema conferir: Ortiz (2013); Temporalis 14 (2007); Iamamoto (2007, 2014).

totalidade inserida na divisão do trabalho, tendo na questão social seu objeto de intervenção. Exige-se rigor na perspectiva marxista para apreender as particularidades da sociedade brasileira. Assim, o método marxista é requisito para apreender o objeto de intervenção profissional, o projeto de formação e construir a intervenção.

O trabalho, como categoria ontológica, é fundamental para analisar a questão social e o/a assistente social como trabalhador/a assalariado/a. As Diretrizes asseguram capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa por meio dos Núcleos de Fundamentação. Segundo a Abess/Cedepss (1997, p. 63), esses núcleos reúnem o “conjunto de conhecimentos indispensáveis para a formação profissional”. São eles: *Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social*; *Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira*; *Núcleo de fundamentos do trabalho profissional*.

Esses núcleos expressam uma totalidade de conhecimentos que partem do ser social fundado no trabalho e se particularizam na sociedade brasileira e no trabalho profissional. Representam níveis distintos e articulados de abstração, sem nenhuma hierarquia de mérito ou de seletividade; sem o método dialético, essa apreensão articulada ficaria comprometida. Por esse motivo, vale destacar aqui a apreensão do método e de duas categorias fundamentais: totalidade e mediação¹¹, entre outras, para a real apreensão do projeto de formação.

3.1. O método na teoria social de Marx

A questão do método na teoria social de Marx assenta-se em um triplice sustentação: o método crítico-dialético, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução. Devido a essa complexidade, Netto (2011) afirma que o método se apresenta como um 'nó de problemas'. Essa problemática decorre da dimensão política intrínseca a tal leitura da realidade, invariavelmente vinculada à práxis revolucionária.

¹¹ Outras categorias como contradição devem ser consideradas, contudo destaco as duas para aprofundamento teórico.

Como indica Lenin (1989, p. 284, *apud* Netto, 2011, p. 28), “Marx não deixou uma lógica, deixou a lógica d’O Capital”. Marx buscou decifrar a gênese, o desenvolvimento, a estrutura, a dinâmica, as crises e a superação do capitalismo. Em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução* Marx ([1843/1844] 2010c, p. 147), realiza a defesa da democracia radical e da sofisticada perspectiva crítica na leitura da realidade. Aponta que a crítica “não é uma paixão da cabeça, mas a cabeça da paixão. Não é um bisturi, mas uma arma.”

Marx (2010c) aborda que toda teoria deve tornar-se força material junto à classe trabalhadora. Constrói sua análise na radicalidade crítica e nas determinações históricas das relações sociais. Assim, a teoria “se torna força material quando se apodera das massas.” (Marx, 2010c, p. 151). Para o autor, “ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem” (Marx, 2010c, p. 151). Lukács (1981, p. 60) salienta que a teoria deve ser situada como “veículo da revolução”, onde a tomada de consciência liga-se essencialmente à ação.

A teoria para Marx não é abstração, mas conhecimento assentado no concreto e no real dos processos históricos (Marx, 2007). Partindo-se do concreto real, este “aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado e não como ponto de partida.” (Marx, 2007, p. 256). Teoria é a apreensão do movimento real do objeto. “O ideal não é mais do que material transporto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado” (Marx, 2010a, p. 16).

O objeto material possui existência independente do sujeito, sendo o real capturado por categorias de análise que operam entre a aparência e a essência. Marx (2007) ressalta que essa distinção é imprescindível, pois a ciência perderia seu sentido caso a aparência e a essência dos fenômenos coincidissem imediatamente. Segundo Lukács (1981, p. 101), captar ambos os momentos os tornam “dinâmicos e ativos da totalidade existente em si”.

Kosik (1969, p. 12) explicita que aparência e essência são de ordens diversas “Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno,

e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. [...] A realidade é a unidade do fenômeno e da essência”.

A relação essência/fenômeno é um “duplo” de “verdade e engano” (Kosik, 1969, p. 11). No mundo da “pseudoconcreticidade”, o real é encoberto pela fetichização. A essência não é captada imediatamente; exige apreender as mediações do fenômeno. Na tradição marxista, a essência indica movimento: “a manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno” (Kosik, 1969, p. 11).

Ao analisar a sociedade burguesa, a relação sujeito-objeto é recíproca. A teoria exclui a neutralidade, sendo uma tomada de posição de classe. O papel do sujeito na reprodução ideal do movimento real é “essencialmente ativo” (Netto, 2011, p. 25). O sujeito deve apropriar-se do fenômeno, analisar suas formas de aparição e estabelecer conexões e mediações postas no real.

A passagem do concreto real ao concreto pensado ocorre via categorias que explicitam “formas de vida, determinações de existência” (Marx, 2007, p. 263). É a materialidade que constitui o pensamento. O método é o caminho que permite à razão captar a materialidade do real. Marx extraiu “do movimento do capital a sua (própria, imanente) lógica”.

Sobre o papel da consciência: “A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real [...] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx, 2007, p. 45). O sujeito em Marx é produtor da história. Marx e Engels (1982, p. 92) focam nos homens e mulheres reais, partindo do seu “processo de vida real”. Os homens constroem a história, mas “não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1986b, p. 17).

A história é o chão da produção e reprodução do ser social. Tomada em sua totalidade, não é um conjunto de fatos, mas a síntese de múltiplas determinações do real. A totalidade é a realidade social concreta, acessada por aproximações sucessivas.

3.1.1. Totalidade e mediação

Segundo Kosik (1969, p. 40), o “princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta que, antes de tudo, significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo”. A totalidade expressa o diferencial do método materialista (Lukács, 1981). Marx (2007) elucida que a totalidade das relações de produção direciona a análise.

A sociedade burguesa é uma totalidade concreta, não justaposição de partes, mas uma “unidade diversa” (Netto, 2011, p. 56). A reciprocidade ocorre entre diferentes momentos, da produção ao consumo (Marx, 1986a). A totalidade é movimento recíproco; cada parte contém o todo. O movimento teórico aproxima-se da totalidade apenas tendencialmente. As leis universais em Marx são tendências: “A lei tem um caráter tendencial porque, por sua própria essência, é resultado desse movimento intrínseco aos complexos dinâmico-contraditórios que constituem a totalidade” (Lukács, 1979, p. 64).

A negatividade atribui movimento às totalidades. Conforme Marx (1986a), são diversidades dentro de uma unidade, articuladas por mediações. A apreensão da totalidade sem mediações é uma abstração. Mészáros (2013, p. 58) relata que:

[...] ‘totalidade social’ sem ‘mediações’ é como ‘liberdade sem igualdade’: um postulado abstrato e vazio. A ‘totalidade social’ existe por e nessas mediações multiformes, por meio das quais os complexos específicos – isto é, as ‘totalidades parciais’ – se ligam uns aos outros em um complexo dinâmico geral que se altera e modifica o tempo todo.

A apreensão das mediações dá-se na relação dialética entre a essência e a aparência fenomênica, que é eminentemente histórica. Essa categoria é, simultaneamente, ontológica – por assentar-se na historicidade – e reflexiva – por ser elaborada pela razão. Segundo Pontes (2009), a mediação permite captar o movimento do objeto. Em sua dimensão reflexiva, ela articula o singular ao universal,

possibilitando superar a aparência sem, contudo, descartá-la. Permite a passagem do imediato às legalidades sociais. Segundo Lukács (1968, p. 88) a relação dialética [...] extrai da própria realidade as condições estruturais e suas transformações históricas e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que deste conjunto de leis pode-se sempre retornar [...] aos fatos singulares da vida.

A vida cotidiana é marcada pela imediatez e singularidade. Quanto mais se apreende as determinações universais, mais analítico se torna o singular. No campo da universalidade, apreendem-se as “leis tendenciais” (Marx, 2010a). Tais legalidades são captadas pela negação da aparência, submetendo a processualidade histórica a uma totalidade concreta.

O movimento entre singular e universal é mediatizado pelo particular. Lukács (1968) expressa que a particularidade é o campo privilegiado das mediações. Carli (2012, p. 117) destaca que, pelo particular, “o universal deixa de ser abstrato e o singular não se torna avulso”.

É fundamental pontuar que: 1) mediação não é apenas um “meio”, mas algo que se pode captar na e da realidade; 2) a particularidade não é um mero caminho, mas um complexo de mediações para a apreensão do pensamento. O particular estabelece uma posição relacional onde o universal se singulariza e o singular se universaliza. Assim, Lukács reafirma a particularidade como o campo central para a apreensão do concreto real na dialética materialista.

4. O debate dos Fundamentos do Serviço Social e a unidade articulada dos núcleos de fundamentação no trabalho e na formação profissional.

Os Núcleos de Fundamentação por meio do conjunto dos seus elementos, matérias, conteúdos compõem a explicitação teórico-metodológica e histórica que expressa a concepção de profissão, por meio de seu significado social na sociedade capitalista. A necessidade

histórica de explicitar o significado social da profissão impulsionou a categoria a formular um projeto de formação profissional capaz de transmitir esse entendimento às futuras gerações de assistentes sociais. Nesse contexto, a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação constitui o alicerce da profissão. Isso ocorre porque tais núcleos partem da realidade concreta e expressam uma rigorosa perspectiva teórico-metodológica para analisar a sociedade brasileira e o trabalho profissional.

Os Núcleos de Fundamentação não constituem conteúdos autonomizados, “são níveis distintos de abstração” que, quando articulados revelam a profissão como totalidade, inserida em uma totalidade de maior complexidade, a sociedade capitalista e a particularidade da formação sócio-histórica brasileira. Seus conteúdos devem se apresentar como conteúdos “complementares e interdependentes” (Abess/Cedepss, 1997, p 63). Essa unidade dos Núcleos de Fundamentação deve permitir decifrar a realidade social e a profissão na dinâmica do movimento da realidade concreta.

Na formação profissional, essa unidade deve estar presente na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPPC), na direção social da formação, no conteúdo dos componentes curriculares e nas atividades integradoras do currículo, que são os estágios supervisionados e os trabalhos de conclusão de curso. No trabalho profissional, a unidade dos conhecimentos desses núcleos deve estar presente na construção da análise de realidade, na apreensão da correlação de forças presente no trabalho profissional, nas respostas profissionais para a intervenção prática junto as/aos usuárias/os, nos planos de trabalho e nos projetos de intervenção. Portanto, *a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação se caracteriza como uma forma metodológica possível para articular trabalho e formação na dinâmica social. Evidencia-se, assim, por meio da unidade articulada, o significado social da profissão e do trabalho profissional.*

Os núcleos articulados evidenciam a apreensão da teoria social marxista. Esta concepção que orienta as diretrizes é o eixo dos Fundamentos, pois explica a profissão – trabalho e formação – e a

realidade social, evidenciando a forma pela qual se ensina o significado social da profissão e do trabalho profissional, ao mesmo tempo em que apreende esse significado da realidade concreta.

Os Núcleos de Fundamentação apresentam-se como essenciais para a análise da profissão e são estratégias metodológicas de construir a formação profissional e o seu exercício teórico-prático cotidiano, tomando o Serviço Social como totalidade.

A análise dos Fundamentos do Serviço Social como unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação tem particularidades na formação e no trabalho e cabe aqui evidenciar cada uma delas. Na formação, o objetivo é que a/o discente apreenda essa unidade articulada como o ponto de chegada do processo educativo. Inversamente, no exercício profissional, essa mesma unidade torna-se o ponto de partida indispensável para uma prática orientada pela direção social crítica. Assim, o cotidiano profissional deve ser permeado pelo arsenal de categorias que sustentam a lógica crítico-dialética presente nas Diretrizes Curriculares

Se não considerarmos os Fundamentos do Serviço Social como expressão da unidade dos Núcleos de Fundamentação, iniciamos a análise da profissão por ela mesma. Considerar essa unidade articulada é iniciar a análise pelo real concreto, pela dinâmica da sociedade capitalista, pela conjuntura nacional e internacional que deve estar no centro da análise do projeto de formação, e por isso a questão social é tomada como eixo articulador de todo o projeto de formação.

As refrações da questão social particularizam-se no trabalho de assistentes sociais como objetos de intervenção. A leitura da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação considera a questão social assentada na teoria do valor trabalho na sociedade capitalista, apreendida na lei geral da acumulação capitalista e suas refrações, objeto do trabalho profissional, nas particularidades sócio-históricas da sociedade brasileira. Quando não se consideram esses aspectos, o objeto da intervenção profissional deixa de ser a questão social e passa a ser a política social. Contrapondo-se às Diretrizes Curriculares que

tem como eixo articulador a questão social, seus fundamentos e expressões, e não as demandas da política social.

Cada núcleo expressa múltiplas determinações da totalidade social. Os núcleos quando articulados expressam um todo complexo que permite ler a realidade social e a profissão e, a partir dessa leitura, apreender as mediações que permitem a construção de respostas concretas nessa realidade social. A unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS apresenta-se como uma unidade do diverso, por isso síntese de múltiplas determinações.

Essa concepção de unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação expressa o próprio método materialista histórico e dialético. O conjunto de matérias contido nos Núcleos de Fundamentação permite, tomando o Serviço Social na perspectiva de totalidade, que as determinações postas na realidade imediata possam ser abstraídas, considerando a reprodução do concreto por meio do pensamento. Como tais núcleos expressam níveis distintos de abstração, são também aproximações sucessivas desse real em movimento. Os núcleos, para a formação profissional, expressam a forma mais inovadora que a profissão construiu até então, e na mesma intensidade, apresenta-se como a forma mais desafiadora para sua efetivação, dentro da universidade fragmentada, departamentalizada, estruturalista, sem recursos para sua manutenção principalmente nessa realidade concreta contemporânea.

Os anos de 1970 e 1980 na profissão expressaram um movimento de tentativa de superação do conservadorismo. Seus debates, sínteses e documentos permitiram conhecer um caminho na busca pelos fundamentos do Serviço Social. A superação do “marxismo sem Marx” vai expressar-se nos debates para a construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, nos anos de 1990. A superação de um marxismo epistemológico para o avanço da dimensão ontológica da obra de Marx é difundida amplamente no Serviço Social em meio ao debate e construção das Diretrizes Curriculares (1996) e do Código de Ética (1993). Os debates das Diretrizes Curriculares, sua elaboração

e implantação, incorporam e amadurecem a apreensão do marxismo no Serviço Social. A exemplo, verificou o avanço e difusão no Serviço Social da análise da teoria do valor trabalho, das bases ontológicas da ética, da análise da questão social e da lógica que sustenta as Diretrizes Curriculares. Assim, é na construção das diretrizes curriculares que as lacunas da leitura de Marx para a formação são enfrentadas. Nesse momento o marxismo é reafirmado nos fundamentos do Serviço Social, no trabalho e na formação.

Dessa forma, as categorias de totalidade e mediação são importantes para entender que a concepção de que história, teoria e método se constituem em um todo articulado na teoria social marxista e que a necessária revisão do currículo de 1979/1982 deveria avançar nessa direção.

Desse modo, recuperar porque avançamos diante a fragmentação entre História, Teoria e Metodologia¹² – no currículo mínimo de 1979/1982 – é apreender a totalidade histórica necessária para ler a realidade e a profissão, por meio do método materialista, histórico e dialético. O método, ao mesmo tempo, permite analisar as diretrizes curriculares em sua lógica, sua estrutura e sua dinâmica. *Não significa que as disciplinas de História, Teoria e Metodologia do Serviço Social, que se configuraram como o eixo do antigo currículo, transformaram-se em uma matéria Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social. Mas que História, Teoria e Metodologia como unidade articulada expressa toda a lógica de construção das diretrizes curriculares da ABEPSS.*

Os Núcleos de Fundamentação apresentam um conjunto de conhecimentos indissociáveis. Cada núcleo representa em si mesmo uma totalidade complexa e *só podem ser apreendidos como Fundamentos do Serviço Social quando articulados entre si.*

O núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social trata de temas relacionados à constituição do ser social enquanto uma totalidade histórica e analisa os elementos centrais da vida social, tendo

¹² Cabe destacar aqui que o Currículo Mínimo, de 1979/1982 da ABESS, tinha como eixo que organizava o currículo matérias articuladas, porém, distintas de Teoria do Serviço Social, História do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social.

o trabalho como central de análise. Analisado isoladamente, seus conteúdos não expressam os fundamentos de uma profissão, mas de uma teoria social, de uma explicação do real e do modo como se explica esse real. O núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social contém, inclusive, o necessário conhecimento do amplo hall de conceitos das distintas vertentes das ciências sociais, garantindo assim o pluralismo¹³ na formação profissional. Desse modo, os conteúdos desse núcleo podem ser tomados por distintas áreas do saber, inclusive pelo Serviço Social. Contudo, alguns debates fulcrais para o Serviço Social só poderão ser bem apreendidos por estudantes se o conteúdo de tal núcleo se articular com os demais núcleos. Vejamos o debate da instrumentalidade, por exemplo, se na disciplina de economia política ou de teoria sociológica, ao debater trabalho, não se discuta que há uma instrumentalidade do trabalho, pouco os estudantes entenderão a instrumentalidade do Serviço Social, quando estudarem em outros componentes curriculares. Se esse conteúdo não for articulado entre os núcleos, alguns estudantes podem se apropriar da categoria instrumentalidade como aplicabilidade de seus instrumentos e não a racionalidade que direcionamos o trabalho profissional¹⁴.

Por sua vez, o núcleo de fundamentos da formação sócio-históricas da sociedade brasileira apresenta conteúdo para uma análise sobre a constituição econômica, social, histórica, política e cultural da sociedade brasileira, da constituição do Estado brasileiro e das classes sociais. Implica uma constante e permanente análise da conjuntura nacional e internacional, visando conhecer os processos sociais em curso e as refrações da questão social no Brasil. Contudo, sem a apreensão da lógica do núcleo de fundamentação da vida social, conforme disposto nas Diretrizes Curriculares, esses conteúdos são esvaziados de sua dimensão político-crítica. Assim, o núcleo de fundamentação da vida social, como um todo complexo, particulariza-

¹³ O debate acerca do pluralismo pode ser encontrado no capítulo 05 da tese de doutorado (Teixeira, 2019).

¹⁴ Na apresentação à edição comemorativa aos 30 anos, do livro *A Instrumentalidade do Serviço Social*, Guerra (2025), reforça essa necessária relação na formação profissional.

se em níveis distintos de abstração para a apreensão da realidade sócio-histórica brasileira, sem perder a perspectiva de totalidade que os conteúdos do núcleo de fundamentação da vida social oferecem.

Os elementos do núcleo da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, necessários e imprescindíveis para a formação de assistentes sociais, tomados em si mesmos, isolados dos demais núcleos, não se configuram Fundamentos do Serviço Social. Esse núcleo se particulariza, também, para a apreensão das determinações sócio-históricas do Brasil para a emergência da profissão de Serviço Social, seus conflitos e interesses contraditórios, sua inserção nas instituições públicas e privadas. O núcleo da formação sócio-histórica da sociedade brasileira já contempla elementos do núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, pois são os conteúdos desse núcleo que permitem a leitura das particularidades sócio-históricas do Brasil. Ou seja, de uma totalidade concreta mais ampla, alguns elementos se particularizam, captar esses elementos permite apreender as mediações existentes entre esses três núcleos em suas particularidades.

O núcleo de fundamentos do trabalho profissional apresenta um conjunto de elementos que permite pensar a profissão e suas múltiplas determinações concretas em uma dada sociedade. O conteúdo desse núcleo permite analisar a profissão como uma totalidade histórica, tanto na análise da gênese, desenvolvimento e trabalho profissional nas suas diferentes dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativa; contudo somente é possível na unidade articulada com os demais núcleos.

O núcleo de fundamentos do trabalho profissional não se caracteriza como um núcleo da aplicabilidade dos instrumentos e técnicas, não se trata do núcleo da prática em contraposição aos demais núcleos. Tal núcleo tomado isoladamente, também, não são os Fundamentos do Serviço Social, pois retomaria o debate do Serviço Social explicado por ele mesmo, desenvolvendo uma proposta mecanicista, voluntarista e funcionalista na ação profissional.

Os argumentos construídos aqui evidenciam a análise dos Fundamentos do Serviço Social como unidade articulada dos três núcleos de fundamentação, com níveis de abstração distintos, com a necessária apreensão das mediações deles constitutivas. Dito de outro modo, *os três núcleos são unidades distintas, mas articuladas. São complexos de mediações com níveis diferentes de abstração. Permitem ler a realidade, os determinantes constitutivos do ser social, considerando as particularidades sócio-históricas da sociedade brasileira, e se configuram como Fundamentos do Serviço Social à medida que se particularizam na análise da profissão, na formação e no trabalho de assistentes sociais. Os núcleos são unidades do diverso, há uma unidade articulada entre eles, mas cada um apresenta elementos e conteúdo que lhe são próprios e conferem status científicos e acadêmicos rigorosos para a formação profissional.*

Cabe destacar o lugar que os componentes curriculares ocupam na construção dos Projetos Políticos-Pedagógicos do Curso (PPPC) de Serviço Social. Ocorre, muitas vezes, uma departamentalização dos componentes curriculares nesses diferentes núcleos, estruturando tais componentes como se pertencessem a esse ou aquele núcleo. Na elaboração desses PPPC's, alguns de seus protagonistas justificam essa estrutura pela forma didática de distribuição dos componentes curriculares.

Cada componente curricular deve carregar em si a explicitação da unidade dos três núcleos. Assim, não significa dizer que a disciplina de Economia Política, por exemplo, é do núcleo teórico-metodológico da vida social, mas traduzir – no PPPC, no Plano Semestral da disciplina e na vida acadêmica da/o discente – como este componente curricular responde ao conjunto articulado dos três núcleos.

As/os discentes devem sair da disciplina de Economia Política entendendo como esta disciplina se relaciona com os três núcleos. Assim, devem sair com a capacidade de reconhecer que a matéria deve abarcar os clássicos da economia política e a crítica da economia política marxista, mas, também, como isso ocorre nas particularidades sócio-históricas da sociedade brasileira e que só a partir dessa análise é

possível construir estratégias de intervenção no trabalho profissional. Relacionando assim, os conteúdos dos três Núcleos.

Devemos considerar, do mesmo modo, os componentes curriculares mais voltados para as dimensões técnico-operativas. Tomemos a Supervisão Acadêmica de Estágios como exemplo. Não se trata de considerá-la como um componente do núcleo de fundamentos do trabalho profissional. A supervisão deve demonstrar como aciona os conteúdos dos três núcleos, no sentido de refletir com as/os discentes a realidade social, o trabalho profissional, seu fazer cotidiano, sua instrumentalidade e as dimensões do exercício profissional. Desse modo, garantindo a perspectiva de totalidade contida nesses núcleos de fundamentação, tendo a ética e a pesquisa como transversais e o trabalho e a questão social como eixos articuladores de todo processo formativo. Os estágios supervisionados são campos privilegiados em que essa unidade articulada deve se expressar, mas não os únicos.

As matérias dos componentes curriculares vinculam-se imediatamente a um determinado Núcleo de Fundamentação. Contudo, tais saberes só podem ser considerados Fundamentos do Serviço Social quando mediados pelos demais núcleos, preservando as particularidades de cada componente do currículo. Por exemplo: a matéria de Economia Política integra o conjunto de conhecimentos do núcleo teórico-metodológico da vida social, mas sua substância só se manifesta como fundamento da profissão quando mediatizada pelos aportes dos demais núcleos. Esse conjunto articulado que possibilita apreender o significado social do serviço social e verificar se, na formação profissional, estamos conseguindo construir aquele significado social da profissão como demonstramos inicialmente.

Aquí, vale construirmos algumas considerações que evidenciem essa concepção de Fundamentos do Serviço Social no trabalho cotidiano. As dimensões do trabalho profissional, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, expressam elementos de uma totalidade na análise da profissão e seu exercício. Essa leitura de Fundamentos é a forma, não só de ensinar essas dimensões na

formação profissional, como também condição para a efetivação dessas dimensões na intervenção profissional sob uma perspectiva crítica.

O conjunto articulado dos conteúdos dos três núcleos pode permitir que, no trabalho profissional, as demandas que chegam no cotidiano de forma imediata sejam mediatizadas nas dimensões de singularidade, universalidade e particularidade.

Ao realizar um atendimento individual, por exemplo, as refrações da questão social trazidas pelas/os usuárias/os devem ser analisadas a partir dos determinantes da realidade social e de sua condição de classe trabalhadora. Não de forma idealista e romântica, mas apropriando-se das particularidades sócio-históricas da sociedade brasileira, inseridas nas contradições postas no acesso às políticas sociais e nas condições de trabalho de assistentes sociais. Nesse sentido, o sujeito da intervenção profissional se apresenta prenhe de determinações sócio-históricas e culturais, campo de mediações que permite captar as expressões da questão social com as quais as/os assistentes sociais se debruçam para construir sua intervenção. Assim como é possível considerar as particularidades que compõem a estrutura da questão social no Brasil, em seu histórico de escravidão, exploração e lutas sociais.

Esse movimento expressa uma análise de totalidade, considera as determinações da vida social na sociedade burguesa, nas condições sócio-históricas no Brasil, na região, na localidade, no município, para se particularizar nas respostas profissionais: na inserção ou não em programas e projetos sociais, no repasse de algum recurso emergencial, no encaminhamento à rede de políticas públicas; e/ou então, na potencialidade política que esse atendimento pode apresentar: no envolvimento da/o usuária/o com movimentos sociais, na organização da sociedade civil, na explicitação dos canais de controle das políticas sociais, entre outros. É nesse sentido que a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação pode permitir a leitura da realidade a partir da teoria social marxista e a construção da intervenção profissional.

A busca por assentar a análise sobre os Fundamentos do Serviço Social na articulação dos três Núcleos de Fundamentação

permite verificar se as respostas profissionais de assistentes sociais, nos mais diferentes campos de atuação profissional, consideram o rigoroso trato da totalidade da vida social, explicitando o trabalho e a questão social como categorias centrais para o Serviço Social; que tais categorias possam ser analisadas sob o solo histórico das particularidades da sociedade brasileira, em articulação com a totalidade maior; e que as respostas profissionais expressem o acúmulo teórico e a direção social crítica que a profissão construiu historicamente.

A unidade articulada dos núcleos é importante para que a/o assistente social reavalie seu trabalho na direção dos Fundamentos do Serviço Social nessa perspectiva. Após o trabalho profissional, precisamos refazer o caminho metodológico que construímos para verificarmos se, de fato, no atendimento, no grupo, no relatório social, no parecer social, na elaboração de projetos, planos e políticas a unidade dos conteúdos dos Núcleos de Fundamentação estiveram presentes.

Ao elaborar um parecer social após a realização de um atendimento individual, por exemplo, é possível identificar os elementos da unidade dos núcleos de fundamentação? Estão explícitos os determinantes sócio-históricos? É possível identificar as expressões da questão social que foram trazidas naquele atendimento? Essas expressões da questão social se articulam com a contradição capital e trabalho na realidade brasileira? Esse relatório expressa que referencial teórico-metodológico? Esse relatório apresenta a realidade do lugar em que a/o usuária/o está inserida/o? O relatório traz as respostas e as ações profissionais que foram desenvolvidas? Ou as respostas que poderiam ser construídas caso a política pública fosse garantida como direito social?

Para poder responder a essas perguntas é preciso articular os três núcleos de fundamentação, portanto, é preciso considerar os Fundamentos do Serviço Social. Toda ação profissional é encharcada de um referencial teórico. Esse referencial teórico se assenta na unidade articulada dos núcleos de Fundamentação ou em outro referencial? É

nesse sentido que os Fundamentos do Serviço Social vão se evidenciando no trabalho profissional.

Considerar os Fundamentos do Serviço Social assentados nessa perspectiva permite ao profissional, ao ser demandado pelos usuários ou pelas instituições empregadoras, captar as mediações postas na realidade, ultrapassando a imediatividade em que as demandas são apresentadas pelas/os usuárias/os, realocando-as aos complexos mais amplos da totalidade social e das particularidades em que se apresentam para o atendimento social. Mesmo considerando que a imediatividade compõe o trabalho profissional (Coelho, 2010), que a instituição exija respostas imediatas e os sujeitos atendidos esperem tais respostas, contudo, a/o profissional não deve fixar-se somente nela.

A unidade dos Núcleos de Fundamentação contém a perspectiva metodológica de explicitar/ensinar a ética profissional expressa nos fundamentos filosóficos do Código de Ética de 1993. Quando essa unidade articulada ocorre na formação profissional, as/os assistentes sociais podem analisar a ética em sua dimensão ontológica e não epistemológica ou como um conjunto de normas. Assim, considerar essa unidade entre os Núcleos de Fundamentação na formação faz com que, no trabalho profissional¹⁵, possam ser considerados a perspectiva de totalidade do ser social, seus valores, princípios, modos de vida e orientações individuais como as religiosas, de identidade de gênero e orientação sexual, entre outras.

Os argumentos aqui apresentados tentam revelar que é possível uma concepção dos Fundamentos do Serviço Social como unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Tais Fundamentos, em suas particularidades, reforçam e evidenciam a relação entre trabalho e formação profissional. A realidade concreta, a precarização, a falta de apreensão do método materialista, histórico e dialético, a tensão entre projeto profissional e trabalho assalariado, colocam desafios e encobrem essa unidade, comprometendo a análise dos Fundamentos do Serviço Social em uma perspectiva crítica.

¹⁵ Não se considera para esta análise a formação e o trabalho profissional distante das condições objetivas e do trabalho assalariado.

Contudo, cabe um destaque, tais desafios não encontram alternativa na realidade concreta se a análise não reforçar as concepções e fundamentos do projeto de formação, ou seja, *as respostas aos desafios da formação e do trabalho podem ser encontradas no próprio projeto de profissão e não fora dele.*

5. Considerações Finais

O capítulo assenta-se na tese de que os Fundamentos do Serviço Social podem ser apreendidos por meio da unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação propostos pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996 (Teixeira, 2019).

Historicamente, o debate sobre os fundamentos ganhou densidade ao romper com visões tradicionais e captar o Serviço Social na lógica de produção e reprodução das relações sociais. Essa virada analítica permitiu examinar a profissão como uma especialização do trabalho coletivo inserida na divisão social, sexual, racial e técnica do trabalho. Com isso, o foco de análise deslocou-se da suposta "natureza" abstrata da profissão para o seu real significado social dentro da estrutura do capitalismo.

A presente análise fundamenta-se na tríplice sustentação do método marxista: a crítica dialética, a teoria do valor e a perspectiva de transformação social. Longe de ser um conjunto de regras rígidas, o método é o caminho para decifrar a realidade e a profissão. Sua aplicação exige que estudantes e profissionais transcendam a aparência imediata dos fenômenos, alcançando as determinações profundas que configuram a totalidade social.

Dentro dessa lógica metodológica, as categorias de totalidade e mediação aparecem como eixos centrais. A totalidade permite entender a sociedade como uma unidade diversa e complexa. Já a mediação possibilita o movimento entre o fato isolado e as leis tendenciais gerais que regem a sociedade. Assim, o/a assistente social deve ser capaz de realizar esse percurso para construir sua intervenção profissional.

A estrutura pedagógica das diretrizes curriculares organiza o conhecimento em três grandes núcleos: o teórico-metodológico da vida social, o da formação sócio-histórica brasileira e o do trabalho profissional. O objetivo foi enfatizar que esses núcleos não devem ser vistos de forma fragmentada, mas como níveis de abstração que se complementam. Apenas a articulação constante entre esses conteúdos constitui, de fato, o que chamamos de Fundamentos do Serviço Social.

Por fim, é preciso captar os desafios atuais, como a precarização do ensino e das condições de trabalho, que tendem a dificultar essa apreensão de unidade articulada dos núcleos de fundamentação. As respostas aos dilemas contemporâneos da área devem ser buscadas, portanto, no aprofundamento do próprio projeto de formação e na resistência acadêmica e profissional.

Referências

ABEPSS. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 14, jul./dez. 2007.

ABEPSS. **ABEPSS 70 anos**. Direção: Rodrigo Teixeira, Leile Teixeira e Marcos Limonti. Realização: ABEPSS. 2016. 1 vídeo (93 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=j1f9a_9NLIw. Acesso em: 4 fev. 2026.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional (documento ABESS/CEDEPSS Nov, 1995). **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 143-171, 1996.

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, 1997.

CARLI, Ranieri. **A Estética de Gyorgy Lukács e o Triunfo do Realismo na Literatura**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

COELHO, Marilene A. Imediaticidade na Prática do Assistente Social. In: **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teórica e política. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 3, jul. 1995.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2025.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Proposta de Interpretação Histórico-Metodológica. In: IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 33. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A Formação Acadêmico-profissional do Serviço Social Brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, out./dez. 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma Estética Marxista**. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, György. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, György. Determinações para a Crítica Particular do Desenvolvimento da Sociologia. In: **Lukács**. São Paulo: Ática, 1981 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 20).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Volume I. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Volume II. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010c.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986b.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MÉSZÁROS, István. **O Conceito de Dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Método de Marx**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ORTIZ, Fátima Grave. Notas Sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS: avanços, impasses e desafios. In: GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete; ORTIZ, Fátima Grave. **Temas Contemporâneos e Serviço Social em Foco**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do Serviço Social**: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. 2019. 325 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

II

O DEBATE DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL – DIFERENTES ABORDAGENS E CONCEPÇÕES NA PRODUÇÃO DA ÁREA

Jude de Oliveira Bento da Silva
Larah Fábria Miranda Pereira
Luciana Gonçalves Pereira de Paula

1. Introdução

Este capítulo possui o objetivo de apresentar reflexões sobre o que vem sendo chamado de fundamentos do Serviço Social. Nossa proposição consiste em realizar aqui o debate do debate, considerando que: existem autores que produzem conhecimento sobre os fundamentos do Serviço Social; e há outros autores que vem construindo debates sobre o que seriam os fundamentos do Serviço Social. Nós estamos, há algum tempo¹⁶, pesquisando, estudando e produzindo sobre este último grupo de autores e sobre as diferentes/distintas abordagens acerca dos fundamentos do Serviço Social que os mesmos vêm consolidando em suas produções. Deste modo, estamos procurando captar o debate acerca dos fundamentos do Serviço Social e perceber quais são os principais autores que tem contribuído com este debate.

Para alcançar tal objetivo, iremos apresentar como os fundamentos do Serviço Social vem aparecendo em algumas produções da área. E para se chegar a estas produções foram realizados levantamentos em anais de eventos da categoria, nos principais periódicos da área, em teses, dissertações e obras

¹⁶ O Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS) vem se dedicando, há cerca de quatro anos, aos estudos dos fundamentos da profissão.

publicadas¹⁷. Pretendemos ainda destacar a existência de diferentes abordagens sobre o tema e, também, de diferentes concepções e/ou compreensões sobre o que vem sendo tratado como fundamentos da nossa profissão.

Ressaltamos que as sínteses analíticas que serão aqui apresentadas só foram possíveis pela realização de dois projetos de pesquisa, sendo eles: “Mapeamento sobre o debate dos fundamentos, formação e trabalho profissional no Serviço Social”¹⁸, entre os anos de 2023 e 2024; e “Serviço Social e seus fundamentos: tendências e concepções”¹⁹, realizada entre 2025 e 2026. Essas pesquisas foram desenvolvidas pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS), da Faculdade de Serviço Social/UFJF; em articulação com o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional da As-

¹⁷ A coleta de dados foi realizada nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social, dos anos de 2022 e 2024; nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 2022; nos periódicos qualis A1 da área do Serviço Social; no banco de teses e dissertações capes; e obras publicadas que versam sobre os Fundamentos do Serviço Social.

¹⁸ A pesquisa se propôs a identificar os debates construídos na área do Serviço Social sobre: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. Ancorada no método materialista-histórico-dialético, de natureza quanti-quali, debruçou-se sobre os trabalhos publicados nos anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS), realizado em 2022, no Rio de Janeiro; e sobre as teses e as dissertações, publicadas no catálogo da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação (MEC), entre 2019 e 2022.

¹⁹ A pesquisa buscou compreender as possíveis diferenças e/ou divergências conceituais presentes no debate dos Fundamentos do Serviço Social, no Brasil. Por meio de pesquisa bibliográfica, identificou as principais obras publicadas na área do Serviço Social que abordam o debate dos fundamentos da profissão; capturou nestas obras as principais tendências no que se refere ao debate dos Fundamentos do Serviço Social; identificou as principais tendências no debate dos Fundamentos do Serviço Social, presentes nos trabalhos apresentados, neste subeixo temático, no último Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS), realizado no ano de 2024, em Fortaleza/CE; detectou a concepção de Fundamentos nas produções da área, através da análise dos produtos dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social publicadas no banco de teses e dissertações CAPES, no período de 2023 a 2024; e nos artigos publicados nos principais periódicos da área.

sociação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)²⁰.

Contudo, neste capítulo serão apresentados apenas alguns resultados parciais por nós encontrados a partir do desenvolvimento dessas pesquisas. Nossa ênfase será posta nos resultados encontrados por meio do mapeamento realizado junto aos anais do 17º e do 18º ENPESS; e no levantamento bibliográfico de artigos/capítulos produzidos e publicados por autoras/es de referência para este debate.

Faz-se necessário destacar que as diferentes abordagens sobre os fundamentos do Serviço Social, que serão apresentadas nesse capítulo, encontram-se, todas elas, ancoradas no campo do pensamento marxista. Portanto, não se trata de uma disputa teórica, e sim de algumas divergências ou diferenças no caminho de construção da reflexão e/ou do processo analítico dos autores que serão aqui mencionados.

2. Nosso ponto de partida

Antes de iniciarmos a apresentação de nossas análises propriamente, consideramos importante demarcar a diferença que foi mencionada na introdução deste capítulo, sobre a produção teórica que trata dos fundamentos do Serviço Social e o debate teórico acerca desses fundamentos. O estudo dos fundamentos do Serviço Social nos permite compreender o significado social desta profissão, nos revela a gênese das expressões da “questão social” e nos possibilita a construção consciente das nossas respostas profissionais.

Os autores que inauguraram esta análise, aqui no Brasil, foram Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, em 1982, com a publicação do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. Marilda Iamamoto ofereceu, ainda, muitas outras

²⁰ Estas pesquisas subsidiaram os relatórios do GTP Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional e suas gestões 2023/2024 e 2025/2026.

contribuições ao campo dos fundamentos do Serviço Social por meio de livros e artigos publicados ao longo de todos esses anos²¹.

Outro autor imprescindível ao estudo dos fundamentos do Serviço Social trata-se de José Paulo Netto – com destaque para suas obras mais aclamadas na área: *Capitalismo monopolista e Serviço Social*, e *Ditadura e Serviço Social*, ambas de 1992.

Na esteira desses autores, muitos outros e outras construíram produções teóricas significativas sobre o Serviço Social e os seus fundamentos. E, mesmo que esses autores, há época, não utilizassem especificamente a palavra “fundamentos”, ou seja, não recorressem a esse termo, ou não empregassem essa denominação, era disso que se tratava. Portanto, encontramos nesses autores elementos indispensáveis para compreender os fundamentos do Serviço Social.

Desse modo, percebemos que nas produções publicadas entre os anos de 1980 e 1990, os autores, muitas vezes, abordam os fundamentos do Serviço Social sem dizer que o fazem, pois ainda não estava posto o “debate sobre os fundamentos”. O momento em que surge este debate – enquanto um debate propriamente dito – tem orgânica relação com o processo de construção dos projetos de formação em Serviço Social.

Encontramos em Guerra (2018) a seguinte afirmação: “o debate sobre os fundamentos no Serviço Social ganha centralidade no contexto da análise do currículo de 1982”. Segundo a autora,

[...] o debate dos fundamentos encontra sua gênese na necessidade de superar a tricotomia história/teoria/método resultante da revisão do projeto de formação dos anos de 1980, [...]. É a busca em ultrapassar a fragmentação posta pela tricotomia mencionada anteriormente que inaugura o debate dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos no Serviço Social (Guerra, 2018, p. 27).

²¹ Com destaque para as obras: *Renovação e conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos* (1990); *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (1998); *Serviço Social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social* (2008).

Desse modo, o debate sobre os fundamentos do Serviço Social foi impulsionado pela construção e revisão dos projetos de formação profissional, e especialmente fomentado no contexto dos anos de 1990 – no bojo da construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Portanto, mesmo que o termo “fundamentos” já fosse utilizado antes dessa época em algumas produções da área, ele não abarcava as reflexões e os debates acumulados nos processos desenvolvidos pela profissão nas décadas de 1980 e 1990. E, especialmente, ele ainda não se encontrava ancorado no campo crítico do pensamento marxista. Portanto, ele ganha novo peso e monta no contexto histórico das reformulações curriculares.

De acordo com Teixeira (2019, p. 66), “a construção do documento das Diretrizes Curriculares é o esforço de explicar o significado social da profissão para formar assistentes sociais nesse significado”. E, então, Teixeira (2019, p. 45) aponta: “os fundamentos do Serviço Social, apreendidos no projeto de formação, são fundamentos da profissão, uma vez que estão no projeto de formação, mas são fundamentos do trabalho de assistentes sociais e da formação profissional, em uma perspectiva de totalidade”.

Portanto, estudar os fundamentos do Serviço Social e/ou retornar a eles, não significa visitar o seu passado ou conhecer a sua história; nem elencar as matrizes de pensamento que já serviram a assistentes sociais na busca pela compreensão da realidade social. É o estudo dos fundamentos do Serviço Social que nos possibilita a apreensão do significado social do nosso trabalho profissional – movimento indispensável para a elaboração consciente das respostas profissionais no enfrentamento das expressões da “questão social”, nos diversos espaços ocupacionais.

Portanto, compreender os fundamentos do Serviço Social significa captar o significado social da profissão, inscrita na divisão social, racial, sexual e técnica do trabalho (Escurrea; Iamamoto, 2020). Para isso, faz-se necessário captar as bases que fundam o Serviço Social constituídas por determinações econômicas, políticas, sociais, culturais e ideológicas, inscritas na dinâmica concreta da vida social.

Portanto, as bases de fundação da profissão estão atreladas aos processos sócio-históricos que estão postos na realidade. Conforme Netto (2011, p. 73-74), o Serviço Social se funda “[...] indivorciável da ordem monopólica”, pois os profissionais passaram a ser chamados para a operacionalização das políticas sociais, e a profissão encontrou sua funcionalidade na divisão social e técnica do trabalho: a administração das manifestações da “questão social”.

A compreensão desse processo se faz imprescindível para quem quer, de fato, entender que profissão é essa. Dessa forma, estudar os fundamentos do Serviço Social não significa uma volta ao passado, não representa olhar para o que foi esta profissão um dia; mas sim compreender o que ela é, hoje. No estudo dos fundamentos encontramos profícuos caminhos para compreender o tempo presente e perceber quais são as reais possibilidades do Serviço Social em uma perspectiva crítica.

Mas, será que esta é a concepção predominante em nossa categoria profissional? De que maneira assistentes sociais estão compreendendo os fundamentos do Serviço Social? Como este debate tem aparecido nas produções da área? Ele tem aparecido? De que forma? Sendo construído por quem? Estas são algumas das perguntas que provocaram nosso exercício de pesquisa. E nos tópicos seguintes iremos apresentar alguns dos nossos resultados parciais, nossas análises e reflexões.

3. Ao estudar os fundamentos do Serviço Social, o que temos encontrado?

Este tópico de nosso capítulo se propõe a apresentar alguns de nossos achados de pesquisa. Ao estudar os fundamentos do Serviço Social, por meio do exercício realizado nas duas pesquisas anteriormente mencionadas, alguns resultados encontrados merecem a nossa atenção e a nossa reflexão.

Ao pesquisar essa temática nos deparamos com algumas diferenciações, a começar pela denominação que se dá a ela.

Fundamentos, fundamentos da profissão, fundamentos do Serviço Social, fundamentos sócio-históricos, fundamentos teórico-metodológicos, fundamentos ético-políticos, fundamentos histórico-ontológicos, fundamentos teórico-filosóficos, fundamentos técnico-operativos... é tudo a mesma coisa ou tratam-se de coisas diferentes?

Afinal, o que são fundamentos? E o que estamos entendendo por fundamentos do Serviço Social? Estas foram questões norteadoras ao longo de nossas pesquisas. Elas nos orientaram e nos impulsionaram a buscar respostas – embora nem sempre elas tenham sido alcançadas.

3.1. O debate dos fundamentos no 17º e no 18º ENPESS:

Nos levantamentos realizados nos anais do 17º e do 18º ENPESS²², que aconteceram em 2022, no Rio de Janeiro/RJ e em 2024, em Fortaleza/CE²³, constatamos que:

- No 17º ENPESS foram publicados nos anais 794 trabalhos, sendo 102 artigos apresentados em 25 mesas coordenadas; 619 trabalhos apresentados em comunicações orais; e 73 pôsteres.
- No 18º ENPESS foram publicados nos anais 1.421 trabalhos, sendo 171 artigos apresentados em 42 mesas coordenadas; 1.168 trabalhos apresentados em comunicações orais; e 82 pôsteres.

²² O levantamento dos dados do 17º ENPESS foi realizado no segundo semestre do ano de 2023, por bolsista de Iniciação Científica da UFJF, realizando a leitura de título e resumo de todos os trabalhos publicados nos anais do evento, buscando as seguintes palavras-chaves: fundamento, fundamentos, fundamentação, história, histórico, sócio-histórico, teoria, metodologia, teórico-metodológico, ídeo-político, ético-político. O levantamento dos dados do 18º ENPESS foi realizado no segundo semestre do ano de 2025, por bolsista de Iniciação Científica da UFJF, realizando a leitura de título e resumo de todos os trabalhos publicados nos anais do evento, buscando as mesmas palavras-chaves.

²³ É importante destacar que no ano de 2020 o ENPESS não foi realizado devido ao contexto de pandemia de COVID-19. Portanto, no ENPESS realizado em 2022, foram aceitos artigos que apresentavam resultados de pesquisas que foram desenvolvidas entre os anos de 2019 e 2022.

Ao comparar o total de trabalhos destes últimos ENPESS com o total de artigos apresentados nos ENPESS anteriores (Teixeira, 2019), observado na Tabela 1, percebe-se que, no ano de 2022 houve uma diminuição significativa nesse número – o que pode estar relacionado ao contexto da pandemia de Covid-19²⁴. Mas, no ano de 2024 há um aumento considerável de trabalhos aprovados e publicados em anais, demonstrando a retomada da participação de assistentes sociais nos grandes eventos da área.

Tabela 1: Total de trabalhos apresentados nos ENPESS de 2014 a 2024

Ano	Total de trabalhos apresentados no ENPESS
2014	1.098
2016	917
2018	1.156
2022	794
2024	1.421

Fonte: Relatório do GEPEFSS (2026).

No 17º ENPESS, no tocante às mesas coordenadas, verifica-se que dentre as 25 mesas, 02 delas trataram com centralidade o tema dos fundamentos do Serviço Social; ao analisar os trabalhos apresentados nessas mesas coordenadas, em um total de 102, encontramos 05 artigos com ênfase em fundamentos. Enquanto no 18º ENPESS tivemos um total de 42 mesas coordenadas e dentre elas, 07 abarcaram os fundamentos do Serviço Social; no que se refere aos artigos apresentados nestas mesas coordenadas temos um total de 171, sendo que 12 deles apresentam ênfase em fundamentos.

²⁴ A hipótese para essa diminuição refere-se, principalmente, ao momento em que esse evento ocorreu, em um contexto pós-Covid – uma vez que o 17º ENPESS foi o primeiro grande evento da área do Serviço Social realizado na modalidade presencial, após a pandemia da Covid-19.

Em se tratando dos trabalhos apresentados por meio de comunicações orais, no 17º ENPESS, em um total de 619, temos 19 trabalhos no subeixo de fundamentos. Observando as comunicações orais no 18º ENPESS, em um total de 1.168 trabalhos, 50 apresentam o tema de fundamentos do Serviço Social.

Os trabalhos apresentados na modalidade pôster, no 17º ENPESS totalizaram 73; dentre estes, computamos 02 trabalhos no subeixo de fundamentos. Já no 18º ENPESS temos 82 pôsteres, dentre os quais 02 debruçam-se sobre os fundamentos do Serviço Social.

Considerando as três modalidades de apresentação de trabalhos – mesa coordenada, comunicação oral e pôster – no 17º ENPESS encontramos um total de 26 artigos com ênfase em fundamentos; no 18º ENPESS temos um total de 64 trabalhos sobre fundamentos do Serviço Social, conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2: Quantitativo dos trabalhos com ênfase em fundamentos apresentados no eixo *Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional* nos ENPESS de 2014 a 2024 x total de trabalhos apresentados

Ano	Ênfase em Fundamentos		Total de trabalhos apresentados nos ENPESS	% do eixo em relação ao total do ENPESS
2014	Fundamentos	63	1.098	5,7%
2016	Fundamentos	78	917	8,5%
2018	Fundamentos	62	1.156	5,4%
2022	Fundamentos	26	794	3,3%
2024	Fundamentos	64	1.421	4,5%

Fonte: Relatório do GEPEFSS (2026).

O que podemos perceber, a partir dos números apresentados na Tabela 02, é que em se tratando do subeixo de fundamentos, é visível que há uma considerável queda na produção no ano de 2022, pois identificamos apenas 26 trabalhos com ênfase nessa temática. No ano de 2024 percebemos um aumento na produção de trabalhos sobre fundamentos do Serviço Social, voltando a apresentar um volume parecido com os eventos dos anos anteriores. No entanto, quando observamos o percentual de artigos de fundamentos em relação ao total de trabalhos, notamos que esse aumento não é tão notável assim, pois não ultrapassa as marcas de 5,4%; 8,5%; e 5,7% dos ENPESS de 2018, 2016 e 2014.

Com isso, identificamos que o tema dos fundamentos do Serviço Social não se faz presente – como tônica central do artigo – em nem 10 % das produções dos ENPESS dos últimos dez anos. Dado preocupante, uma vez que, como foi visto no tópico anterior deste capítulo, esse debate consiste em elemento central e imprescindível para a compreensão do próprio Serviço Social, dos processos de formação e do exercício do trabalho profissional. Portanto, poucos estudos e poucas produções sobre o tema dos fundamentos podem vir a tornar mais frágil a compreensão sobre a própria profissão.

Buscando o aprofundamento de nossa análise, o passo seguinte da pesquisa foi a realização da leitura dos 26 artigos do ENPESS de 2022 e dos 64 trabalhos do ENPESS de 2024. Esse procedimento teve por objetivo identificar se havia nestes trabalhos algum debate/definição/concepção/compreensão claramente explicitada sobre os fundamentos do Serviço Social. Portanto, tendo identificado os artigos do campo dos fundamentos do Serviço Social, nossa busca passou a se concentrar na captura dos trabalhos que porventura estivessem realizando o debate sobre esses fundamentos.

Ao final da leitura foi possível constatar que:

- No 17º ENPESS, dentre os 26 trabalhos lidos, apenas 07 deles apresentaram explicitamente uma concepção de fundamentos do Serviço Social;
- No 18º ENPESS encontramos em apenas 19 trabalhos, no universo dos 64, a presença de uma concepção explicitamente apresentada sobre o que se entende por fundamentos do Serviço Social.

No 17º ENPESS, realizado em 2022

[...] em dezenove (19) artigos que foram apresentados no subeixo de Fundamentos, não há debate acerca dos fundamentos da profissão. Esse dado demonstra que nem os trabalhos, que propõem tratar dos fundamentos do Serviço Social, efetivamente constroem e/ou apresentam essa reflexão (Paula *et al*, 2025, p. 13).

No 17º ENPESS, em um total de 794 trabalhos publicados em anais, apenas 07 deles abordam algum debate sobre os fundamentos do Serviço Social, o que representa 0,9%. No 18º ENPESS, dentre os 1.421 artigos publicados em anais, somente 19 realizam alguma abordagem sobre os fundamentos do Serviço Social, representando 1,3%. Essa constatação indica a possibilidade da existência de um falso consenso em torno da compreensão dos fundamentos do Serviço Social – como se esse debate já estivesse esgotado, amplamente apreendido e divulgado. Mas, na realidade não está.

Além disso, as passagens dos artigos que abordavam o debate dos fundamentos do Serviço Social nos fizeram perceber que existem diferentes visões sobre o tema. De forma geral, encontramos duas tendências predominantes:

- Fundamentos do Serviço Social enquanto elementos sócio-históricos, processos que fundam, que gestam a profissão e provocam o seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, os trabalhos tratam os fundamentos do Serviço Social como fenômenos sócio-históricos inscritos na realidade concreta, que se desenvolvem e

provocam a necessidade de um fazer profissional como o realizado por assistentes sociais.

- Fundamentos do Serviço Social em uma perspectiva de análise que os compreende como fundamentação teórico-metodológica, afirmando que se referem às matrizes de pensamento que deram e/ou dão suporte para os agentes profissionais compreenderem e explicarem a realidade e a própria profissão.

Esses achados de pesquisa revelaram que, certamente, não há um entendimento unívoco entre assistentes sociais quando se trata de fundamentos do Serviço Social, pois encontramos, nos trabalhos publicados nos anais dos dois últimos ENPESS, compreensões diferentes acerca destes fundamentos.

Esta constatação impulsionou um novo movimento de pesquisa que se consistiu em uma revisão de literatura, buscando identificar os principais autores que vem realizando este debate sobre os fundamentos do Serviço Social. Após a realização desse levantamento bibliográfico e do estudo desse material, encontramos outros achados que serão a seguir apresentados.

3.2. O debate dos fundamentos em autoras/es de referência:

Os resultados acima mencionados impulsionaram uma nova etapa da pesquisa que procurou levantar os nomes de autoras/es de referência para esse debate na área do Serviço Social; e as suas produções – especialmente artigos e capítulos de livros – publicados a partir de 1990²⁵. Procuramos assim, mapear aquelas/es que vem se

²⁵ O recorte temporal se justifica pelo que foi exposto no primeiro tópico deste capítulo, quando reconhecemos que o debate sobre os Fundamentos do Serviço Social foi fortemente impulsionado na década de 1990 pelo processo de construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

dedicando a pesquisar, refletir, produzir e publicar sobre o “debate dos fundamentos”²⁶. E realizamos o seguinte levantamento:

- Ivete Simionatto (2004, 2018);
- Rosângela Batistoni (2017, 2021, 2022);
- Moema Serpa *et al* (2018, 2021);
- Marina Maciel Abreu e Franci Gomes Cardoso (2007, 2014, 2018);
- Maria Carmelita Yazbek (2009, 2018, 2020, 2024);
- Yolanda Guerra (1997, 2004, 2015, 2018, 2020, 2022, 2023, 2024);
- Thaísa Closs (2015, 2016, 2017, 2019, 2022, 2023a, 2023b);
- Mariléia Goin (2019a, 2019b, 2021, 2024);
- Rodrigo José Teixeira (2019, 2020, 2024).

Após leitura e análise desse material, sistematizamos algumas sínteses que apresentaremos a seguir, a começar pelas produções de Simionatto (2004, 2018). A autora aponta a primazia da história para a compreensão dos fundamentos do Serviço Social. “A compreensão da história não como um processo linear, estático, evolutivo, mas atravessada por múltiplas mediações sociais, econômicas, políticas, culturais, por projetos de classe em confronto, por conflitos e contradições” (Simionatto, 2004, p. 32). Em outro texto, Simionatto (2018) destaca que não é possível conhecer os fundamentos do Serviço Social sem o legado da tradição marxista. Para a autora a teoria social marxista e as tendências dela derivadas constituem os fundamentos do Serviço Social brasileiro” (Simionatto, 2018, p.88). E justifica sua concepção afirmando que:

A **renovação dos fundamentos do Serviço Social** está imbricada, portanto, à dinâmica mesma da realidade brasileira, estimulando segmentos do espaço acadêmico e profissional a buscar **novos referenciais** para iluminar a prática e a formação profissional (Simionatto, 2018, p. 89 – grifos nossos).

²⁶ O levantamento bibliográfico foi realizado no segundo semestre do ano de 2024; o estudo do material levantado foi realizado no primeiro e segundo semestre de 2025.

Em Batistoni (2017) também encontramos profícuas contribuições ao debate dos fundamentos quando a autora afirma que

[...] a análise do Movimento de Reconceituação, inscrito e vinculado às contingências históricas que determinaram sua emergência e desenvolvimento, implica no exercício de apreender **os fundamentos históricos e teórico-metodológicos das concepções de Serviço Social** na história latino-americana, privilegiando a tradição marxista, com destaque para as relações deste movimento com as lutas das classes subalternas (Batistoni, 2017, p.139 – grifos nossos).

O artigo busca evidenciar que os fundamentos teórico-metodológicos da profissão só podem ser compreendidos a partir dos fundamentos históricos, que condicionam a própria elaboração teórica. Assim, o movimento histórico, permeado por contradições sociais, políticas e econômicas, se impõe à profissão, exigindo novas formulações teóricas. Desse modo, a autora aborda os fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social como um processo contínuo e não concluído, tratando-se de uma “tarefa inconclusa” (Batistoni, 2017, p. 148).

Batistoni (2022), defende que o estudo dos fundamentos do Serviço Social deve ultrapassar visões restritas e imediatistas, entendendo-os como parte de um campo teórico que busca apreender a profissão como concreto pensado, tecido por múltiplas relações e determinações históricas, teóricas e metodológicas. E por fim a autora afirma que é preciso perceber “[...] a existência de **distintas linhas de análise sobre o tema dos fundamentos do Serviço Social** no interior do debate acadêmico profissional - o que merece ser tematizado (Batistoni, 2023, p. 222 e 223 – grifos nossos).

Serpa e Lewgoy (2018) afirmam que somente uma concepção teórica crítico-marxista é capaz de permitir que a profissão alcance, por meio de um mergulho ontológico, os seus fundamentos. E, então, as autoras sinalizam que “o exercício de revisitar o **referencial teórico construído pela profissão, bem como os que alimentam**

/referenciam suas reflexões, é o caminho necessário para ‘ir aos fundamentos’ [...]” (Serpa, Lewgoy, 2018, p. 195 – grifos nossos).

Em Serpa *et al* (2021), encontramos a seguinte reflexão:

É importante destacar que **o debate dos fundamentos do Serviço Social não goza de consenso** entre os diversos/as autores/as que tratam o tema. O que se explicita é um debate acerca da compreensão do seu significado, bem como, entre os diferentes e divergentes fundamentos do Serviço Social (Serpa *et al*, 2021, p. 57 – grifos nossos).

No texto de Cardoso (2007), observamos a necessidade de se pensar sobre a estrutura das disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) no processo de formação profissional. Cardoso (2007) discute a forma como as disciplinas de FHTMSS têm sido organizadas e oferecidas nas instituições de ensino, a partir dos núcleos de fundamentação presentes nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996. A autora sinaliza que, mesmo nas instituições que evidenciam o compromisso com uma formação profissional crítica, fortemente vinculada à tradição marxista, o debate dos fundamentos do Serviço Social tem se mostrado, muitas vezes, confuso ou incoerente. Portanto, **a autora procura demonstrar que há inconsistências no entendimento do que são os fundamentos do Serviço Social**, a partir da forma como as disciplinas de FHTMSS vem sendo tratadas nas unidades de ensino.

Em outro artigo de Cardoso e Abreu (2014), o debate sobre os fundamentos do Serviço Social é aprofundado a partir de uma concepção que compreende a profissão como expressão da práxis. Nessa perspectiva, as autoras abordam os fundamentos do Serviço Social inseridos no contexto da crise contemporânea do capitalismo neoliberal, com atenção especial à particularidade da realidade brasileira. A análise parte da categoria da práxis, fundamentada na tradição marxista, como chave interpretativa para compreender os desafios históricos que atravessam tanto o desenvolvimento social

quanto o horizonte da emancipação humana. No entanto, reconhecem que, no cenário atual, essas condições emancipatórias têm sido marcadas por retrocessos, especialmente diante da intensificação das desigualdades, da precarização do trabalho e do enfraquecimento das políticas sociais.

As autoras defendem uma concepção de fundamentos que vai além de um simples referencial teórico: trata-se de uma leitura crítica da realidade social, que reconhece as disputas políticas em curso e reafirma o compromisso ético-político da profissão com as lutas sociais. Assim, **os fundamentos do Serviço Social são entendidos como elementos vivos e dinâmicos, que se constituem no interior das contradições sociais e exigem constante atualização teórica, crítica e comprometida com a transformação social** (Cardoso e Abreu, 2014 – grifos nossos). Propõem que os fundamentos sejam compreendidos como expressão da práxis social e histórica da profissão.

Assim, a leitura que propõem vai além da análise superficial dos fundamentos, vinculando-os diretamente às mediações históricas, sociais e políticas que conformam a prática profissional. Para as autoras, os fundamentos do Serviço Social não podem ser entendidos como um conjunto estático de conteúdos, mas como expressões vivas de um processo social em constante transformação — um reflexo da práxis e, portanto, da luta de classes e das contradições estruturais da sociedade capitalista.

O artigo de Abreu (2018) aponta a trajetória histórica e a função política do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional da ABEPSS. A autora nos apresenta algumas considerações sobre os fundamentos partindo da própria ementa do GTP, que os trata como: “Fundamentos teóricos do Serviço Social: historicidade, configuração e paradigmas teóricos na realidade nacional e internacional nos âmbitos latino-americano e mundial”. Notamos, desse modo, que a própria ementa do GTP apresenta uma concepção de fundamentos do Serviço Social. Uma concepção que demonstra o acúmulo da

própria categoria profissional no que tange o debate dos fundamentos da profissão.

Em Yazbek (2009), logo no início do texto, a autora destaca:

A **análise dos principais fundamentos** que configuram o processo através do qual a profissão busca explicar e intervir sobre a realidade, definindo sua direção social, constitui o principal objetivo deste texto. É necessário assinalar que **essa análise das principais tendências históricas e teórico-metodológicas da profissão**, sobretudo nas três últimas décadas não é tarefa fácil ou simples, pois exige o conhecimento do processo histórico de constituição das principais matrizes de conhecimento do social, do complexo movimento histórico da sociedade capitalista brasileira e do processo pelo qual o Serviço Social incorpora e elabora análises sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção (Yazbek, 2009, p. 01 e 02 – grifos nossos).

Portanto, para esta autora, os fundamentos do Serviço Social se referem às tendências sócio-históricas da profissão e ao arcabouço teórico-metodológico que lhe serve e/ou influência. Desse modo, ao longo do texto a autora busca apresentar o processo histórico de constituição e desenvolvimento do Serviço Social e as principais referências teórico-metodológicas que irão fundamentar o trabalho profissional de assistentes sociais.

Yazbek (2009) afirma ainda que as diversas matrizes de pensamento que vão incidir no Serviço Social após o Movimento de Reconceituação se apresentam como possíveis fundamentações teórico-metodológicas do campo crítico para o nosso exercício profissional, possibilitando ao Serviço Social a ruptura com a hegemonia do conservadorismo e a construção de um projeto ético-político profissional de bases progressistas.

Em Yazbek (2018) encontramos uma formulação mais consistente sobre a concepção de fundamentos defendida pela autora:

[...] entendemos que **os fundamentos consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a**

interlocução entre o Serviço Social e a sociedade. É no âmbito da análise acerca dos fundamentos que se observa a incorporação pela profissão de matrizes fundamentais de conhecimento do social na sociedade burguesa. **Esses fundamentos são constituídos por múltiplas dimensões: históricas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.** Na atualidade, eles se expressam na abordagem histórico-crítica fundada na teoria social marxiana (Yazbek, 2018, p. 47 – grifos nossos).

Percebemos aqui a compreensão de fundamentos do Serviço Social vinculada às matrizes teóricas explicativas da realidade social e da própria profissão. E a autora destaca que esses fundamentos se constituem de múltiplas dimensões. Desse modo, notamos que Yazbek (2018) não desconsidera os fundamentos históricos, nem os ético-políticos, nem tampouco os técnico-operativos, mas, em suas produções, vem privilegiando o debate dos fundamentos teórico-metodológicos.

Essa nossa análise se reafirma nos artigos seguintes (Yazbek, 2020, 2024) quando a concepção de fundamentos aparece como “[...] a matriz histórico-ontológica, explicativa da realidade, e da profissão, sob múltiplos aspectos, e que permeia a interlocução entre o Serviço Social e realidade” (Yazbek, 2020, p. 294).

Em suas produções mais recentes a autora vem afirmando que, na atualidade, esses fundamentos se expressam na abordagem histórico-crítica, fundada na Teoria Social de Marx e na Tradição Marxista, que se apresenta como “base para o projeto profissional hegemônico, expressando uma direção social que se estrutura nas dimensões histórico-ontológicas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas” (Yazbek, 2024, p. 152).

Assim, nos quatro textos analisados, observamos que Yazbek têm como eixo central a defesa dos fundamentos enquanto matrizes teórico-metodológicas utilizadas no e pelo Serviço Social para a compreensão e intervenção na realidade.

Guerra (1997, 2004) considera o campo marxista como sendo o único capaz de nos permitir um mergulho real nos fundamentos.

Para Guerra (2004), o distanciamento dos fundamentos – especialmente os ontológicos – compromete não só a compreensão do Serviço Social, mas também a própria capacidade de intervenção crítica da profissão. Assim, ao longo de suas reflexões, ela constrói um entendimento profundo sobre o que são os fundamentos e porque é necessário retomá-los, especialmente em tempos de fragmentação teórica e pragmatismo acrítico.

Segundo a autora, a realidade social se apresenta como a base sólida sobre a qual se constroem tanto o Serviço Social quanto as teorias que buscam explicá-lo. A partir dessa perspectiva, a autora defende que é somente a ontologia do ser social – desenvolvida por Marx e aprofundada por Lukács – que oferece os instrumentos teórico-metodológicos necessários para uma análise crítica dos fundamentos da profissão. É nesse contexto que, em Guerra (2004), surge pela primeira vez uma formulação importante: a de que os fundamentos do Serviço Social estão enraizados em suas bases histórico-ontológicas. Ou seja, são as categorias marxianas que possibilitam compreender, de forma profunda e crítica, os fundamentos que sustentam a profissão.

Assim, Guerra (2004, p. 25) aponta que:

[...] pretende-se resgatar a importância da tradição marxista no Serviço Social e de seu investimento em compreender **as bases histórico-ontológicas que fundam a profissão**, na apreensão do seu significado social e sua funcionalidade, na crítica ao conservadorismo teórico-metodológico e prático-político e na construção de um projeto profissional que intencione a ruptura com o conservadorismo (grifos nossos).

Aqui, aparece, pela primeira vez, em Guerra (2004) uma formulação que nos leva a compreender que são as bases histórico-ontológicas que fundam o Serviço Social, sendo, portanto, os seus fundamentos; e que somente as categorias marxianas nos permitem a compreensão destes.

Em outro artigo, Guerra (2015) nos trará uma definição dos fundamentos de forma mais robusta:

Quanto ao Serviço Social, **por fundamentos estamos considerando as bases sócio-históricas objetivas e subjetivas, bem como as mediações que vinculam e permeiam o exercício profissional do assistente social**, ambos resultantes das determinações societárias mais amplas, as quais se particularizam em determinações próprias da *cultura profissional* (Guerra, 2015, p. 7 – grifos nossos).

Em 2018, a autora enriquece seu arcabouço sobre a temática, ainda dentro do escopo de suas construções passadas – o que, como veremos, se mantém também nos anos seguintes, demonstrando rigor para com o objeto. Neste artigo, Guerra (2018, p. 29) aponta

[...] que ter **a realidade social como fundamento** significa que são as condições de produção e reprodução da vida social e espiritual dos homens e mulheres as suas bases constitutivas, processo construído por meio de sua práxis individual e social que, ao mobilizar/enfrentar as contradições de classe, constroem a história (Guerra, 2018, p. 37 – grifos nossos).

Os fundamentos do Serviço Social compreendidos enquanto movimento histórico, inscritos na realidade social são corroborados no trabalho de Guerra (2022). Neste capítulo de livro a autora menciona, pela primeira vez, a diferença entre o que compreendemos enquanto **fundamentos do e para** o Serviço Social, quando afirma que “[...] se faz necessário reconhecer que a temática dos fundamentos **do/para** o Serviço Social ganha novos contornos na quadra história que vivenciamos” (Guerra, 2022, p. 34).

A autora afirma que

[...] a partir da análise que permite interpretar os fundamentos histórico-ontológicos do modo de ser, de aparecer, de pensar e de interpretar a profissão. A partir dos fundamentos da Teoria Social de Marx foi possível captar o movimento da profissão no contexto das relações sociais, como necessidade sócio-histórica das classes (Guerra, 2022, p.39).

Desse modo, os fundamentos da Teoria Social seriam necessários **para** a compreensão daqueles fundamentos histórico-ontológicos **do** Serviço Social. Assim, em Guerra (2022), também encontramos o debate dos fundamentos histórico-ontológicos e teórico-metodológicos, como sinalizamos anteriormente ao analisar as produções de Yazbek. Mas, aqui, notamos um movimento contrário, um esforço em privilegiar nas suas produções, reflexões sobre os fundamentos histórico-ontológicos e não os fundamentos teórico-metodológicos.

No texto seguinte, (Guerra, 2023), encontramos de forma mais explícita a explicação sobre as diferenças entre **fundamentos do** e **para** o Serviço Social, quando a autora afirma:

[...] vou reforçar a hipótese de que esta profissão tem bases e fundamentos histórico-ontológicos que sustentam, estruturam e movimentam a sua constituição, o seu modo de ser e de existir [que seriam os fundamentos do Serviço Social]; tem fundamentos teórico-metodológicos que a explicam [que seriam os fundamentos para o Serviço Social] (Guerra, 2023, p. 44 – comentários nossos).

Segundo Guerra (2024, p. 160) os fundamentos teórico-metodológicos não são menos importantes. Eles

[...] são a base de fundamentação sobre a realidade e sobre a profissão. Eles têm como objeto os fenômenos e práticas sociais e se constituem em modos de explicar a realidade social, buscam a apreensão da sua base material, da sua lógica constitutiva e, nesta base, a profissão (Guerra, 2024, p 160).

Sua análise mais completa sobre estes fundamentos se encontra no seu trabalho do ano de 2020. A partir dele, a autora passa a adotar a denominação: fundamentos teórico-filosóficos (ao invés de teórico-metodológicos). E ao longo do texto a autora justifica sua escolha pelo termo “filosófico”.

Guerra (2020, p.32) nos lembra que o substrato ídeo-político das diferentes teorias sociais – assim como dos saberes instrumentais

que absorvemos a partir de experiências e elaboramos através de categorias de análise – fundam-se em pressupostos filosóficos. “Nossas maneiras de interpretar o mundo são orientados por pressupostos teórico-filosóficos (com implicações ético-políticas)” (Guerra, 2020, p.33).

Sobre os fundamentos **do** Serviço Social a autora sintetiza: “estamos considerando fundamentos, a partir do seu sentido etimológico, como base, o alicerce, os princípios que regem realidade e profissão, tanto o que funda quanto sua lógica constitutiva; [...]” (Guerra, 2024, p.159).

E para Guerra (2024, p. 159), os fundamentos histórico-ontológicos “[...] tem prioridade em relação aos que buscam explicá-la”, justamente porque são produtos da práxis e denotam a “[...] prioridade ontológica da realidade sobre o conhecimento, da prática sobre a teoria, dos fundamentos histórico-ontológicos sobre os teórico-filosóficos (Guerra, 2024, p.160).

Por fim, gostaríamos de destacar três autores de uma nova geração de pesquisadores que vem se debruçando sobre o debate dos fundamentos do Serviço Social e nos oferecendo importantes contribuições. A começar por Closs (2017), a autora diz da necessidade do adensamento dos estudos sobre os fundamentos da profissão, que entende da seguinte forma:

Os fundamentos do Serviço Social constituem matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente na sua trajetória histórica no movimento da realidade brasileira, a qual possui dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa desta profissão. Esta matriz na atualidade, conforma-se a partir da conjugação de método/teoria marxistas e valores emancipatórios na análise histórico-crítica totalizante do Serviço Social, profissão cujo núcleo central reside no debate teórico-metodológico marxista, na análise da categoria trabalho (mediada com a profissão), bem como do seu projeto ético-político (Closs, 2017, p. 12 – grifos nossos).

Para Goin (2019a, p.29) os fundamentos do Serviço Social representam para a “[...] profissão a análise de seu desenvolvimento atrelada aos processos sociais constitutivos da sociedade burguesa [...]”. E, então, sintetiza o que entende por fundamentos do Serviço Social:

[...] os elementos que (a) **alicerçam e assentam as bases** da formação e do trabalho profissional ao longo de sua trajetória sócio-histórica e (b) **conferem configuração particular à profissão** em face da processual e orgânica relação com a realidade, interpondo-lhe a necessária apropriação das matrizes de conhecimento do social e do movimento da sociedade para prover de direção social e política o trabalho profissional, seja por viés conservador, seja emancipatório (Goin, 2019a, p.31 – grifos nossos).

Teixeira (2024, p. 88 – grifos nossos) destaca que nos relatórios produzidos pelo Projeto ABEPSS Itinerante, muitas vezes, a concepção de fundamentos do Serviço Social apareceu vinculada somente à disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social e “não como o **conjunto dos componentes curriculares que permitem uma análise da realidade e da profissão**”. Ao final este é mais um autor que aponta para a necessidade da ampliação das pesquisas sobre essa temática, buscando o aprofundamento e avanço do debate.

4. Algumas considerações

Chegando ao final deste capítulo, gostaríamos de realizar algumas últimas considerações. A primeira delas, e que nos parece bastante óbvia, é que o estudo acima apresentado demonstra de forma explícita que no campo dos fundamentos do Serviço Social existe mesmo um debate que comporta diferentes abordagens e compreensões sobre o tema.

A análise qualitativa dos trabalhos publicados nos anais do 17º e do 18º ENPESS, nos chamou a atenção pelas imprecisões apresentadas no que se refere a uma conceituação acerca dos

fundamentos do Serviço Social. Os trabalhos estão inscritos no subeixo intitulado “fundamentos”, se propõem a tratar dos fundamentos da profissão, mas não dizem o que estão considerando ser estes fundamentos.

Essas imprecisões nos levaram ao segundo movimento de pesquisa – o levantamento das/os autoras/es que tem se dedicado à pesquisa, ao estudo, à produção e publicação de textos (artigos, capítulos e livros) sobre os fundamentos do Serviço Social. Sendo, por nós consideradas como autoras/es de referência para o debate.

Constatamos que as contribuições têm sido muitas, mas que os consensos são atravessados por diferenças de abordagem e/ou de compreensão. Desse modo, encontramos os fundamentos do Serviço Social sendo identificados como: referencial teórico-metodológico construído pela própria profissão; referencial teórico-metodológico que incide na profissão ao longo da sua trajetória; expressão da práxis social e histórica da profissão; matriz histórico-ontológica explicativa da realidade e da profissão; bases histórico-ontológicas que fundam a profissão; mediações que vinculam e permeiam o exercício profissional do assistente social; conjunto dos componentes curriculares que permitem uma análise da realidade e da profissão.

Essas diferentes abordagens sobre os fundamentos do Serviço Social não necessariamente estão se contrapondo, muitas vezes, elas se colocam como complementares. No entanto, o que nos parece ser uma questão urgente e necessária é a apropriação deste debate e a compreensão das suas diferenças. Porque o não entendimento sobre os fundamentos da profissão reverbera em uma não compreensão da sua natureza, da sua trajetória e do seu significado social nesta sociedade de classes.

Referências

ABREU, M. M. **O Grupo Temático de Pesquisa “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional” no âmbito da ABEPSS – determinações, trajetória e função político-acadêmico-**

científica. In: GUERRA, Yolanda et al (orgs). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Editora Papel Social, 2018.

BATISTONI, M. R. **Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte:** problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (orgs). *A história pelo avesso – a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.

BATISTONI, M. R. **O Movimento de Reconceituação no Brasil:** o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). In: *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, 2º semestre de 2017, n. 40, v. 15, p. 136-150.

BATISTONI, M. R. **O Serviço Social na história:** Pesquisa “em rede” internacional de pesquisadoras/es. In: REIDEL, T. *et al* (orgs). *Serviço Social: perspectivas internacionais sobre fundamentos, formação e trabalho profissional*. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2022.

CARDOSO, F. G.; ABREU, M. M. **Serviço Social como uma expressão da práxis na crise contemporânea do capitalismo:** fundamentos e tendências no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 18, p. 313–321, 5 ago. 2014.

CARDOSO, F. G. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social:** tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na implementação das diretrizes curriculares. *Temporalis*, Brasília, n. 14, p. 31–54, jul./dez. 2007.

CLOSS, T. T.; SANTANA, E. P.; SANTOS, L. G.; ARTUZI, M. E. **Fundamentos do Serviço Social:** ensino e pesquisa na região sul do Brasil. *Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social/16º Encontro Nacional de Política Social*, 2023a.

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social:** uma análise das produções nos periódicos da área. *Anais do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social*, 2015.

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social:** um estudo a partir da produção da área. Curitiba: CRV, 2017.

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social:** um estudo a partir dos periódicos da área. Anais do 4º Encontro Internacional de Política Social/11º Encontro Nacional de Política Social, 2016.

CLOSS, T. T.; SANTOS, L. G.; ARTUZI, M. E.; SILVA, R. G. **Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social:** tendências e desafios de ensino. Anais do XI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2023b.

CLOSS, T. T.; WEBER, B. **O Serviço Social no Vale do Taquari:** suas competências e fundamentos profissionais. In: Revista Sociedade em Debate, Pelotas, v. 28, n. 3, p. 201-219, set./dez. 2022.

CLOSS, T. T.; WEBER, B. **Que fundamentos para quais competências?** Uma investigação junto aos assistentes sociais trabalhadores do Vale do Taquari – RS. Anais do III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2019.

ESCURRA, M. F.; IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social e trabalho da(o) assistente social:** revisitando o debate histórico-crítico. In: MELO, A, I, S. C; CARDOSO, I. C. e FORTI, L; V. (Orgs). Trabalho, Reprodução Social e Serviço Social: desafios e utopias. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

GOIN, M. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe:** conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais. Campinas, SP, Papel Social, 2019a.

GOIN, M. **Fundamentos do Serviço Social:** perspectiva disruptiva e alicerces profissionais. In: GHIRALDELLI, R.; ELIAS, M. (orgs). Diretrizes Curriculares e Formação em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2024.

GOIN, M. **O Serviço Social e suas particularidades histórico-profissionais ao redor do mundo.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 141, p. 339-352, maio/ago. 2021.

GOIN, M. **Tendências atuais o ensino dos Fundamentos do Serviço Social.** In: Revista Textos e Contextos, Porto Alegre, v.18, n.02, p. 01-12, jul./dez., 2019b.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais.** In: HORST, Cláudio H. M.; ANACLETO, Talita F. M.; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (orgs). Belo Horizonte: CRESS, 2023.

GUERRA, Y. **A força histórico-ontológica e crítico analítica dos fundamentos.** In: Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, n. 10, 2004.

GUERRA Y. **A ontologia do ser social:** bases para a formação profissional. In: Serviço Social e Sociedade. Cortez Editora. São Paulo, v.18, n.54, p. 9–25, jul. 1997.

GUERRA, Y. **A pesquisa sobre fundamentos, formação e trabalho profissional em Serviço Social frente à conjuntura nacional e internacional na atualidade.** In: REIDEL, T. et al. Serviço Social – perspectivas internacionais sobre fundamentos, formação e trabalho profissional. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2022.

GUERRA, Y. **Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios:** os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y; *et al* (orgs). Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

GUERRA, Y. **Elementos para uma crítica ontológica das “filosofias” e de seus fundamentos.** In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (orgs). Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social. Coleção Fundamentos Críticos para o Serviço Social. Fortaleza: Socialis Editora, 2020.

GUERRA, Y. **Fundamentos, afinal do que se trata?** Elementos para a formulação de uma concepção sobre fundamentos na perspectiva crítica. In: LIMA, C. C. *et al*. Serviço Social ao redor do mundo – debate crítico sobre fundamentos e formação profissional. Embú das Artes: Alexa Cultural, 2024.

GUERRA, Y. **O serviço social e a análise crítica de seus fundamentos**. 3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”, Vitória, 2015.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. Cortez Editora, São Paulo: 2011.

PAULA, L. G. P. de; CARDOSO, A. C. S.; FREITAS, I. G.; SILVA, J. O. B. **Fundamentos do Serviço Social**: análise do debate presente no XVII ENPESS. In: Revista Argumentum, Vitória, v. 17, p. 1-16.

SERPA, M. A.; LEWGOY, A. M. B. **Fundamentos, formação e trabalho profissional**: tendências e perspectivas da produção do conhecimento do Serviço Social. In: GUERRA, Y; *et al* (orgs). Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

SERPA, M. A.; SILVA, Y. V. A.; NÓBREGA, M. B. **Fundamentos do Serviço Social**: tendências significativas da produção de conhecimento na área. In: GONÇALVES, M. C. V.; SANTOS, V. N. (orgs). Serviço Social em contracorrente. Curitiba: CRV, 2021.

SIMIONATTO, I. **As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social**. In: GUERRA, Y; *et al* (orgs). Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

SIMIONATTO, I. **Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social**. In: Revista Temporalis, ano IV, nº 8, jul./dez. 2004.

TEIXEIRA, R. J. **Fundamentos do Serviço Social**: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ, 2019.

TEIXEIRA, R. J. **O debate dos fundamentos do Serviço Social**: o projeto ABEPSS itinerante. In: Revista Temporalis, Brasília (DF), ano

20, n. 40, p. 77-93, jul./dez. 2020.

TEIXEIRA, R. J. **O projeto de formação profissional em Serviço Social no Brasil:** algumas considerações sobre a atualidade das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. In: LIMA, C. C.; *et al* (orgs). Serviço Social ao redor do mundo: debate crítico sobre fundamentos e formação profissional. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2024.

YAZBEK, M. C. **As diferentes perspectivas conceituais da tradição marxista presentes no debate dos fundamentos do Serviço Social brasileiro.** In: LIMA, C. C. *et. all.* (org). Serviço Social ao redor do mundo: debate crítico sobre fundamentos e formação profissional. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2024.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social.** In: GUERRA, Y, *et alii* (orgs). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

YAZBEK, M. C. **Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo.** In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.20, n.02, p. 293-306, jul./dez., 2020.

YAZBEK, M. C. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009.

PARTE II

CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL

III

AS PRIMEIRAS SISTEMATIZAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: NOTAS SOBRE A INFLUÊNCIA DAS PERSPECTIVAS CONSERVADORAS ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1960

Adriana Ramos

Maria Angelina Baia de Carvalho de Almeida Camargo

1. Introdução

Este capítulo, construído a partir de reflexões de duas pesquisadoras da área de Fundamentos do Serviço Social, pretende jogar luz num movimento, ainda que incipiente, mas que deve ser rememorado, sobre a sistematização do Serviço Social na direção da construção de um campo de conhecimento, com destaque para as décadas de 1940 a 1960. Ainda que organicamente vinculada as tendências teóricas externas oriundas das vertentes franco belga e norte-americanas, identificamos a partir de uma pesquisa e revisão bibliográficas, esforços continuados das primeiras assistentes sociais brasileiras, de pensar sobre a profissão. As problematizações partem das compilações de experiências, de relatos de trabalho, fundamentados nos referenciais teóricos da época que influenciavam o Serviço Social. Como expressão inicial dessa sistematização, (mas não só), temos a produção de Pinheiro (1939),¹ que traz suas experiências profissionais carregadas de referências teóricas inspiradas no funcionalismo. Assim, identificamos que a profissão no seu desenvolvimento sócio-histórico, sempre apresentou mesmo que de

¹ Trata-se da obra da assistente social Maria Esolina Pinheiro, publicada em 1939, intitulada: *“Serviço Social: infância e juventude desvalidas.”* São Paulo: Cortez (reeditada em 1985).

forma incipiente, uma preocupação em não só produzir, mas também socializar o seu conhecimento sobre a realidade na qual intervém. Certamente com um referencial teórico distinto e até antagônico ao que nos respaldamos hoje, mas o que queremos validar aqui é este esforço que mesmo nas searas de sua natureza conservadora, está presente nos anos iniciais do Serviço Social brasileiro.

Tratar da produção de conhecimento no período proposto, neste artigo, implica considerar o contexto da época e as primeiras preocupações com a formação profissional por meio da organização nas escolas de Serviço Social que se constituíam no país. De acordo com Sá (1995), se desenvolve no Brasil, especialmente no período de 1936-1954, a expansão das escolas, a organização da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e a regulamentação do ensino de Serviço Social em seus aspectos curriculares. A autora, destaca que nos anos iniciais os conteúdos abordavam a sociologia, noções de Direito e Legislação, Economia e Política Social, Higiene e Enfermagem, Psicologia, Pedagogia e elementos da Psiquiatria. São os conhecimentos, considerados:

[...] de natureza “científica” aos quais se acrescentam de ordem “teórica” e “prática”. Os teóricos compreendem: o Serviço Social – natureza, métodos, processos, campos, órgãos de Serviço Social, noções de técnicas auxiliares do Serviço Social, moral profissional e sua aplicação ao serviço Social. A formação prática refere-se às realizações ou “a um aspecto da formação técnica”, constituindo em estágios, visitas domiciliares, visitas a obras sociais [...]. (Sá, 1995, p. 74)

A formação evocava de maneira incipiente, conhecimentos tidos como “científicos”, a partir de uma concepção positivista de “ciência”, desenvolvida especialmente a partir da sociologia, ainda que o ensino de Serviço Social não estivesse no âmbito universitário². É

² Netto (1998, p. 126), destaca que institucionalmente a interação da profissão com as disciplinas vinculadas às ciências sociais começa a esboçar-se na passagem dos anos de 1950 aos anos de 1960, só se concretizando na dinâmica do processo de renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa. Sendo de fato o momento em que a

possível considerar que é a partir desses elementos curriculares que a profissão iniciava a sua trajetória ainda demarcada por iniciativas confessionais e paroquiais, conforme demonstrou Netto (1998).

Partimos do pressuposto que as modificações sofridas pela profissão, especialmente a partir de 1945, expressavam a vinculação do Serviço Social brasileiro e latino-americano com as escolas norte-americanas e com os conteúdos formativos para a área nesse país³. A hipótese que se coloca é que apesar da profissão, na época, não dispor de estatuto acadêmico e não ser reconhecida e regulamentada⁴ (o que ocorrerá apenas nos anos de 1950), já existia um esforço de organização e sistematização do trabalho do Assistente Social. Esse movimento como um “esboço” para a produção do conhecimento, se localizava na estrutura de uma elaboração teórico-prático⁵, orgânica à tradição conservadora, mediado sobretudo pela sociologia norte-americana.

Articulando esses elementos, o artigo está estruturado em quatro itens e as considerações finais. Primeiro, realiza breves considerações acerca da concepção de produção de conhecimento na área de Serviço Social. Segundo, apresenta de forma panorâmica as duas primeiras sistematizações no universo profissional, situando-as a

formação de assistentes sociais “[...] recebe de fato o influxo da sociologia, da psicologia social e da antropologia”.

³ Para Iamamoto; Carvalho (1998, p. 228), “como marco da influência norte-americana no ensino especializado no Brasil, situa-se o Congresso Interamericano de Serviço Social realizado em 1941 em Atlantic City (USA). A partir desses eventos se amarram os laços que irão relacionar estreitamente as primeiras escolas de Serviço Social brasileira com as grandes instituições e escolas norte-americanas e os programas continentais de bem-estar social”.

⁴ Em 1953 foi publicada a Lei Federal nº 1.889, em 13 de junho de 1953, que dispõe sobre os objetivos do ensino de Serviço Social, sua estrutura e as prerrogativas para os portadores de diploma de Assistente Social e Agente Social. A primeira lei de regulamentação de Assistentes Sociais no Brasil ocorre através da Lei Federal nº 3.252, de 7 agosto de 1957. Inaugurando, partir da década de 1950 uma nova etapa na trajetória profissional no país.

⁵ Esse período, de acordo com Iamamoto (1997), ocorre mediante a preservação das bases doutrinárias originais, mais com a incorporação do suporte teórico das ciências sociais, especialmente através da noção de comunidade e do princípio de solidariedade, associada a filosofia social humanista cristã e aos procedimentos de intervenção do Serviço Social norte-americano, compondo o *arranjo teórico-doutrinário* da profissão, sem alterar os compromissos sociopolíticos com o *ethos* burguês.

partir das influências do Serviço Social europeu e norte-americano. Terceiro expõe o (esboço) da produção de conhecimento na profissão como um caminho iniciado entre as décadas de 1940 e 1960, estando esta, marcada pela influência positivista no Serviço Social brasileiro. E, quarto, que discorre sobre as primeiras sistematizações profissionais no âmbito do desenvolvimento de comunidade, no período de 1950-1960.

2. O Serviço Social e a produção de conhecimento: breve considerações

Entendemos como recomendável, tecer algumas ponderações sobre o que compreendemos como produção de conhecimento e, mais especificamente, como essa dinâmica se opera no campo do Serviço Social. Partindo de uma perspectiva crítica, no exame da realidade, consideramos como produção do conhecimento, os acúmulos sócio teóricos de uma determinada área do saber construídos numa processualidade histórica, que tem uma relação orgânica com a realidade social nas suas contradições e tensionamentos. Assim, afirmamos que a produção do conhecimento expressa as tendências históricas, econômicas, sociais e culturais do contexto do capitalismo em suas diversas fases e, portanto, a concepção de produção de conhecimento não está apartada da conjuntura social, política e econômica que se vivencia. As tendências e/ou referencialidades teóricas se constroem como formas de análise e de se apropriar do mundo, da sociedade e da realidade (Silva, 2023). Neste processo, não há nem homogeneidade nas formas de pensamento e nem “harmonia” nas conjugações do ser e do pensar, pois existem distintas formas de apropriação do mundo, como por exemplo, a partir do senso comum, da arte, da religião, do conhecimento prático, dentre outras (Silva, 2023).

Numa perspectiva alinhada com o campo da tradição marxista, no âmbito das Ciências Sociais, a produção do conhecimento apresenta como determinante, o processo de desvelamento do real, mobilizando um esforço intelectual para o pesquisar e deslindar os elementos constitutivos da realidade social, se apropriando de sua aparência no

intuito de capturar sua essência. Nessa dinâmica, se constroem determinadas racionalidades, que neste escopo, disputam a hegemonia sendo esse processo fundamentado nas relações sociais concretas entre homens e mulheres de uma determinada sociedade, que se constitui a partir de um determinado modo de produção.

Mas para que se atribua um estatuto teórico ao processo de produção de conhecimento, é fundamental a compreensão de que, nos termos de Marx, a existência da realidade é anterior ao ato de se pensar sobre ela, e o sujeito exerce um papel fundamental no ato de pensar sobre a realidade, que independe desse ato para existir. Portanto, é partindo desse processo que se capta a reprodução ideal (no pensamento) do movimento real do objeto que se dinamiza na realidade social, que se manifesta de várias formas, nas suas mais diversas determinações. Assim, torna-se necessária a presença de um sujeito para construir um processo de produção de conhecimento teórico, que tenha a capacidade de “[...] independentemente da sua vontade e desejo, “[possa]” captar e traduzir, por meio do pensamento, essa vivacidade “[...]” da existência desse objeto na realidade concreta” (Silva, 2023, p. 60).

Considerando que nos inserimos na lógica capitalista, o processo de produção de conhecimento também será afetado pelas mudanças que essa sociedade constrói a partir do desenvolvimento de suas forças produtivas. Assim, esse processo não passa incólume das transformações societárias, e, por fim, acaba sendo abstraído e capturado pela lógica do capital, que o direciona para lhe ser funcional. Com esta perspectiva, consolida-se uma produção de conhecimento que seja útil no sentido de manutenção de hegemonia, de sua direção social, política e econômica, ou seja, a produção de conhecimento pode ser apropriada e absorvida pela lógica do capital, produzindo referencialidades teóricas que justifiquem a existência e manutenção desse sistema.

3. A produção de conhecimento na profissão: o caminho iniciado

Considerando então que a construção e produção do conhecimento envolve os elementos acima, pensar essa dinâmica na profissão do Serviço Social desde sua gênese na realidade brasileira, nos anos de 1936, contém algumas implicações. De acordo com as pesquisas realizadas, o Serviço Social apresenta um conjunto de materiais e referências teóricas que nortearam sua formação e seu trabalho profissional na sua trajetória sócio-histórica brasileira. Ainda que altamente influenciado pela sociologia norte-americana, a partir da década de 1940, sempre esteve presente a necessidade de sistematizar informações sobre a profissão. Portanto, genuinamente não há uma produção própria⁶ do Serviço Social brasileiro, ou seja, majoritária e expressivamente escrita por assistentes sociais brasileiras/os, processo que somente se intensificou a partir dos anos de 1970. Mas não se pode desconsiderar que há um compósito de produções que revelam as formas de ser e pensar da profissão a partir de determinadas referencialidades teóricas, pois as primeiras publicações datam mais especificamente das décadas de 1950, sendo as produções bibliográficas a época, notadamente “importadas”. Portanto o que se segue são problematizações acerca destes conteúdos que são localizados em livros, textos, anais de congressos dentre outros. Uma das marcas do conservadorismo presente no Serviço Social tem origem no aspecto moralizador do exercício profissional de assistentes sociais, cujo escopo de justificação tem como um dos braços de influência a religiosidade de base cristã.

Certamente, partindo do Positivismo, este se esforçou para

[...] demonstrar as possibilidades da ciência em chegar ao conhecimento das leis que regem os fenômenos naturais de acordo

⁶ Até a década de 1950, eram raríssimas as produções do Serviço Social brasileiro considerando que seu diálogo consistia basicamente com a literatura norte-americana, oriunda das Ciências Sociais e que abordavam questões muito mais tecnicistas do que teóricas, ainda que as concepções de sociedade, de mundo, e de homem estivessem atreladas ao Positivismo.

com métodos cientificamente experimentados e comprovados, e expos os limites das explicações religiosas, do obscurantismo, das crendices e do atraso, características que eram próprias ao mundo da feudalidade”. (Escorsim Netto, 2020, p. 177)

Se pensarmos no padrão da sociabilidade burguesa, estamos convencidas de que o pensamento conservador é orgânico a ela e, portanto, funcional a sua dinâmica. Considerando a gênese da profissão nos marcos do capitalismo monopolista, ela certamente não sai ileso desta influência, ao contrário, assim como o conjunto das ciências sociais, é prenhe de uma herança conservadora. Essa aliás era a referencialidade teórica premente na sociologia norte americana da época, e assim o Serviço Social se imbuí na perspectiva de sistematizar, relatar e pensar sobre sua intervenção profissional.

Essa forma de aparecer das ciências sociais, oculta seu real significado sobretudo a partir da sociologia positivista que é forjada para a criação de uma ideologia de coerção e consenso para a manutenção da ordem social. Portanto, nada mais conservador. “[...] A tradição positivista se reúne em torno de um conjunto de explicação sobre a sociedade que questiona [...] a possibilidade de alcançar a essência ou os fundamentos de tais explicações. Podemos identificar sua unidade na fragmentação da realidade em setores ou ‘subsistemas’ autônomos, com funções previamente determinadas e interdependentes, cujo funcionamento deve se orientar para manter a estabilidade do sistema na constante busca da sua manutenção e do seu aprimoramento” (Guerra et al; 2024, p.103).

Nesse sentido, compreende-se que o Positivismo tem seu fundamento científico no “organicismo”, ou seja, na compreensão de que a sociedade, como um todo, de forma isolada, funciona como um “organismo humano” que se integra a partir das suas partes, considerando que cada uma delas apresenta uma determinada função. Mas que age de forma sistemática, validando assim a sociedade como um organismo social. Esse contexto é salutar para a manutenção do instituído, para que cada uma realize sua tarefa, ou seja, para que cada instituição e cada indivíduo mantenham uma harmonia, integrando o

todo que deve se manter coeso. Por isso é necessário que seus membros se apropriem das regras e valores sociais, para que não ocorra a anomia e para que assim a sociedade funcione sem nenhum desajustamento. Para tal, ou seja, objetivando o aperfeiçoamento da sociedade, as reformas se configuram como mecanismos de correção das anomias sociais que podem comprometer o todo, colocando em risco, a sociedade capitalista.

Esta forma de simular no escopo das Ciências Sociais⁷, objetivando o estudo da sociedade, à época, meados do século XIX, foi uma estratégia para que se atribuisse valor a elas, pois as demais Ciências, conhecidas como Naturais, exerciam uma hegemonia no campo da produção de conhecimento. Por isso era necessário para que as Ciências Sociais tivessem a elevação a este estatuto, que houvesse a concepção de que a sociedade é regida por leis naturais, que são desarticuladas das ações humanas o que produz uma harmonia natural, onde a explicação dos fenômenos se expressa de forma neutra, objetiva e isenta de julgamentos de valor. (Escorsim Netto, 2020). Desta forma, “equalizar” as Ciências Sociais às Ciências naturais, renderia legitimidade para a Sociologia.

Essa lógica de equiparação a um organismo social produz determinadas derivações que se concretizam em nomenclaturas como “diagnóstico social”, “patologia social”, “anamnese” e “tratamento social”, dentre outras. Tais conceitos foram devidamente apropriados pelo Serviço Social, construindo um vocabulário de significados no seu processo interventivo. Portanto, esperava-se que “[...] o assistente social [tivesse] formação que o [habilitasse] ao diagnóstico compreensivo do comportamento humano e das condições sociais que afetam o comportamento e os padrões de vida”. (Ministério da Educação e Saúde, 1955, p.82). No que se referia as finalidades da profissão, na realidade brasileira, elas estavam em sintonia com o

⁷ Neste texto não abordaremos o contexto em que surgem as Ciências Sociais como forma científica de justificativa de manutenção do poder do projeto burguês, ou seja, o pensamento conservador que é orgânico ao campo da Sociologia e a sociabilidade burguesa que se instaura no pós-1848, será também constitutivo do Serviço Social na sua gênese, mas para maiores aprofundamentos conferir Escorsim Netto (2011)

projeto hegemônico burguês com referenciais profissionais que apresentavam um exame superficial sobre a realidade na qual se intervinha articulado com determinados conteúdos teóricos metodológicos que não se propunham ao alcance da essência dos fenômenos sociais. Por isso,

No que se refere ao Serviço Social, o primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização foi buscado na matriz positivista e consequentemente na sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. **A teoria social, assentada no positivismo, aborda as relações sociais dos indivíduos** no plano de suas vivências imediatas, como fatos que se apresentam em sua objetividade e imediatez. Essa perspectiva restringe a visão teórica ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. As mudanças apontam para a conservação e preservação da ordem estabelecida, isto é, do ajuste (Andrade, 2008, p.278, grifos nossos).

Durante décadas esse foi o substrato teórico metodológico e ídeo-político que constituiu os processos interventivos do Serviço Social, nos seus saberes teóricos e nas suas metodologias interventivas que mesclavam tanto os referenciais da doutrina social da Igreja quanto os referenciais da sociologia positivista norte americana, e daí sua natureza sincrética⁸. Essa referencialidade teórica se configurou na construção de uma cultura política avessa a uma crítica a sociedade capitalista e ao conjunto de desigualdades por ela produzidas, gerando um “tecnicismo asséptico” que apresentava resultados com características práticas, empiricistas, reiterativas, não valorativas da teoria e sim do pragmatismo e do imediatismo, o que ratifica a ausência de questionamento e problematizações efetivos a ordem instituída. (Forti; Cunha; Pequeno, 2025, p. 29-30)

Nessa esteira argumentativa, entre os anos de 1939-47, assistentes sociais apresentaram uma preocupação, de construção de uma elaboração de critérios teóricos e técnicos, com tonalidades

⁸ Para aprofundamento sobre esta temática conferir Netto (1991), Capitalismo Monopolista e Serviço Social no Brasil.

conservadoras, para nortear sua atuação profissional e que contribuíssem para sua legitimação nos espaços sócio-ocupacionais que estavam inseridas. A concepção de profissão, no âmbito da matriz positivista, se atinha a uma prática individualizada que pretendia agir sobre os “desajustamentos familiares e sociais”, centrada em políticas que visavam o desenvolvimento, adequando sua metodologia a esta questão com ações promocionais, preventivas e corretivas (Netto, 1991). No que se refere a profissão, “[...] Serviço Social seleciona, normalmente, não só as qualidades morais dos indivíduos, como os próprios indivíduos capazes de mais completa adaptação social”. (Pinheiro, 1939, p. 47). Sobre os problemas sociais, a proposta se centrava-se no diagnóstico social e no tratamento de seus aspectos superficiais, considerando que estes eram responsabilidades individuais, no sentido de correção desses indivíduos, portanto a reforma de caráter, proposta defendida por Mary Richmond está presente nesse contexto. Ou nas palavras de Pinheiro (1939, p. 17), “o Serviço Social é o órgão controlador desses desequilíbrios, porque age dentro de cada necessidade social, visando reconduzir os desajustados a vida normal”. Endossando essa concepção também citamos Fontoura quando observa que,

A caridade antiga tratava de minorar as agruras dos que sofriam, isto é, se dirigia aos efeitos visíveis dos males sociais, ao passo que o Serviço Social procura evitar os motivos que geram aqueles sofrimentos, isto é, se dirige especialmente às causas dos desajustamentos sociais (Fontoura, 1945, p. 62).

Nesse sentido identifica-se que os registros sobre atuação profissional continham particularidades da influência de parâmetros teóricos oriundos dos campos das ciências sociais e biológicas para a explicação de uma determinada realidade, bem como o subsídio para sua intervenção, que se expressa na divisão de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, tendo como referenciais autores norte-americanos.

Cabe destacar que, mesmo o Serviço Social não possuindo o status de ciência, tal característica, ao longo da sua história, não lhe retirou a necessidade de pensar, questionar e reelaborar a sua prática profissional à intervenção na realidade social. Ao longo desse processo de reelaboração, não restrito apenas à dimensão da intervenção profissional, o Serviço Social pode amadurecer a sua produção de conhecimento, [...]" (Silva, 2023, p. 65).

Com tais ponderações afirmamos em consonância com os diversos estudos sobre essa questão que as influências das primeiras escolas, na sua matriz curricular, e o primeiro suporte teórico-metodológico da profissão foi o Positivismo, que pode ser compreendido "[...] como um corpo de ideias que, com sua complexidade, diversidade e em seus diversos desdobramentos, invadiram, influíram e ainda influem no campo das ciências em geral e, em particular, no das ciências sociais" (Escorsim Netto, 2020, p. 173). Esta forma de leitura do mundo se subsidia numa análise dos fenômenos sociais, por Durkheim, denominados de fatos sociais, que partem da "[...] apreensão objetiva dos fatos e dados, ou seja, com o que se demonstra no aparente, circunscrito no que já existe, em fragmentações, sob uma previsibilidade e na frequência do que se sabe." (Pinheiro; Sunsyaray, 2023, p.75-76)".

Na materialidade do processo de intervenção profissional, ou prática profissional, compreendia-se que "os males humanos [podiam] ser interpretados, no geral, como resultantes [dos] desajustamentos individuais, familiares ou sociais." (Pinheiro, 1939, p.14), logo esses referenciais teóricos não só se expressavam na compreensão dos "problemas sociais" mas através de ações práticas como: atividades recreativas que objetivavam um **processo de ajustamento** como pela educação preventiva dos **desajustados** no grupo social familiar, (Ministério da Educação e Saúde, 1955, p.92, grifos nossos) considerando que era " [...] preciso revelar os sentimentos de responsabilidade e solidariedade que existem em estado latente na maior parte dos indivíduos, [...] em seguida dar a família, base de toda eficiente reconstrução social, coesão, desenvolvendo o amor do lar [...]"

(Pinheiro, 1939, p. 18). O foco nas perspectivas das Ciências Sociais trará para a Serviço Social, abordagens patologizantes e moralizadoras, reproduzidas nos currículos e conteúdos disciplinares que apresentam uma formação disciplinadora de hábitos da classe trabalhadora, o que ratifica a contraposição das elites brasileiras as formas de vida desta população. No processo de formação profissional algumas disciplinas expressam essa questão, tais como: **higiene**, alimentação, anatomia e fisiologia, **arte doméstica**, puericultura, moral profissional (Ministério da Educação e Saúde, 1955, grifos nossos), que demonstravam a necessidade de controle da população e divulgação dos valores da sociedade burguesa, tendo um “agente do Estado” atuando como fiscalizador, realizando assim a prática do consenso e da coerção.

Assim a profissão apresenta sua “[...] herança intelectual, [que] floresce no universo cultural do pensamento humanista-cristão e, no decorrer de sua história, irá se secularizar e absorver outras referências importantes para a construção do seu fazer profissional”. (Vianna, 2025, p.88). Ainda assim, havia uma preocupação não somente com o registro e a sistematização sobre sua prática profissional, mas buscavam constantemente cursos de aperfeiçoamento, onde grande parte era realizado em outros países, compreendendo que,

Nos anos de 1940 e 1950, com o desenvolvimento das escolas brasileiras especializadas em Serviço Social, em simultâneo com o processo de secularização e **ampliação do suporte teórico científico**, a categoria recebe forte influência das ciências sociais. A formação profissional embebeu-se do empirismo norte-americano, caracterizado por um tecnicismo advindo da mistura da psicanálise, da sociologia positivista e do funcionalismo]” (Vianna, 2025, p. 88, grifos nossos).

Nesse sentido podemos atribuir a essa dinâmica impetrada pelas assistentes sociais como um embrião de preocupação com a produção de conhecimento, como podemos atestar na seguinte orientação nos cursos de especialização para Assistentes Sociais, já na década de 1950, que apresentava como finalidades : “[...]: estimular o maior aperfeiçoamento (...) por meio de conferências e cursos para pós-

graduados, *editar uma revista oficial*, [...] organizar, bienalmente, congressos e conferências de Serviço Social.” (Ministério da Educação e Saúde, 1955, p.125, grifos nossos). Assim, nas décadas de 1940 a 1950, que marca o início da profissão sobretudo no campo da produção de conhecimento, nos deparamos com um Serviço Social mais homogêneo nas suas perspectivas teórico metodológicas, que na realidade brasileira, influenciada fortemente pela Igreja Católica, produz um arranjo teórico doutrinário, no qual a profissão se respaldará. Assume inicialmente uma “[...] reunião eclética do discurso neotomista presente no pensamento conservador franco-belga com o suporte técnico-operativo inspirado na sociologia estadunidense [...] pautada na ética do comunitarismo cristão [...]” (SILVA; SOARES, 2023, p. 104). De acordo com análise de Battini,

Com forte hegemonia, nestas décadas a institucionalização do saber e do exercício profissional era afeta a entidades privadas que subsidiavam as escolas e a produção científica no âmbito profissional, tais como: Conselho Internacional de Bem-Estar Social, Associação Internacional de Escolas de Serviço Social e Conferência Internacional de Serviço Social. No Brasil era representada pelo Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social – CBCISS. Sob sua responsabilidade, publicações como a Coleção Cadernos Verdes e a Revista Debates Sociais (1ª edição de 1947) subsidiavam as discussões no âmbito profissional (Battini, 2016, p. 159-160).

4. Influências conservadoras no Serviço Social: elementos e tendências históricas.

As primeiras sistematizações do Serviço Social no Brasil, em nossa análise considerando a produção do conhecimento na área, entre as décadas de 1940 a 1960, ocorrem notadamente sob influências do personalismo norte-americano⁹, promovendo modificações na

⁹Para Netto (2005), o personalismo norte-americano é uma corrente ideológica e que possui objetivos idealistas e grande entonação intelectual, especialmente a partir de 1949. Um fenômeno mundial que estrutura uma moldura explicativa e interventiva sobre as expressões da “questão social” e que repercute fortemente na profissão. O

formação e no trabalho¹⁰, visto que as primeiras experiências profissionais estavam estruturadas na articulação no bloco católico, através da Doutrina Social da Igreja Católica e no apostolado social¹¹, o que atribuiu a profissão bases mais *doutrinárias* que *científicas*, conforme afirma Iamamoto (1997).

Datam desse período duas produções importantes. A primeira é a produção de Maria Esolina Pinheiro¹², em 1939 (reeditada em 1985), onde estão registradas as experiências profissionais baseadas no “depoimento direto”, conforme consta no prefácio a segunda edição. Além disso, essa publicação pioneira do Serviço Social brasileiro traz elementos referentes a concepção sobre a profissão pois, registra sobretudo:

foco de análise está na personalidade, nas relações interpessoal e, posteriormente, na ideologia do promocionalismo. No Serviço Social, configurando no universo profissional o chamado Serviço Social de caso, grupo e comunidade.

¹⁰ Importante estudo sobre o desenvolvimento da Escola de Serviço Social de São Paulo encontra-se em Yazbek (1980). O tema central dessa pesquisa são os traços gerais e principais da primeira escola no Brasil no período de 1936 até o ano de 1945. A autora problematiza dentre outros aspectos a formação técnica e ética fundamentada nas bases doutrinárias, a concepção de profissão, a organização e a evolução da escola. Revelando, ainda, que a programação da Escola era “como a de escolas europeias e norte-americanas, e que foi organizada de modo a proporcionar aos alunos a aquisição de conhecimentos **teóricos** e práticos” (Id., p. 42-43, grifos nossos). Destaca, ainda, que “apesar do precário instrumental técnico de que dispõe, contesta as formas de beneficência prevalentes até então e vai influir na linha da racionalização e da organização do trabalho das obras sociais da época”.

¹¹ De acordo com Yazbek (1980) e Carvalho (1980) essa articulação foi responsável pelas primeiras referências técnicas e éticas, formas iniciais de comportamento e desempenho profissional, como também, pela concepção do Serviço Social como atividade profissional, cuja “[...] formação moral seria o coroamento do trabalho de preparação do Assistente Social, pois em falta de uma formação moral solidamente edificada sobre uma base de princípios cristãos, a ação seria falta dos elementos que garantem uma ação educativa, que é a visada pelo Serviço Social” (CARVALHO, 1980, p. 65).

¹² Relevante indicar que uma das primeiras publicações, em 1939, ou primeira de fato, se deve aos empenhos de Maria Esolina Pinheiro, como uma das constituintes do universo das “pioneiras do Serviço Social”, que iniciou sua carreira no Juizado de Menores no Rio de Janeiro. A ela cabem as honras de ter fundado a Associação Brasileira de Serviço Social (ABSS) e uma das primeiras escolas/ faculdade pública oficiais da profissão no Brasil, hoje conhecida como Faculdade de Serviço Social da UERJ. (Machado, 2021).

[...] a visão da autora sobre a questão da institucionalização [que] deve merecer destaque especial, pois já demonstra, através de suas referências a preceitos legais e construção de inquéritos [a] tentativa de sistematizar os conteúdos dos cursos, [ou seja] uma preocupação com o que posteriormente veio a se chamar tecnificação da profissão. É importante assinalar que ela possuía, nesse período, uma conceituação de caráter diferente da conhecida benemerência de cunho religioso, tão presente no Serviço Social naquele momento. (FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UERJ, 1985, p. 9).

Pinheiro (1985) visa expor as ideias e técnicas presentes no Serviço Social naquela época histórica, assim como as distintas áreas de inserção do profissional. Observa-se ainda a preocupação da autora para estabelecer uma definição para a profissão, concebendo que

[...] a ação do Serviço Social se entrelaça totalmente com a execução da legislação do social, sobretudo, a de assistência em geral e a de proteção aos menores abandonados, adaptação dos anormais e reeducação dos delinquentes (PINHEIRO, 1985, p. 19).

Essa compreensão para a autora, decorre do entendimento do inquérito social e das pesquisas, como elementos constitutivos da sociologia aplicada enquanto parte experimental e os “desajustamentos sociais” são apenas parte descritiva, cuja finalidade do Serviço Social é reforçar a ação dos serviços públicos (Id.). Sendo para Pinheiro (1985), a sociologia como a conexão da profissão, com a biologia, psiquiatria, economia, direito, estatística e política. Desse modo, “O Serviço Social realiza toda a aspiração da solidariedade. Impõe-se pela nobreza de sua missão, que visa o desenvolvimento equilibrado da personalidade humana” (Id.).

Pinheiro (1985) também registra o cotidiano profissional, mencionando dados estatísticos, as requisições profissionais, as necessidades sociais e o que estava previsto na legislação da época. Dessa forma vai tecendo o registro profissional, detalhando os atendimentos, ressaltando as características do público atendido, a condição familiar, as medidas tomadas.

A segunda produção da profissão é a ***Revista Serviço Social do Brasil***¹³, editada entre os anos de 1939 a 1956, também, conhecida como “Revista do Padre Saboia” (Cf. Ferreira, 2009). Segundo a autora (Id., p. 270), o compromisso da Revista era com os padrões morais cristãos e “[...] com o pensamento doutrinário católico, o que incide sobre a formação do assistente social, do qual se exige não somente preparo técnico, como também ‘sólida formação moral’ e vocação” e, simultaneamente, torna-se mecanismo para abastecer e difundir a produção teórica na área profissional, uma vez que era o único do gênero no país. Paulatinamente

[...] o número de páginas da revista salta para os três dígitos (cerca de trezentas páginas). As inovações também estão nos colaboradores, agora de outras áreas do conhecimento e até internacionais; na licença para temas variados, não restritos ao Serviço Social; na abertura para outros estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco) e países; nos anúncios publicitários, que então ocupam mais páginas e divulgam produtos não necessariamente ligados ao público-alvo da revista; nos artigos em língua estrangeira; e na divisão da revista em séries temáticas (Problema da Habitação; Problema da Criança; Tuberculose; Mocambos) e seções fixas (Caderno Rural; Resenha de Revistas Estrangeiras; Cinema e formação social) (FERREIRA, 2009, p. 256).

Essa produção ao revelar o conservadorismo doutrinário que alicerça a profissão na sua origem, no Brasil, por outro lado, também registra, de acordo com a autora, a transição lenta e gradual, a partir do segundo ano da Revista (n. 13) para o reformismo conservador, cujo nexos crucial é “a do *pensamento conservador*, com seu medular positivismo e seus traços pragmáticos e empiricistas” (Netto, 2005, p. 115) que estrutura a cultura profissional do Serviço Social europeu e norte-

¹³ De acordo com Ferreira (2009, p. 254), “o número inaugural de Serviço Social foi publicado em janeiro de 1939 sob a direção de Luis Carlos Mancini – redatora-chefe: Nadir Gouvêa Kfoury; procuradora: Yolanda Maciel; gerente: Waldomiro Ferraz de Barros; secretário: Ernani de Paula Ferreira. Esse corpo editorial era formado por então alunos da Escola de Serviço Social de São Paulo (atual Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)”

americano, embora com diferenciações significativas, conforme demonstra o autor¹⁴. A profissão teve no seu arranjo teórico doutrinário como base, a influência do pensamento neotomista, vinculada a Doutrina Social da Igreja, o que se expressa, por exemplo, no primeiro Código de Ética de 1947, como referência a conduta profissional. Os valores e princípios ali contidos se referem ao bem comum, a solidariedade, a dignidade de todas as pessoas, a justiça, dentre outros, além do respeito às leis de Deus.

Também se faz presente um tipo de personalismo estruturado¹⁵ através do neotomismo que influencia a profissão, articulado aos insumos positivistas e a sua derivação funcionalista. Nessa dinâmica a “questão social” é tomada como problema social e submetida aos dogmas católicos e aos insumos teórico-metodológicos da concepção de ciência da matriz positivista. A “questão social” é concebida como problema moral, fundamentada em base teológica, instituindo valores morais universais e inquestionáveis por visar o bem comum, a perfectibilidade, a justiça social –, valores que são tomados de forma a-histórica e abstrata. Esta racionalidade amparada em dogmas religiosos e pressupostos positivistas de ajustamento social e moral, que servem de alicerce para o processo de moralização da “questão social” pelo viés do personalismo de base neotomista, se expressa numa outra forma de individualizar a “questão social” e promover a sua psicologização.

¹⁴ Netto (2005) ao decifrar a cultura profissional conservadora até os anos de 1960, discorre sobre as condições culturais presentes nas protoformas do Serviço Social tanto na Europa quanto nos E.U.A. e que associada com o desenvolvimento capitalista estruturaram os embriões do movimento reformista do mundo burguês e que repercutirá no projeto de intervenção da profissão. Para saber mais consultar Netto (2005, p. 108-131).

¹⁵ Importante lembrar, que nos Estados Unidos da América (EUA), a cultura conservadora, é marcada pela “voga psiquiátrica”, pela psicanálise e pelo “psicologismo extremado” (Cf. Netto, 2005, p. 122-123), com foco no estudo da personalidade e mais as abordagens de cunho interpessoal, as terapias grupais e o desenvolvimento e a organização de comunidade. O personalismo estará associado ao pragmatismo, cuja rota da psicologização das expressões da “questão social” são vias consideradas na época mais técnicas e “científicas” e sem a presença dos insumos doutrinários da Igreja Católicas. Essas serão as algumas das influências conceituais presentes na produção teórica do Serviço Social.

Nessa lógica, a natureza humana é imutável e modelada por Deus e, por isso, a educação moral fornecida pela Igreja Católica e pela família são fundamentais para garantir a harmonia social e o bem comum. Para realizar o bem comum como valor universal é importante a existência de instituições e a presença do Estado, mas que não podem se sobrepor a ação da Igreja e da família na condução da vida humana projetada por Deus. É nessa matriz conservadora que se desenvolve a ideia da profissão como vocação, um tipo de ajuda especializada na prática da assistência, assim como é forjada a compreensão do papel da mulher como agente moral central na formação dos filhos e na condução da família tendo por base a educação cristã. A profissão se identifica com a ideia de promotora do bem comum e de educação cristã, numa intervenção baseada em uma *moldura ético-moral* (Cf. Netto, 2005^a). Aqui são dadas as bases da influência neotomista na profissão e da sua vinculação com a Igreja Católica que se transformará ao longo do desenvolvimento capitalista, enquanto elemento conservador da ordem; embora o neotomismo continuará a subsidiar os valores profissionais, no caso do Brasil, até a ruptura ético-política no Código de 1986.

5. Breve resgate das primeiras sistematizações profissionais entre as décadas de 1950 a 1960 do Serviço Social brasileiro a partir das experiências do desenvolvimento de comunidade

Como sinalizado, as primeiras sistematizações na direção da produção de conhecimento no campo de Serviço Social datam da década de 1940 e a partir deste momento elas se adensam devido não só ao aumento do número de cursos e escolas, mas da própria necessidade do desenvolvimento da profissão na sociedade brasileira, não somente na busca de sua legalidade, alcançada na década de 1950, mas sobretudo de sua legitimidade. Nas décadas de 1950, temos a

publicação de José Lucena Dantas e José Arthur Rios¹⁶ e na sequência nos anos de 1960 com a adesão do Serviço Social brasileiro ao Desenvolvimento de Comunidade (DC)¹⁷, as publicações se intensificam.

Partimos do pressuposto teórico-metodológico inscrito na tradição marxista, de que o Desenvolvimento de Comunidade (DC) é uma técnica que carrega a ideologia conservadora do *ethos* burguês e que é utilizado para reproduzir as relações sociais dominantes. Os pressupostos funcionalistas orientadores de sua implementação se subsidiam na ocultação dos fundamentos das desigualdades sociais, dentre outros elementos. De acordo com Castro (2011), constituem alguns eixos centrais das propostas de DC: a participação popular como fator-chave para impulsionar o desenvolvimento; o desenvolvimento de sistemas e métodos para fomentar o progresso econômico e social; e que a solução ao subdesenvolvimento é a associação entre comunidade e governo. Para o autor:

O efetivo ordenamento das nossas sociedades subdesenvolvidas é escamoteada na ficção de uma igualdade inexistente, tanto na realidade como na elaboração conceptual dos defensores do desenvolvimento comunitário. [...] nesta ficção, à comunidade compete aportar a sua energia e o seu comprometimento, enquanto governo, exercendo o seu poder em benefício de todas as classes sociais, cabe, nesta

¹⁶ Considera-se que na direção da produção de conhecimento na perspectiva da Organização de Comunidade e do Desenvolvimento de Comunidade temos como protagonistas as publicações de: Missões Rurais de Educação: a Experiência de Itaperuna, de 1952, pelo Ministério da Agricultura e mesmo sendo coletiva conta com a participação expressiva da assistente social Aylda Faria da Silva Pereira; Educação de Grupos de Jose Arthur Rios, de 1957, publicado pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária, e o livro Introdução à Organização Social de Comunidade de Balbina Ottoni Vieira, de 1958, publicado pelo Serviço Social do Comércio – SESC.

¹⁷ Sem dúvida as primeiras ideias do DC, em âmbito internacional, estão nos anos de 1920 e podem ser encontradas, nos textos de Hart, Liderman, MecClenaham, Pitit, Steiner e, no final dos de 1930, nos textos de Robert Lane, conforme demonstra Castro (2011). Essas produções iniciais são âncoras para os Congressos Americanos de Serviço Social que ocorrem nos anos de 1930 e 1940, influenciando a geração de assistentes sociais da época, dado o impacto do desenvolvimento de comunidade na profissão na América Latina.

associação, colocar ao dispor daqueles recursos financeiros, apoio técnico etc. (CASTRO, 2011, p. 148).

Para Andrade (2008, p 284), “o DC foi uma estratégia lançada para garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia ideológica [norte]americana (capitalismo), cuja política visava preservar o mundo livre de ideologias não democráticas” numa perspectiva adaptativa e integrativa, se configurando como um instrumento de dominação, não exclusivamente ideológica, dos países de capitalismo periféricos. O DC emerge num contexto em que os Estados Unidos da América consolidam sua hegemonia no cenário internacional após a 2ª Guerra Mundial e a necessidade de expansão do sistema capitalista¹⁸. Nessa direção, a concepção de atraso econômico social de um país, estava vinculada às áreas rurais, nas quais os índices de pobreza, desemprego e analfabetismo eram mais alarmantes do que nos grandes centros urbanos. Portanto, era necessário trazer essas comunidades para o progresso, para o desenvolvimento para que o Brasil, em sua totalidade, saísse de sua condição de subdesenvolvimento alcançando o “equilíbrio social”.

É nessa seara que as primeiras inserções profissionais nos programas do governo federal passam a suscitar a necessidade não apenas do domínio da técnica dos programas e dos projetos sociais, mais também de uma sistematização teórica ancorada nas ciências sociais, especialmente na sociologia norte-americana funcionalista. Considera-se que a preocupação dos profissionais de um lado era construir uma concepção/definição sobre o desenvolvimento de comunidade e os procedimentos técnicos para a sua atuação nesse campo. A lógica que embasava essa proposta era a de que com a superação da pobreza se alcançaria o progresso, portanto o desenvolvimento das áreas interioranas e rurais contribuiriam para a retirada do país do atraso financeiro e econômico. Essa forma de pensar, com a ausência de criticidade sobre a estrutura do sistema

¹⁸ Nesta conjuntura que o governo de Juscelino Kubitschek, com seu slogan político de fazer o Brasil avançar “50 anos em 5”, abre a economia brasileira para o recebimento de capital estrangeiro.

capitalista, ratifica que a concepção do DC, torna-se mais do mesmo, apenas com um verniz de modernidade. Ou seja, não existe a perspectiva de transformação da realidade social, nem a de refletir e questionar criticamente o instituído ainda que possamos identificar que foi a partir desse momento, que muitos assistentes sociais começaram a desenvolver uma perspectiva mais analítica acerca das reais condições de vida da população campestre brasileira. O contato mais próximo, a inserção nesse cotidiano contribuiu para uma relativa “retirada de venda dos olhos” que favoreceu a médio e longo prazo, a capilaridade, o terreno fértil para a construção de uma outra cultura profissional que se inicia nos anos de 1970 e se consolida nos anos de 1990.

De acordo com Ammann (2003), no Brasil, o embrião do DC está na década de 1940, através das ações da Inter-American International Educacional Foundation, Inc. USA, por meio dos acordos celebrados com os Ministérios de Agricultura e de Educação, com finalidade de formar técnicos para conduzir

[...] a implantação de programas comunitários nas áreas rurais e urbanas. Durante os anos 1950 adotam-se os modelos americanos pautados em supostos de harmonia e equilíbrio, que objetivam solucionar “o complexo problema de integrar os esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e social”. O Desenvolvimento de Comunidade afirma-se como instrumento capaz de favorecer o consentimento espontâneo e a adesão das classes subordinadas às Políticas Sociais definidas pelo Estado (AMMANN, 2013, p. 17).

A autora destaca que o Desenvolvimento de Comunidade na década de 1950 terá supostos acríticos e aclassistas, sendo que até o ano de 1951, a literatura de referência era produzida nos Estados Unidos¹⁹, cuja perspectiva teórica é de cunho funcionalista, onde formou os primeiros intelectuais brasileiros da disciplina. O destaque

¹⁹ De acordo com a autora em 1945, as escolas de Serviço Social adotavam o texto de Mac Millen, Wayne, intitulado “*Community Organization*”.

aqui é para o texto de Balbina Ottoni Vieira²⁰ que data de 1958 que ainda reproduzia elementos da Organização de Comunidade característicos dos anos de 1940.

Publicado pelo Serviço Social do Comércio, o trabalho de Vieira não expressa orientações manifestas da sociedade política, mas a elas conjuga-se, promovendo “o equilíbrio constante entre os recursos e as necessidades sociais”, pela atuação junto à sociedade civil: as obras sociais Nelas são assegurados aqueles benefícios necessários à reprodução da força de trabalho, saqueados pelo aumento de sua taxa de exploração, no âmbito do processo produtivo. (AMMANN, 2003, p. 40-41).

Partindo das reflexões da autora, nos chama atenção a influência positivista e pragmática nessa produção, mediante a utilização do “tripé positivista em sua estratégia de ação: o indivíduo, a família e a comunidade” (Id. p. 41), com foco no trabalho junto à família. Essa colocação da autora reforça a nossa hipótese de existir uma sistematização teórica da profissão, ainda que incipiente e ancorada no pensamento conservador de filiação na tradição positivista. O destaque está, ainda, para o foco na família como instituição elementar de controle e o papel da mulher como figura responsável pela educação familiar e quem deve zelar pelo bem-estar dos filhos e do marido. Sobre esse aspecto, Ammann (2003), destaca que

Na qualidade de instituição de controle e de manutenção da ordem ela é apresentada como símbolo da hierarquia, da obediência e da autoridade que devem reger a sociedade. Como no positivismo, a mulher desempenha o papel de guardiã da moral, e representa o símbolo da veneração enquanto mãe, devoção, enquanto esposa e benevolência, enquanto filha. Onde o Desenvolvimento de Comunidade naquela época privilegiar a educação da mulher, quer orientando-a diretamente no lar, através das visitas domiciliares, quer

²⁰ Vieira, Balbina O. Introdução à organização social da comunidade. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio, 1958.

na organização de grupos de jovens, de donas de casa, de gestantes, de nutrízes etc. (AMMANN, 2003, p. 41).

Vale anotar, que a produção de Vieira (1958), de acordo com Ammann (2003) está inspirada na experiência de Itaperuna, uma experiência rural, no interior do Rio de Janeiro. O foco da proposta é a participação comunitária direta da população na organização social da comunidade como chave central, embora concebida de forma “acrítica, apolítica e aclassista”, como demonstra Ammann (2003). Nesta experiência observa-se no material escrito por Aylda Faria da Silva Pereira, Assistente Social integrante da equipe da Missão Rural de Itaperuna (1952), um aspecto mais descritivo do que analítico, o que não nos impede de examinar as concepções teóricas que estão presentes nesses conteúdos. As formas de ver o mundo, de compreender as relações sociais, de apontar “soluções” para os problemas sociais, revelam as matrizes teóricas que fundamentam as ações profissionais, ou seja, a relação teoria e prática. Inclusive o aspecto descritivo, é uma das características do pensamento conservador que toma a realidade como verdade sem ter que investigá-la. Podemos ainda perceber esta mesma forma de racionalidade formal abstrata quando identificamos na Missão de Itaperuna, alguns dos objetivos do Serviço Social Rural como:

[...] formação de uma mentalidade baseada nas responsabilidades dos cidadãos [...] visando o bem-estar da comunidade [...]; incentivo à formação de hábitos sociais sadios[...]; fortalecimento da vida familiar e preservação dos seus valores espirituais e materiais [...]; orientação e ajuda na solução de problemas familiares em qualquer ordem que se manifestem [...]” (Pereira, 1952, p. 188).

Dentro desta perspectiva é que nas palavras de Vieira (1977), compreende-se que o “processo do Serviço Social com comunidades se caracteriza pelo desenvolvimento social dos indivíduos e [...] busca um desenvolvimento equilibrado e harmonioso [...]” (Vieira, 1977, p. 277). O discurso adotado baseia-se nos “princípios democráticos” e na imputação de responsabilidades aos indivíduos que “integram” aquela

comunidade, aquele bairro, aquele local com o objetivo de resolver determinado problema social, através da ajuda mútua. Assim, “o Desenvolvimento de Comunidade focaliza o indivíduo de maneira indireta, pois procura melhorar o ambiente pelo próprio esforço dos que nele vivem.” (Vieira, 1977, p. 278). Logo, essa forma de análise acerca do “problema social” omite uma prática ajustadora e demonstra uma ausência de uma perspectiva crítica que problematize que condições de vida são essas, imputando para o indivíduo que dê conta de mazelas que são estruturais produzidas pelo sistema capitalista. Não há um processo reflexivo acerca das dinâmicas de exploração, das origens das desigualdades sociais, das questões macrosociedades. E se atribui ao indivíduo que ele, por si próprio, localize a suposta solução, caracterizando-o como elemento transformador, pois segundo Vieira (1977, p. 286) “[...] o indivíduo é que é o agente que transforma o meio onde vive, para nele viver melhor [...]”. Nesse sentido, não há a problematização sobre a luta de classes, a relação capital e trabalho, e a impossibilidade de harmonia numa sociedade tensionada e prenhe de contradições no conjunto das relações sociais. O pensamento gira em torno de uma naturalização desses “problemas sociais” que podem ser resolvidos a partir de um ambiente moralmente saudável ou a partir da disponibilidade de determinados recursos, ou seja, uma concepção extremamente abstraída de sua essência de contradições.

Ainda que a experiência do DC coloque as/os assistentes sociais frente a uma nova realidade, em convívio mais próximo com os “clientes”, ou seja, com a “situação-social problema do sistema-clientes”, para além dos muros institucionais, a perspectiva de leitura da realidade permanece, ainda que com verniz de modernidade, articulada as matrizes teóricas conservadoras, nas quais se destaca que o indivíduo é o “desajuste” e a sociedade é que tem seu funcionamento perfeito e adequado. Nessa concepção os únicos conflitos avistados pelo Serviço Social são referidos aos existentes entre os próprios participantes do programa, os indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha.

Nessa perspectiva vimos o quanto a profissão vem sendo permeada, atravessada e constituída por teorias advindas do pensamento conservador, ou seja, o pensamento conservador é orgânico a profissão e por esse motivo, a ruptura com essa forma de ser e pensar é um processo lento e gradual, mas que se faz mais do que necessário. Certamente com a construção do projeto ético político temos um marco divisor de águas na profissão no cenário brasileiro. A questão que se coloca é: quais as estratégias coletivas que lançaremos mão para a manutenção desse projeto diante do ressurgimento das ofensivas (neo)conservadoras na profissão?

6. Considerações finais

Com base no que esboçamos, pudemos demonstrar que o Serviço Social no período de 1940 a 1960 realizou esforços para construir uma sistematização do trabalho do Assistente Social, com uma vinculação teórica, e que marca a estruturação para uma incipiente produção do conhecimento. Esse percurso no primeiro momento está colocado na sistematização realizada por meio dos depoimentos diretos, conforme demonstra a produção de Pinheiro (1985) -, primeira obra editada em solo brasileiro a erguer uma base de referência teórico-prática para a atuação profissional. Ainda que, nessa obra, o Serviço Social seja concebido como profissão, cuja função é controlar os desequilíbrios, a profissão também possui “suas aplicações” e a “questão social” é definida como uma série de “desajustamentos” (de condição, de espírito, de sentidos, de saúde, de amparo, de economia, de conduta). Outra sistematização que corrobora para a tese dos primeiros esforços na direção de uma produção do conhecimento é a Revista Serviço Social do Brasil (1939-1956) ou “Revista do Padre Saboia” já que essa publicação, também é reveladora no tratamento conservador da profissão sobretudo no que se refere às relações sociais produzidas e reproduzidas na sociedade capitalista. Assim como a produção de 1958 de Balbina Vieira Ottoni, acerca do Desenvolvimento de Comunidade, essas obras e outras que podem ser

exploradas e compreendidas como fundamentais para a reconstrução histórica do pensamento conservador no Serviço Social brasileiro, articulada a um determinado contexto sócio-histórico.

Dadas as limitações do levantamento realizado neste texto, consideramos relevante destacar a importância no tempo presente, atento para as interpretações teórico-metodológicas que configuraram a profissão ao longo da sua trajetória. O rastreamento das produções teóricas e sistematizações profissionais que se configuram como chaves importantes de deciframento da realidade social, pode abrir caminhos para novas pesquisas e estudos acerca da profissão no sentido de entender o Serviço Social na História. Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que a experiência do DC proporcionou um solo fértil para a construção de um Serviço Social de caráter questionador ou nas palavras de Amann (2003), “crítico, classista e histórico”, ou seja, com possibilidades de questionamentos acerca das desigualdades sociais, das distinções de classes e do incentivo as lutas sociais. Este certamente será o terreno fértil, aliado a outros determinantes sócio-históricos para a construção do que na atualidade denominamos de projeto ético-político. Considerando que diante da conjuntura de opressão da ditadura impetrada, tais configurações forma sufocadas tendo sido retomadas de outras formas, períodos depois.

No cenário contemporâneo e com o próprio desenvolvimento sócio-histórico do Serviço Social, a partir dos anos de 1960, considerando as transformações societárias em curso, no contexto brasileiro a partir do Movimento de Reconceituação, na sua expressão denominada processo de renovação, na sua intenção de ruptura, a profissão irá romper com a herança conservadora. Assim, construindo um novo *ethos*, uma nova cultura para o Serviço Social brasileiro, que na década de 1990 culminou na consolidação do projeto ético político. Projeto este de bases progressistas, crítica, fundamentado em concepções marxistas, que possui a liberdade como valor central, aliado com os interesses da classe trabalhadora e comprometido com a emancipação política e humana, o que demonstra um antagonismo a organicidade que o pensamento conservador tem no

Serviço Social. A questão que se coloca é que mesmo com este movimento de ruptura e com a consolidação do que denominamos de projeto ético político, até que ponto as tendências conservadoras não retomarão a hegemonia?

Compreendendo que a profissão é uma arena de disputas por essa hegemonia, torna-se fundamental construir estratégias de enfrentamento ao que está posto nesta arena, que são as tendências neoconservadoras que invadem a sociedade e que reverberam na profissão e que cada vez mais se posicionam abertamente. Não por acaso tais tendências vicejam a partir dos anos 2016, quando a frágil democracia brasileira sofre um golpe parlamentar e que em 2018, as tendências conservadoras, se potencializam com as eleições de Jair Messias Bolsonaro, com as tonalidades de direita e extrema direita, modulando a política ultraneoliberal brasileira. Ora, se pensamos o Serviço Social na História e não a história do Serviço Social, precisamos ficar atentas a este contexto e as influências que ele nos traz, que apresenta um compósito ideológico de um “conservadorismo reacionário”, entretecidos pelas mediações históricas brasileiras.

Assim, a profissão que se articula compromissos socio cêntricos atrelados a democracia, a liberdade como valor central, aos valores progressistas, necessita em caráter urgente, fortalecer seu direcionamento sociopolítico que dista substantivamente dos valores que estão prevalecendo na pauta do dia. O enfrentamento do conservadorismo deve ocorrer de forma coletiva, supõe dimensões teóricas e políticas solidas, exige a pesquisa e o estudo de suas configurações e tendências atuais. Eis um dos grandes desafios cotidianos que se expressam nos diversos espaços sócio-ocupacionais: como enfrentar de forma coletiva com outros profissionais, essa racionalidade hegemônica que pasteuriza a vida social, na direção de superar as contradições intestinas do capitalismo?

Referências

- ANDRADE, M. A. R. A. O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro – 1947 a 1961. In: **Revista Serviço Social e Realidade**. n. 1, Franca-SP/Unesp: 2008. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13>
- AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**, 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.
- BATTINI, O. Apontamentos sobre a História do Serviço Social no Brasil – 80 anos **Revista Serviço Social e Sociedade**., LONDRINA, V. 19, N.1, P. 155-170, JUL/DEZ. 2016. Disponível em: [03f61844002ff50d191096f56c4821d80f6a.pdf](https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/13)
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Missões Rurais de Educação**: A experiência de Itaperuna. Contribuição para o Serviço Social Rural. Uma tentativa de Organização da Comunidade. Serviço de Informação Agrícola: Rio de Janeiro. Série Estudos Brasileiros nº 3, 1952.
- CARVALHO, R. Modernos agentes da caridade. **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 2. São Paulo: Cortez, 1980.
- CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo, Cortez, 2011.
- ESCORSIM NETTO, L. Notas para uma aproximação ao positivismo. FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs). **Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza: Ceará, Socialis Editora, 2020, p. 173-194.
- FERREIRA, C. M. A História do Serviço Social pensada a Partir da “Revista do Padre Saboia”. **Revista Em Pauta**, Volume 6, n. 24, Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/531>

FONTOURA, A. **Introdução ao Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1945.

FORTI, V.; CUNHA, A.; PEQUENO, L. Serviço Social, projeto profissional e Neoconservadorismo: reflexões acerca da formação e do cotidiano profissionais. **Neoconservadorismo e serviço social** [livro eletrônico]: reflexões, polêmicas e questões atuais / FORTI, V.; MENEZES, J.; M, A. (orgs) -- 1. ed. -- Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2025.

GUERRA, Y., MONTÂNIO, C. **Serviço Social crítico: teoria e prática: uma análise dos fundamentos do Serviço Social para a construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão**. Campinas: Papel Social, 2024.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997

MACHADO, G. S. **Serviço Social na cadência da memória das pioneiras cariocas** [recurso eletrônico] / G. S M. - 1. ed. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PINHEIRO, M. E. **Serviço Social: infância e juventude desvalidas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Centro de produção da UERJ, 1985.

SÁ, J. L. M. de. **Conhecimento e currículo em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, F. J. S. Cultura e produção de conhecimento no capitalismo: inflexões para o Serviço Social. **Reflexões Contemporâneas sobre o debate dos Fundamentos do Trabalho e da Formação Profissional**. Coleção José Paulo Netto – Volume 3. GUERRA, Yolanda;

FONSECA, Camylla (Orgs.). 1ª Edição Eletrônica. Uberlândia: Minas Gerais Navegando Disponível em: Publicações, 2023.

file:///C:/Users/55219/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/LIVROS/LIVRO%203-min.pdf

SUNSYARAY, I.; PINHEIRO, M. A. Matrizes teóricas que influenciam o Serviço Social: um reacionarismo latente. FONSECA, C.; GUERRA, Y. (Orgs.). I. **Reflexões contemporâneas sobre o debate dos fundamentos, do trabalho e da formação profissional.** Coleção José Paulo Netto – Volume 3, 1ª Edição Eletrônica, Volume 3. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023., P. 72-84.

YAZBEK, M. C. A escola de Serviço Social de São Paulo de 1936-1945. In. **Cadernos PUC-SP.** Serviço Social. n. 6 São Paulo. Educ/Cortez, 1980.

VIANNA, D. O rodo cotidiano e as perspectivas teóricas para o Serviço Social. **Reflexões Contemporâneas sobre o debate dos Fundamentos do Trabalho e da Formação Profissional.** Coleção José Paulo Netto – Volume 3. GUERRA, Y.; FONSECA, C. (Orgs.). 1ª Edição Eletrônica. Uberlândia: Minas Gerais Navegando Disponível em: Publicações, 2023, p. 85-95.

file:///C:/Users/55219/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/LIVROS/LIVRO%203-min.pdf

IV

A RUPTURA COM A HEGEMONIA CONSERVADORA E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL CRÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Diego Tabosa da Silva

1. Introdução

Demarcar o processo histórico de construção do projeto ético político crítico do Serviço Social não é uma tarefa simples. Dada toda a complexidade que envolve a formação sócio-histórica brasileira e o reconhecimento do Serviço Social inserido nesse processo, neste texto precisamos fazer algumas escolhas quanto aos caminhos de abordagem, e essas escolhas pressupõem desistir de aprofundar um ou outro ponto.

De partida, apresentamos nossa compreensão acerca do Serviço Social, uma profissão inserida na divisão sexual, racial e sociotécnica do trabalho, e, portanto, constitutiva da dinâmica do processo da especialização do trabalho, datada historicamente e que responde às demandas e aos estímulos de cada época. Isso nos ajuda a compreender as mudanças vivenciadas pela profissão a partir da segunda metade da década de 1960, uma guinada à esquerda, que, entre tensões e continuidades, foi tecendo um caminho de ruptura com a trajetória conservadora e cariz tradicional que são tão marcantes na profissão. Não à toa, Netto (2015) vincula o período autocrático burguês (Pós-64) ao estágio de maior desenvolvimento da profissão desde sua emergência. Para a construção de nossas reflexões, este período muito interessa, dadas as condições novas que ele impõe, que, como afirma o autor, “ferem o Serviço Social, não exclusiva, mas especialmente, em dois níveis, imbricados, porém diferenciados por

especificidades: o da sua prática e o da sua formação profissional” (p. 157).

Conforme aponta Guerra (2023, p. 44), “toda profissão só existe em razão das respostas que dá à realidade no sentido de alterar e modificar situações que se configuram na materialidade da vida”. Assim, percebemos, desde os primeiros momentos do Serviço Social no Brasil, disputas no que tange ao perfil de profissão, ou seja, às respostas dadas às crescentes manifestações da “questão social” e às ameaças ao projeto burguês e católico de sociedade. No início da trajetória profissional, uma aproximação ideológica “à defesa do projeto social vigente, construindo assim, um projeto profissional conservador estreitamente vinculado aos interesses sociais da burguesia e da Igreja Católica” (Cardoso, 2013, p. 115) é o que está posto no cenário.

Sabemos que a tarefa de ruptura e superação com o conservadorismo profissional ainda está inconclusa e, por isso, percebemos que estamos diante, na atualidade, de investidas conservadoras no interior da nossa profissão, que se dão de diferentes formas, entre elas, “o esvaziamento dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos que sustentam a formação e o trabalho profissional” (Cisne, Cantalice e Araújo, 2020, p. 317). Assim, é imperativo para nós o exercício de um resgate crítico do processo de construção e consolidação do projeto ético político profissional, tomando como horizonte a disputa pelo perfil profissional e, portanto, pela direção intelectual e política do Serviço Social no Brasil.

2. Processo histórico de construção do projeto ético-político crítico do Serviço Social brasileiro

O debate de ideias engloba conflitos e embates teóricos, ideológicos, ético-políticos e de método de análise e interpretação da realidade” (Abramides, 2019, p. 34)

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica, sexual e racial do trabalho implica dizer que ela se realiza a partir das determinações sociais, políticas, econômicas e culturais que estão postas – e em disputa – em cada período sócio-histórico. Por isso, na trama da história da construção do projeto ético político, tomamos como ponto de partida os anos 60 do “breve século XX” (Hobsbawm, 1995).

Após alguns anos sob o governo de João Goulart (conhecido como Jango), a sociedade brasileira estava prestes a ebulir. Inflamada, seduzida e enganada pelos discursos e pelas propagandas anticomunistas, imperialistas e conservadores, uma parcela da população brasileira passava a se opor àquele que a mídia conclamou de “presidente populista”, qualidade que adquiriu por defender pautas como vinculadas à reforma agrária e à mobilização da classe trabalhadora, tanto no campo quanto cidade. É amplamente conhecida a criatividade do povo brasileiro, mas pouco falamos da falta de criatividade da “elite” do país, afinal, em diferentes momentos da história, podemos observar os mesmos discursos e as mesmas práticas.

Com vistas a criar as condições para interromper o processo institucional, foi gerada uma situação de desestabilização do governo de Jango, que consistia, por um lado, na estagnação econômica e, por outro, na promoção de manifestações, especialmente de classe média, de protesto contra o governo. Organizações como a Sociedade Rural Brasileira começaram a armar milícias, enquanto surgiram formações similares nas cidades, como o Grupo Ação Patriótica, as Milícias Anticomunistas e a Patrulha Auxiliar Brasileira. Entidades aparentemente de pesquisa – como o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – canalizavam recursos externos para impulsionar aquelas manifestações e promover, na grande imprensa – toda ela alinhada a favor do golpe –, propaganda do movimento que se preparava (Sader, 1990, p. 15).

Netto (2014, p.40) informa que “os indicadores econômicos da entrada dos anos 1960 atestam inequivocamente um quadro de crise”. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro despensa de 10,3%, em 1961,

para 1,5% apenas dois anos depois, além disso a inflação, nesse mesmo período, subia de 37 para 81% (Sader, 1990; Netto, 2014), não é nova essa “cultura da crise”.

Acompanhando o movimento da história, afinal a profissão está inserida nela, o Serviço Social será marcado por muitos acontecimentos e passará por profundas transformações. Logo no início dos anos 1960, temos a realização do II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, a publicação do Decreto-Lei nº 994, regulamentando a norma que tratava do exercício da profissão no Brasil, a proposição de um novo currículo, a realização da XI Conferência Internacional de Serviço Social em Teresópolis e do VI Congresso Nacional de Estudantes de Serviço Social¹. É também nesta quadra histórica que conseguimos situar os elementos determinantes para um redirecionamento ídeo-político da profissão, um processo que, pelos condicionantes políticos e sócio-históricos, só poderá ser “concluído” anos mais tarde.

A realização do II Congresso Brasileiro de Serviço Social demonstra um certo comprometimento da profissão com o projeto de Jânio Quadros, que propõe “um desenvolvimento harmônico e humano”, preocupando-se com o planejamento democrático e a integração nacional para alcançar a racionalidade, e entende que a saída da crise se dá por soluções moralizantes, de justiça social e de solidariedade. Esta relação entre a profissão e o governo está presente na Saudação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) na 1ª sessão plenário do Congresso de 1961: “Vemos hoje que os poderosos, por muitos anos surdos a problemas sentidos por

¹ Evento foi realizado em Fortaleza – CE, no ano de 1962. De acordo com a Sá (1995), o congresso teve a participação de 84 estudantes (15) de estados brasileiros, e pode ser considerado um marco histórico na formação profissional, pois apresentava temas bastante relevantes para época. Sob uma perspectiva contestatória, discutia-se a relação pedagógica professor-estudante, o papel da mulher na universidade, o imperialismo e a necessidade de reformas radicais. No congresso seguinte, em Porto Alegre – RS, a ABESS manifesta interesse em dialogar a se aproximar do Movimento Estudantil, e surge o convite para que estudantes façam “parte de todas as comissões de trabalho, passando, a partir de então, a ter uma representação e uma participação mais efetiva” (Sá, 1995, p. 232)

Assistentes Sociais, voltam-se atentos para sua solução” (Iamamoto e Carvalho, 2008, p. 351).

Nesse movimento da história, que é dinâmico e contraditório, mesmo diante de um golpe militar que conduz o país por quase duas décadas a governo ditatorial (sob forte aliança empresarial-militar), é possível dizer que tanto o processo de politização da sociedade civil, aprofundado no governo de “Jango” (1961-1963), quanto a emergência de uma esquerda católica são elementos da sociedade brasileira capazes de fermentar movimentos de contestação no interior da categoria profissional. Alia-se a isso a ampliação das escolas de formação, que possibilitou a constituição e organização do movimento de estudantes de Serviço Social, tendo, a partir da inserção no ambiente universitário, um maior diálogo e interlocução com as Ciências Sociais, com destaque às influências de seus setores mais críticos (Pereira, 2008; Netto, 2015).

Há, portanto, uma relação inegável entre as alterações político-econômicas impostas no Brasil pelo golpe de abril de 1964 e as intensas mudanças sofridas pelo Serviço Social no país, ou, em outros termos, o processo de renovação profissional. Assim, o redimensionamento – ampliação – do mercado de trabalho de assistentes sociais em uma estrutura institucional mais complexa e burocratizada, ainda que não retire das profissionais a função de execução de políticas sociais setoriais, amplia a capacidade de atuação e relação profissional com seus contratantes, com as instâncias de financiamento e com outros profissionais e usuários. “A tecnocratização das políticas sociais exigia, como já apontado, a constituição de um amplo leque de agentes formuladores, gestores e executores, os tecnoburocratas” (Pereira, 2008, 123), e, entre estes agentes, encontramos profissionais do Serviço Social.

Rotinas, fluxos, processos e normas passam a fazer, cada vez mais, parte do trabalho profissional de Assistentes Sociais, e estes permitiam “de uma parte, o seu controle e a sua verificação segundo critérios burocrático-administrativos das instâncias hierárquicas e, doutra a sua intersecção com outros profissionais” (Netto, 2015, p. 163). Assim, emergem as condições para um novo perfil profissional,

um que seja mais “moderno”, sem, portanto, perder seus vínculos conservadores, e que tenha aqueles traços mais tradicionais transformados em procedimentos pautados na técnica e na racionalidade. A disputa pelo perfil profissional se acentua e, com isso, coloca na ordem do dia a necessidade de construção de um projeto ético-político que oriente o trabalho e a formação profissional, seja para a condução deste fazer profissional, seja para propor outro, numa perspectiva crítica.

Estamos diante de uma profunda refuncionalização das agências de formação, que, em plano macroestrutural, se vincula à dinâmica da autocracia burguesa, tanto do ponto de vista econômico, com a intensa participação de capital privado no ensino superior, quanto do ideológico, com a busca pela eliminação de qualquer foco de resistência à ditadura. No que diz respeito ao Serviço Social, durante o período que recobre a vigência da autocracia burguesa (1964-1985), trinta e dois novos cursos de Serviço Social foram criados. Assim, em uma década, o número de estudantes praticamente quintuplica, saltando de 1.289 em 1960 para 6.352 no ano de 1971 (Pereira, 2008; Netto, 2015).

E, exatamente a expansão dos cursos de Serviço Social que irá promover algumas fissuras com *o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo*, traços que marcam a trajetória profissional. Reside nesta ruptura, que pode ser chamada, devido ao seu caráter de autonomização em relação à Igreja Católica de *laicização da formação*, o fator determinante para a renovação do Serviço Social brasileiro ou, nas palavras de Netto, a laicização “é um dos elementos caracterizadores da renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa” (2015, p. 169).

Abre-se uma quadra onde “vive-se o pluralismo profissional pela primeira vez no interior da profissão, rompendo com o ‘monolitismo ideal’ existente até então e organizando diferentes respostas à realidade social” (Cardoso, 2013, 134). Podemos afirmar que são tempos de novas disputas no interior da profissão, tempos de crise no – e não do Serviço Social, em que as agentes profissionais se

confrontam com possibilidades diferentes de intervenção profissional. São tempos de renovação.

A ampla produção acerca do processo de renovação do Serviço Social brasileiro indica que ele se desenvolveu entre os anos 1960 e 1980 em três direções, e que, em determinados momentos, cada uma dessas direções obteve maior destaque, seja na elaboração, no debate ou na difusão, sem, portanto, significar a superação e inexistência das demais. De meados ao final dos anos de 1960, é o “momento” da direção que representa uma *perspectiva modernizadora*, impulsionada teoricamente pela ação do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), através da realização dos Seminários de Teorização. Em meados de 1970, *reatualização do conservadorismo* ganha destaque, que também é atravessada pelas ações do CBCISS, ao passo que inicia diálogo com as produções e reflexões oriundas dos recém-criados programas de pós-graduação. Por fim, na virada da década de 1970, há o protagonismo da perspectiva que busca confrontar efetivamente a profissão com suas práticas tradicionais e conservadoras buscando delas se distanciar ao máximo. Essa direção ficou conhecido como *Intenção de Ruptura*, e tem na organização política da categoria um grande esteio.

No Brasil, a renovação do Serviço Social está, portanto, marcada pelas transformações sociais, políticas e econômicas mais gerais da sociedade. Ela tem na laicização da formação uma chave importante de construção, pois é a partir dela que se admite o pluralismo no interior da categoria, que inclusive justifica as diversas direções que este processo toma.

Apesar deste novo cenário social que impunha novas demandas à profissão, o movimento de transformações ocorrida no interior da categoria até final dos anos de 1970 não demonstrou uma radical fissura com o conservadorismo, tanto pelas condições próprias do período ditatorial - que tinha como uma de suas características o autoritarismo e controle ideológico – quanto pela cultura profissional até aquele momento – praticamente 40 anos. Ainda assim, o período assinalado abre espaço para o desenvolvimento multiforme da profissão, diante

de iniciativas que se confrontam com a realidade vivenciada pela sociedade – com destaque para o debate sobre o continente latino-americano. Como diz Aguiar,

A partir de 1960, vemos a presença de assistentes sociais que continuam dentro de visão acrítica que sempre tiveram. Outros são partidários de reformas, de mudanças equilibradas dos problemas da sociedade. Assumem uma postura reformista, não colocam em xeque a ordem social estabelecida. [...] Tivemos no período de 1960 a 1964 uma outra experiência de Serviço Social. A experiência de um pequeno grupo de assistentes sociais que partem de uma análise crítica da sociedade, percebendo as contradições e a necessidade de mudanças radicais. E gradativamente assumem um compromisso com as mudanças estruturais, colocando-se a serviço do povo (Aguiar, 2011, p. 139-140).

É no movimento de contestação ao tradicionalismo profissional e ao conservadorismo que encontramos as bases que sustentam a construção de um novo projeto profissional. Isso pois, as condições impostas pelo regime que emerge nesse período produzem circunstâncias para a renovação profissional e situações com as quais a profissão precisa se confrontar no trabalho profissional, exigindo da categoria posicionamento, principalmente sobre a agudização das expressões da “questão social” e quem está radicalmente envolvido com sua produção.

3. “Os ventos do norte não movem moinho”: para romper é fundamental uma crítica radical

Os caminhos que levam o Serviço Social brasileiro à intenção de ruptura são pavimentados alguns anos antes no território de luta da América Latina. Mesmo compondo “uma realidade única e múltipla em sua trajetória sócio-histórica” e “portadora de uma heterogeneidade irreduzível”, essa ruptura expressa, nos países que a compõe, traços da “economia colonial sustentada na exploração predatória”, por meio de ações usurpadoras e violentas, que deixam marcas comuns de

dependência e expropriação, mas também resistência e luta anti-imperialista (Bentura, Corella e Yazbek, 2022).

É no cenário latino-americano, somado a “alguns terremotos econômico-sociais, políticos e ideoculturais” mais globais, como escreve Netto (2015), que encontramos as bases para o questionamento das práticas tradicionais do Serviço Social. É sobre o solo latino-americano que vemos germinar o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Faleiros (1987 *apud* Netto, 2015) nos informa que “a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (p. 191). O I Seminário Regional Latino-americano de Serviço Social² (Porto Alegre, 1965) pode ser tomado como o ponto de partida deste movimento reconceituador, uma vez que se dedicou a pensar a profissão diante das mudanças sociais pelas quais passava a América Latina.

Se foi a partir do Seminário de Porto Alegre que se deflagrou o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, alguns outros eventos podem ser anotados como seus marcos constitutivos. Entre eles, destacam-se a “criação da Revista ‘Hoy em el Servicio Social’ pelo grupo da Escola de Serviço Social da República do Uruguai e constituição do Grupo argentino ECRO”³ e a fundação da Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social – ALAETS, que, alguns anos tarde, daria origem ao Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS). (Machado, Closs e Zacarias, 2019).

² O esforço reconceitualizador radicado entre a categoria levou, entre 11 e 13 de novembro de 1965, as escolas de Serviço Social latino-americanas a realizarem o I Seminário de Escolas de Serviço Social da América Latina, em Lima, no Peru, com o intuito de problematizar a **formação profissional em termos regionais** e, de modo específico, alinhar a profissão ao cenário que se apresentava, tanto político-econômico-social quanto profissional, considerando que algumas escolas estavam em caráter germinativo (Goin, 2019, 91, grifos nossos).

³ Esquema Conceptual Referencial e Operativo, criado pelo psiquiatra Enrique Riviére, Cf. Goin, 2019, p. 91.

É no bojo de uma maior organização profissional no âmbito latino-americano, “uma interação que se apoiava no explícito reconhecimento da urgência de fundar uma unidade profissional que correspondesse às problemáticas comuns da América Latina” (Netto, 2015, p. 195) e sob um contexto de aguda agitação social que se impulsiona e alimenta a crítica no interior do Serviço Social.

Mesmo com suas importantes propostas, o Movimento de Reconceituação não conseguiu se desenvolver larga e amplamente, se exaurindo após uma década de seu marco, o Seminário de 1965. Esse exaurimento está relacionado com o caráter significativamente contestatório e crítico ao capital (o núcleo deste movimento), que o levou o Movimento a ser duramente golpeado “pela supressão dos espaços políticos democráticos” (Netto, 2015, p. 193), que se dá pela imposição das “ditaduras cívico-militares dos anos de 1960 e 1970” nos países da América Latina (Silva, 2019, p. 110).

Umas das características principais do Movimento de Reconceituação reside no estabelecimento de uma relação do Serviço Social com a tradição marxista.

[...] a contribuição do marxismo foi fundamental para os avanços do Serviço Social como profissão e área de conhecimento no continente, ainda que em uma apropriação lenta. Começa a ser aprofundado mais sistematicamente, a partir das publicações do CELATS, em particular a Revista Acción Crítica, com larga distribuição entre os profissionais de Serviço Social no continente; mas também a partir da academia, as universidades, e no Brasil em particular, com os cursos de pós-graduação. Seu legado é profundo na formação da consciência crítica e de uma nova cultura dos (as) assistentes sociais, na América Latina (Lopes, 2016, p. 241).

É na relação de afirmação e contestação do pensamento de raiz marxiana que encontramos umas das principais disputas na construção do projeto profissional no Brasil pós-64. Os principais anúncios do Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-americano, a saber a) o aporte ao pensamento de raiz marxiana e b) o interesse em romper com a estrutura capitalista, vão reverberar na então

Universidade Católica de Minas Gerais – UCMG⁴, onde encontramos o projeto da Escola de Serviço Social, que “emergiu como um núcleo de *oposição e contestação* com dimensões políticas, ideológicas e profissionais no país, na contextualidade de vigência da ditadura empresarial-militar (1964-1985)” (Batistoni, 2021. p. 72).

Temos, portanto, na formulação de um novo currículo profissional, a partir da experiência de Belo Horizonte, um marco importante na trajetória de tentativa de ruptura com o conservadorismo no interior do Serviço Social brasileiro. Para Netto (2015), a intenção de ruptura pode ser analisada sob três momentos: “sua emergência, sua consolidação acadêmica e por fim, seu espraiamento sobre a categoria profissional”⁵.

Acontecimentos espontâneos e acidentais só parecem possíveis se analisados sob uma perspectiva a-histórica, logo “não é acidental a emergência do projeto de ruptura em Belo Horizonte” (Netto, 2015, p. 333). Este projeto surge em um cenário que expressa a concentração das elites reacionárias que estiveram empenhadas na articulação do Golpe de Abril de 1964, e, também, expressa a mobilização popular, sindical⁶ e a forte participação da juventude universitária, com cariz não

⁴ A Universidade Católica de Minas Gerais foi criada no ano de 1958 através do Decreto nº 45.046, assinado pelo então presidente, o mineiro Juscelino Kubitschek e pelo Ministro da Educação Clóvis Salgado. No ano de 1983, a Universidade recebe o título de Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas.

⁵ Os tempos atuais, de contestação/defesa desse projeto, pode caracterizar um novo momento no interior desta tendência? Acreditamos que a intenção de ruptura se encontra amplamente difundida no Serviço Social, espraiou-se, mas isso não a coloca em situação confortável e cristalizada, ao contrário, a coloca em constante reflexão e sob enfrentamentos das mais diversas ordens. A quarta fase da intenção de ruptura não é nem de perto “um mar de almirante”, está mais para uma grande “tormenta” (Busca de legitimidade/ enraizamento / consolidação / ou esfarinhar, a teoria precisa se apossar das massas, Marx).

⁶ A critério ilustrativo cabe informar que é no fértil e contraditório terreno de Minas Gerais que temos o registro da primeira greve após a deflagração do golpe de 1964. Trata-se da greve operária de Contagem, que se confronta tanto com a ditadura, que cerceava a liberdade e a autonomia sindical, quanto com a política econômica fundada na superexploração do trabalho, que, reivindicando aumento salarial acima dos índices oficiais, surpreenderam o governo militar, que foi obrigado a ceder. O movimento grevista contou com o apoio e com a solidariedade de estudantes,

apenas democrática, mas especialmente com perspectivas revolucionárias e socialistas (Batistoni, 2019; 2021; Netto, 2015). O “Método BH”, como ficou conhecido, de acordo com Paula (2019), foi “uma estratégia político-profissional elaborada por um grupo de assistentes sociais comprometido com a tentativa de rompimento com as bases tradicionais da profissão”, e isso não é pouco, principalmente quando o localizamos no contexto e condições sócio-históricas para a proposição dessa estratégia.

A maturação ídeo-política e teórico-metodológica para a elaboração da proposta curricular de BH tem raízes no intercâmbio promovido pelas docentes de Escola de Belo Horizonte, com personagens importantes do movimento de reconceitualização, a partir de suas participações nos Encontros e Seminários Regionais Latino-americanos⁷ de Serviço Social.

O “Método BH” tem na sua formulação a influência do pensamento do educador brasileiro Paulo Freire⁸, que, de acordo Batistoni (2019), não se trata de uma mera incorporação de suas ideias, “avançando para uma ação mais radical, no plano da apreensão societária” (p. 549). As ideias freirianas “acenam para um novo método de ação para os assistentes sociais latino-americanos” (Barbosa, 1997,

intelectuais, quadros da Igreja Católica, além da ação dos grupos de esquerda (Batistoni, 2019, p. 543).

⁷ Além do I, realizado em 1965 no Brasil – Porto Alegre, temos o II, em 1966 no Uruguai – Montevideo; o III, em 1967 na Argentina – General Rocca; o IV, em 1969 no Chile – Concepción -, o V, no ano seguinte, na Bolívia – Cochabamba; o VI, em 1972, na mesma sede do primeiro e o VII, no ano de 1976, no Peru – Lima. (Netto, 2015; Batistoni, 2019; Goin, 2019; Iamamoto e Santos, 2021). Goin (2019) apresenta, em sua obra, um interessante quadro esquemático com as principais características destes seminários. Nele a autora indica também os responsáveis pela coordenação de cada evento bem como uma síntese dos temas, eixos e principais debates e encaminhamento.

⁸ No início do período autocrático burguês, em 1964, Paulo Freire foi acusado de subversivo e preso. Após 72 dias de prisão, exilou-se no Chile, onde permaneceu por meia década e, após pelos passar Estados Unidos e pela Suíça, ele retorna ao Brasil em 1980. No país andino, escreve, em 1968 uma de suas obras mais conhecidas, “Pedagogia do Oprimido” e lá teve contato com Assistentes Sociais, que viviam sob os auspícios de um momento histórico favorável que permitia novas perspectivas de ação, com as quais Freire contribuiu significativamente.

p. 39). Essa influência tão marcante no Serviço Social latino-americano pode ser explicada pelo fato de Freire, em sua trajetória, i) atribuir importância e relevância ao social em um momento de questionamento da categoria sobre a validade de suas ações; ii) possuir experiência político-pedagógica, adquirida no nordeste brasileiro, através do processo de conscientização; e iii) sintetizar e conjugar o pensamento cristão com uma proposta de libertação e superação da dominação e opressão, indicando uma possibilidade de prática profissional crítica.

Se por um lado as produções teóricas de Freire e de autoras latino-americanas reconceituadoras apontam com nitidez as principais questões propostas pelo projeto da Escola mineira, a saber a) o compromisso com as classes trabalhadoras, b) a assessoria técnica e política aos trabalhadores, c) o desenvolvimento dos processos de conscientização, organização e capacitação (Barbosa, 1997), por outro, encontramos alguns limites da influência freiriana na experiência de BH. Conforme aponto por Batistoni (2019; 2021): a) a noção de que o objeto de intervenção do Serviço Social é a classe oprimida, sem apontar, diretamente, a relação de exploração própria do modo de produção capitalista; b) ao ter como meta a transformação da sociedade e do homem, por meio da “conscientização, capacitação e organização”, o *Método* acaba por atualizar uma perspectiva messiânica marcante na profissão.

Esta estratégia, apesar de extremamente relevante para o desenvolvimento do Serviço Social Brasileiro, por todos os elementos já apresentados, merece bastante atenção “as limitações do viés da tradição marxista que ela incorpora” (Netto, 2015, p. 364). Desta forma, “a natureza de aproximação incipiente na tradição marxista impregna a proposta da Escola de Serviço Social da UCMG de um lastro eclético” (Batistoni, 2019, p. 554), muitas vezes sem reflexões sobre os textos originais,

O ‘marxismo sem Marx’ que enforma a reflexão belo-horizontina, precisamente à falta de uma sustentação ontológico-dialética e na escala em que devia conectar teoria e intervenção prático-profissional, vai na direção da conjunção do fatalismo mecanicista com o

voluntarismo idealista – numa ‘síntese’ que, como Lukács o demonstrou há muito, é típica do *marxismo vulgar*, necessariamente eclético (Netto, 2015, p. 365).

Apesar disso, devemos valorizar a importância teórico e ideológica dessa aproximação com o Marxismo, pois, como destaca Netto (2015), ela se deu em condições nada favoráveis: forte repressão do período autocrático burguês, uma quadra histórica que por sua truculência e perseguição, controle e censura generalizada, que ficou conhecida como “anos de chumbo” (Netto, 2015; 2014).

A experiência da Escola de Belo Horizonte, impactada por questões institucionais com as quais se deparava a ESS-UCMG, entre elas os tensionamentos e ponderações feitas por estudantes através do Diretório Acadêmico (DA), foi interrompida em 1975, durante o Regime Ditatorial, com a demissão de suas formuladoras e gestoras. E, mesmo diante desse breve período de implantação – 1972 a 1975 –, o legado da reconceituação irá reverberar no desenvolvimento da profissão no Brasil, particularmente na consolidação acadêmica e no espriamento para o conjunto da categoria profissional do que ficou conhecido como a perspectiva de intenção de ruptura.

A crítica radical, fruto de pensamento Marxiano, é essencial para qualquer proposta que proponha uma ruptura com o pensamento hegemônico conservador. Para Yazbek (2018, p. 66), “como matriz teórico-metodológica, essa teoria apreende o ser social a partir de determinações e mediações. Ou seja, parte da suposição de que a natureza relacional do ser social não é percebida em sua imediatez”, por isso, é a partir da aproximação com a tradição marxista que, no interior do Serviço Social, se demarca “a noção de que a intervenção profissional não está solta e dissociada da realidade social” (Cardoso, 2016, p. 445); se “remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes” e ainda faz com haja um questionamento à “sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais” (Yazbek, 2009, p. 149-150).

4. O projeto ético-político crítico do Serviço Social brasileiro e a crítica ao conservadorismo: a virada continua

Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar
(Da lama ao caos, música de Chico Science).

No final na década de 1970, já é possível identificar grupos divergentes no interior da categoria profissional, fruto das transformações na formação e no trabalho pelas quais o Serviço Social passa desde meados da década anterior. Em 1979, flagramos uma importante articulação profissional na reflexão e construção crítica do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, que, de acordo com Iamamoto (2019, p. 441), “foi a primeira e tardia manifestação massiva da categoria dos assistentes sociais contra a ditadura-empresarial e o poder de classe que a sustentou”. Sobre esse histórico evento, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”, a autora afirma ainda que se trata de um

[...] marco simbólico na recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social Brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica, ao associar-se aos interesses e necessidades dos trabalhadores em luta pela democracia. Contestam-se propostas exógenas à realidade latino-americana e anuncia-se a **‘virada’** dos compromissos políticos com as classes dominantes e o poder político, que presidiram a institucionalização e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil (ibidem).

A disputa de hegemonia no interior da categoria de assistentes sociais pode ser observada na organização do III CBAS, já que o congresso fora organizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – CRAS (entidades representativas da categoria, que ainda guardavam um certo alinhamento com os interesses do estado autocrático burguês e

mantinham um perfil conservador) e sob forte influência da direção renovadora que apontava para uma perspectiva modernizadora. A sua organização “evidencia um caráter nitidamente conservador e autoritário, na medida em que as Direções do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), [...] e sua projeção regional em São Paulo (CRAS), [...] tomaram decisões sem nenhuma consulta à categoria” (Abramides e Cabral, 2019, p. 42). Para Cardoso (2013), o trato dado à temática central do congresso, Serviço Social e Política Social⁹, e as mesas que abriam e encerravam o evento são expressões do posicionamento destas entidades.

O cenário no qual o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979 se deu com disputas de todas as ordens, tendo um grupo teórica e politicamente mais maduro, instigando o deslocamento do Serviço Social para um campo crítico, em confronto direto com frações tradicionais e conservadoras da profissão que detinham amparo institucional e político de um regime militar enfraquecido, mas ainda em voga.

Não podemos [...] pensar a virada no III CBAS, como uma somatória de ações de lideranças, em um movimento espontâneo. O “Congresso da Virada” foi fruto de uma **organização articulada com uma direção política**. Chegamos para o III Congresso com o Manifesto das entidades sindicais, sob a direção da CENEAS, e também nos dividimos para uma intervenção nos grupos (Abramides, 2012, p. 55, grifos nossos).

Esta organização e articulação alcança êxito, tendo como horizonte o rompimento com o tradicionalismo profissional, “durante o evento, os assistentes sociais subvertem sua organização instituindo

⁹ Vale dizer que o tema do III CBAS já vinha sendo acumulado no âmbito da América Latina e Caribe, a partir dos seminários organizados pela Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social – ALAETS, com o aporte do Centro Latinoamericano de Trabajo Social – CELATS. De acordo com Iamamoto (2019, p. 448), o debate sobre política social e Serviço Social fora inaugurado no VIII Seminário Latinoamericano da Associação, realizado em 1977, e teve continuidade nos dois seminários seguintes, que contribuiu “para o reconhecimento da dimensão política do trabalho do assistente social.

assembleias, debates, deliberações, colocando em foco o papel do Serviço Social diante da realidade da autocracia burguesa” (Cardoso, 2010, p. 185). É nesse movimento que se “organizam assembleias diárias, com ampla participação da categoria, que alteram o rumo do congresso” (Abramides e Cabral, 2019, p. 42).

Sabemos que o “Congresso da Virada”, como um evento realizado em determinado período, não é, sozinho, capaz de produzir todo o rearranjo e reordenamento profissional necessário. Entretanto, é importante demarcá-lo como o acontecimento que “inaugurou publicamente a direção social da profissão, no projeto de intenção de ruptura que ao longo desses 40 anos vem se consolidando em um processo de ruptura com o conservadorismo” (Abramides e Cabral, 2019, 44).

Essa “tomada da direção intelectual e política”, com vistas a essa ruptura, vai conduzir os debates do Serviço Social Brasileiro dos primeiros anos da década 1980. Expressão disto, é, por exemplo, a preocupação da ABESS em organizar “um processo de revisão curricular amplo, profundo e articulador das diferentes escolas de Serviço Social, que durou anos e culminou em um novo currículo mínimo em 1982” (Cardoso, 2016, p. 445).

Além disso, na esteira e em sintonia com o movimento de transição democrática, encontramos a “expressiva participação de segmentos profissionais e suas entidades na luta pela reconstrução da democracia no Brasil ao lado de várias outras organizações de caráter popular e sindical” (Ortiz, 2010, p. 177), ainda que este redirecionamento profissional não tenha se dado globalmente entre as agentes profissionais e, portanto, não eliminou as divergências políticas e teórico-metodológicas, ao contrário, as acirrou. O pluralismo profissional, avanço incontestado do processo de renovação iniciados no pós-64, se apresentava potentemente no final dos anos 1970.

Abramides e Cabral (2019), entretanto, informam que a democratização demorou a chegar nas entidades que se dedicavam ao trato do exercício profissional. As autoras lembram que, ainda nas eleições para direção do Conselho Federal de Assistentes Sociais, em

1987, o processo era feito de modo indireto, por meio de indicação das direções dos Conselhos Regionais; entretanto as sementes do “Congresso da Virada” germinaram com potência e “profissionais de esquerda da profissão iniciaram, de forma articulada, uma mobilização que culminou, na década de 1980 e princípio da de 1990, na renovação de seus dirigentes inscritos na vertente do processo de ruptura com o conservadorismo” (Abramides, 2016, p. 468). Tal fato se expressa numa reformulação do Código de Ética Profissional em 1986, que, em substituição ao Código em vigência desde 1975, irá – ainda que com limites – significar um grande avanço político afirmando um *ethos* de ruptura.

Não precisamos fazer um grande esforço para perceber que os valores que residem nos fundamentos do pensamento conservador se colocam em “rota de colisão” com os princípios que a categoria profissional elegeu como centrais na formulação do projeto ético-político crítico. Portanto, como informa Cardoso (2013, p. 181), esse projeto profissional em “sua dimensão teórico-metodológica será informado pelo pensamento marxista e sua dimensão ética por uma perspectiva emancipatória, rompendo com a ética tradicional do Serviço Social brasileiro”.

A partir da matriz teórica marxista, o Serviço Social passa a apreender a profissão no conjunto das relações sociais de produção, superando sua endogenia, traço característico do conservadorismo profissional. Também agrega uma dimensão política revelada pelo papel assumido pelas entidades representativas da categoria no fortalecimento da organização política dos(as) assistentes sociais, incluindo os docentes, articulando a produção de conhecimentos ao processo de formação, de intervenção profissional e militância política na profissão (Lewgoy e Souza, 2018, p. 181).

Na última década, assistimos a uma efervescência da disputa pelo perfil profissional, como não se via desde o período que marca o início do processo renovador – década de 1960. O cenário de crise capitalista, que nos coloca diante de uma aguda crise civilizatória, reconfigura o Estado e as políticas sociais, e complexifica e pluraliza as

expressões da “questão social”. Isso altera significativamente as configurações do trabalho profissional – das condições objetivas para a sua realização, passando pelas relações estabelecidas, pelos contratantes, até à maximização das demandas que chegam às profissionais de modos, cada vez mais, diversos e, em muitos casos, indevidamente¹⁰ direcionadas ao Serviço Social.

No âmbito do mercado de trabalho do Serviço Social ampliam-se os processos de subcontratação de serviços individuais de assistentes sociais (pejotização e uberização), por parte de empresas de serviços ou de assessoria, de organizações não governamentais, de (falsas) cooperativas de trabalhadores na prestação de serviços a governos, especialmente em âmbito local, configurando-se o exercício profissional privado autônomo, temporário, por projeto, por tarefa, decorrentes das novas formas de organização e operação das políticas sociais (Raichelis, 2018, p. 51).

Não parece exagero afirmar que os acontecimentos da última década no Brasil foram determinantes para a promoção de transformações que irão reverberar por muitos anos. Desde o desfecho do pleito eleitoral de 2014, o clima de instabilidade sociopolítica e econômica parecia se firmar; um cenário que já vinha sendo desenhado desde a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores, que, devido à sua trajetória, possuía uma forte identificação com as camadas mais populares da população, com trabalhadores e com movimentos sociais e sindicais. Lula não impediu

¹⁰ De acordo com Horst, Araújo e Costa (2023, p. 3), “Requisições indevidas fazem parte do cotidiano profissional de assistentes sociais e comparecem no dia a dia por meio de atividades, práticas e serviços que não se relacionam com as normativas da profissão e tampouco com as finalidades do espaço sócio-ocupacional que aquela/e profissional ocupa”. A produção sobre a temática tem se avolumado e nos fornecendo importantes subsídios das análises. Destacam-se, por exemplo, os vários trabalhos apresentados pelos Conselhos Regionais de Serviço Social, em especial a mesa Coordenada do ENPESS no Rio de Janeiro no ano de 2022, a sessão especial sobre o tema no 9º Encontro Internacional de Política Social – EINPS e o 16º Encontro Internacional de Política Social – ENPS, realizado em 2023, na cidade de Vitória-ES. Esta produção pode ser conferida nos anais dos eventos citados.

que a burguesia e os setores mais conservadores do país mobilizassem forças e criassem alianças para constituir uma ampla frente, capaz de disputar as eleições em 2014 com condições de impedir um segundo mandato de Roussef.

Lula da Silva, ao tentar conciliar a condução político-econômica do Brasil a partir do enfrentamento da ‘questão social’ por meio das políticas sociais neoliberais (com cores tupiniquins), abriu caminho para o aprofundamento da pobreza (ainda que com diminuição da miséria) e – mais grave – para o golpe que, em 2016, foi desfraldado pelos representantes da direita mais reacionária, conservadora e corrupta que tomou conta de nosso país (Leite, 2018, p. 25).

Para a direita brasileira, a vitória nas urnas não veio; entretanto “o propósito de recolocar as rédeas do Estado brasileiro nas mãos do grande capital internacional e nativo” (Santos, 2019, p. 488) é alcançado através de um “golpe forjado por uma farsa parlamentar-judicial” (Braz, 2017, p. 88).

Faz sentido, então, dentro dessa análise, a afirmação feita por Iasi (2017, p. 380), de que “o conservadorismo sempre esteve por aqui, forte e persistente”, afinal ele é expressão da luta de classes; ele “manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa” (ibidem). Se esse conservadorismo estava levemente adormecido, após o governo – ilegítimo – de Michel Temer, ele despertará com toda força, personificado no candidato que só saiu vitorioso das eleições presidenciais de 2018, porque se beneficiou da ambiência antipetista e da ausência de outros nomes da direita capazes de disputar o pleito nacional. A partir de 01 de janeiro de 2019, temos o início do “Governo Bolsonaro” no qual, sem pudores ou constrangimentos,

A agenda ultraneoliberal ‘mostrou sua cara’, primeiramente anunciando algumas das medidas que configuraram o projeto do ‘Brasil, paraíso do agronegócio e da exploração de minérios’, às custas da desregulamentação e do desmonte de mecanismos de proteção e demarcação de terras indígenas e quilombolas, por exemplo. Mas não

restam dúvidas de que o principal movimento do núcleo econômico é a centralidade recém-assumida da contrarreforma da Previdência nas tarefas da agenda governamental, colocando para andar o projeto do ‘Brasil, paraíso do capital fictício e da superexploração do trabalho sem direitos (Santos, 2019, p. 490).

Portanto, o fundamento da reação conservadora, com a qual nos confrontaremos no Brasil no último decênio, reside na necessidade de acelerar as condições para a acumulação do capital se realizar. Não é fácil o cenário que se apresenta para a sociedade brasileira pós-golpe de 2016. Aliás, são tantos os golpes sofridos pela democracia e sociedade brasileiras que precisamos, para evitar confusões, identificá-los. Temos “uma elite burguesa preconceituosa e intolerante; uma esquerda acuada e desorganizada; e uma massa de pessoas que se preocupam sazonalmente com a política, conforme acontecem os processos eleitorais ou os escândalos midiáticos” (Paula, 2020, p. 245).

Atravessando todo esse processo, tivemos que lidar com uma pandemia que durou aproximadamente dois anos, vitimou quase 7 (sete) milhões de pessoas em todo o mundo e escancarou projetos societários e interesses de classes. Nesse cenário, o conservadorismo moral no interior da categoria ganhou eco e força, arrastado pelo discurso governamental. Mas, como Braz nos alentava em 2017, “as conjunturas mudam, às vezes muito rapidamente, mesmo que a situação política geral permaneça inalterada em seus determinantes principais”, e vale sempre lembrar que “a história de todas as sociedades até agora tem sido história das lutas de classes” (Marx e Engels, 2008, p. 8). E isso envolve luta e resistência; envolve o reconhecimento de que estamos em um momento de disputa de perfil profissional, e que essa disputa se dá em todos os espaços de trabalho e formação profissional de assistentes sociais. Nesse processo, o rebaixamento da qualidade do ensino no âmbito do Serviço Social e a precarização do trabalho profissional dialogam com as demandas por profissionais funcionais ao estado penal e assistencial. Desse modo, no sentido de uma proposta de construção de uma nova ordem societária,

precisamos contra-atacar, nos apropriando do projeto ético-político profissional e defendendo-o efetivamente.

5. Considerações finais

Em seus quase noventa anos, o Serviço Social brasileiro tem sua trajetória histórica cravejada por conservadorismo e tradicionalismo. Apenas a partir dos anos 1960, é que a profissão vai encontrar com uma perspectiva crítica, assumindo uma direção social de forma hegemônica somente a partir de 1979. Esse traço conservador, presente desde a gênese e com o qual intentamos romper até os tempos atuais, ronda “fantasmagoricamente” nossa profissão, e adentra por qualquer fresta possível no trabalho e na formação profissionais.

Estamos diante, portanto, de uma inflexão importante no interior da categoria profissional, que nos apresenta sem qualquer desvio uma forte disputa de hegemonia na categoria profissional e por isso, uma disputa de perfil profissional. Ou seja, na atualidade, temos a projeção de dois perfis profissionais: aquele formado sob um projeto “cujo compromisso é com a perspectiva crítica e o projeto ético-político”, e outro formado a partir de orientações que estão voltadas “exclusivamente, para o mercado de trabalho, muitas vezes baseadas na ideologia neoliberal do empreendedorismo, do voluntariado, da subjetividade e da culpabilização dos indivíduos pelo seu sucesso ou fracasso profissional” (Cunha e Nunes, 2020, p. 329). Nesse sentido, atender ao chamado do mercado por esse perfil profissional adaptável e sobrevivente, ou seja, camaleônico, sem reflexões e mediações pertinentes, é assumir a retomada de um projeto profissional que renuncia às lutas e conquistas que foram coletivamente acumuladas ao longo de toda a trajetória profissional. É abdicar de todo o legado teórico, ético e político que, com muita dificuldade e resistência, o Serviço Social brasileiro construiu ao longo do tempo, principalmente das últimas cinco décadas.

É por tudo isso que aqui expusemos que defendemos a necessidade de revisitarmos constantemente todo o processo histórico de construção do projeto ético político do Serviço Social, além de estarmos vigilantes para adensarmos a apreensão de sua lógica constitutiva e reforçarmos o compromisso com os princípios que o orientam.

No ano em que o Serviço Social brasileiro registra nove décadas de existência, é imperativo que nos aprofundemos numa leitura desta profissão sob uma perspectiva de totalidade. Esta pode ser uma tarefa estratégica para nos abastecer de potência crítica e resistência em defesa do projeto ético-político profissional. Diante deste cenário tão desafiador e repleto de “armadilhas e fantasmas”, seguimos em defesa da direção social crítica do Serviço Social.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz; Depoimento. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2012.

ABRAMIDES, Maria Beatriz. **O projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, Maria Beatriz; CABRAL, Maria do Socorro Reis. 40 anos do “Congresso da Virada”. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.

AGUIAR, Antônio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARBOSA, Maria Margarida. **Serviço Social, Utopia e Realidade: uma visão da história**. Cadernos de Serviço Social – Belo Horizonte, v.2, n.2, out/1997.

BATISTONI, Maria Rosângela. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte – 1960-1975: uma reconstrução histórica. **Revista Serviço Social& Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 538-558, set/dez. 2019

BATISTONI, Maria Rosângela. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos (Orgs.) **A história pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

BENTURA, José Pablo; CORELLA, Freddy Giovanni Esquivel; YAZBEK, Maria Carmelita. América latina, dependência e desigualdade em tempos de pandemia. In: SILVA, José Fernando Siqueira da (Org.) **Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas: contribuições latino-americano**. São Paulo: Cortez, 2022. p. 27-56.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

CARDOSO, Franci Gomes. O Serviço Social como totalidade histórica em movimento no Brasil contemporâneo. In: SILVA, Maria Líduína de Oliveira (Org.) **Serviço Social no Brasil: história de resistências e rupturas com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas: Papel Social, 2013.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Revista Serviço Social& Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 430-455, set/dez. 2016.

CISNE, Mirla; CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira; ARAÚJO, Luciene. “Renovação” do Serviço Social brasileiro: um continuum à

ofensiva conservadora. **Revista Libertas**. Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 307-327, jul. / dez. 2020.

CUNHA, Angely Dias; NUNES, Ariadna. Aspectos do conservadismo higienista no Serviço Social Clínico: implicações para o projeto ético-político profissional. In: **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 328-350, jul./dez. 2020.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e Caribe**: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais. Campinas: Papel Social, 2019.

GUERRA, Yolanda. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. In: HORST, Claudio H. M; ANACLETO, Talita Freire M; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.) **A dimensão técnico-operativa no trabalho de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte: CRESS, 2023.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. 2ª ed. 49ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORST, Claudio; ARAÚJO, Erica Aline Aparecida de; COSTA, Elieste Aparecida. Requisições indevidas no trabalho de assistentes sociais na política de assistência social em Minas Gerais. In **Anais do 9ª Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social**, Vitória-ES, 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25 ed. – São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos Santos. Introdução. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos (Orgs.). **A história pelo avesso**: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

IASI, Mauro. **Política, Estado e Ideologia**: na trama conjuntural. São Paulo: ICP, 2017.

LEITE, Janete Luzia. **Pontos de partida e horizontes de espera**: A conjuntura brasileira após o golpe de 2016. In: MONTAÑO, Carlos; LEITE, Janete Luzia; GUERRA, Yolanda (Orgs.). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2018, p. 21-42. (Coleção Carlos Nelson Coutinho, v. 5)

LEWGOY, Alzira Maria Batista; SOUZA, Moema Amélia Serpa Lopes de. Fundamentos, formação e trabalho profissional: tendências e perspectiva da produção do conhecimento do Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda [et al]. **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018, p. 175-216.

LOPES, Josefa Batista. 50 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. V. 20, nº 1, p. 237-252. Jan-jun. 2016.

MACHADO, Graziela Scheffer; CLOSS, Thaisa; ZACARIAS, Inez Rocha. Reconceituação Latino-Americana do Serviço Social: as ideias cepalinas e da teoria dependência. In: **Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**: civilização ou barbárie; futuro da humanidade, centenário de Luxemburgo, uma rosa vermelha para a democratização socialista, de 20 a 23 de agosto de 2019, São Luís, MA – São Luís: UFMA, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2019.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura Brasileira (1964 – 1985)**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **“Método BH”**: O embrião da virada do Serviço Social. Boletim online Conexão Geraes. Ano 4. N. 14, abr/mai/jun de 2019. Belo Horizonte: CRESS MG, 2019.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. A conjuntura de uma pandemia e o que ainda está por vir: impactos e estratégias possíveis. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros-MG. V. 4. N. 2, jul./dez de 2020, p. 236-260.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

SÁ, Jeanete L. Martins. **Conhecimento e Currículo em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018, p. 25-65.

SADER, Emir. **A transição no Brasil**: da ditadura à democracia? 9ª ed. São Paulo: Atual, 1990. (Séria História Viva)

SANTOS, Josiane Soares. O enfrentamento conservador da “questão social” e os desafios para o Serviço Social no Brasil. **Revista Serviço Social& Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 484-496, set/dez. 2019

SILVA, José Fernando Siqueira. O debate crítico do Serviço Social na América Latina: gênese e desenvolvimento no Brasil. In: SOUZA, Edvânia A; SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Orgs.). **Trabalho, Questão Social e Serviço Social**: a autofagia do capital. São Paulo: Cortez, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda [*et al*]. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

V

OS PROJETOS PROFISSIONAIS EM DISPUTA NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: O AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO E DO SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO NA ATUALIDADE

Ana Carolina do Nascimento Rodrigues¹

1. Introdução

O presente capítulo tem como objetivo tecer algumas reflexões sobre os projetos profissionais em disputa por hegemonia no Serviço Social brasileiro na atualidade. Tendo em vista a adesão maciça de parte da categoria aos projetos do campo conservador, retomamos a relação genética entre Serviço Social e conservadorismo. A partir deste resgate, apontamos os processos sociais que vêm impondo à profissão tendências neoconservadoras, como o Serviço Social Clínico, movimento que exige nossa atenção.

A metodologia utilizada é a da revisão bibliográfica. Apresentamos aqui extratos dos estudos realizados na Universidade Federal de Juiz de Fora ao longo do processo de especialização em Atenção Hospitalar (modalidade residência multiprofissional)², da inserção enquanto membro no Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS)³ e da pesquisa que vem sendo desenvolvida no Mestrado em Serviço Social⁴.

A premissa apontada por Netto (2006) de que todo projeto profissional se ancora em um projeto de sociedade é crucial para as

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; e-mail: carolinanascimento15@hotmail.com.

² Concluída em 2020.

³ Desde 2016.

⁴ Desde 2024, com previsão de conclusão em 2026.

reflexões que traremos. Sabe-se que todo projeto profissional tem direcionamento ético e político e está subsidiado por matrizes teóricas, que lhe oferecem lentes para leitura da realidade. A diferença está no fato de que alguns projetos são funcionais à conservação do modo de produção capitalista e o Projeto Ético-Político hegemônico no Serviço Social brasileiro na atualidade se propõe a propagar valores que tensionam essa ordem, uma vez que se ancora na fundamentação marxista (Guerra, 2023).

É essa fundamentação (a única) que permite à profissão a compreensão de seus fundamentos (Guerra, 2023). Na esteira do que apontam Netto (1996) e Iamamoto e Carvalho (2014), o Serviço Social surge no capitalismo monopolista para atuar nas políticas sociais que nascem como respostas às reivindicações dos trabalhadores, na direção da produção de consenso⁵. Logo, a gênese da profissão é marcada pelo conservadorismo. Não é coincidência, portanto, sua adesão ao ideário da Igreja Católica (Yazbek, 2018). Há ainda as pesquisas que apontam a aproximação da profissão com as políticas nazi-fascistas próprias do Governo Vargas (Horst; Mito, 2017), higienistas (Gonçalves, 2018) e posteriormente, com o positivismo (Cunha; Nunes, 2020).

Essas influências que marcam o surgimento da profissão nunca foram totalmente superadas e no contexto regressivo atual, marcado pelo ultraneoliberalismo e neoconservadorismo - em escala internacional - são retomadas sob novas roupagens (Mota; Rodrigues, 2020). Mota e Rodrigues (2020) informam que o neoconservadorismo é marcado pela heterogeneidade de doutrinas ideológicas. Entretanto, apresenta pontos comuns como: exaltação da família tradicional, propriedade e mercado; críticas contundentes às conquistas no plano dos direitos individuais, sociais, trabalhistas e humanos. Além disso, as auto-

⁵ Na vivência brasileira (que nos interessa aqui), isso ocorre no contexto de expansão da industrialização e urbanização, vivenciadas na Era Vargas, na década de 1930. Com o acirramento da “questão social”, enquanto conflito entre capital e trabalho (e a explicitação política deste conflito pela classe trabalhadora que então se formava), as políticas sociais surgem como respostas estatais no sentido de assegurar a reprodução da força de trabalho, mas também como expressão da luta de classes (Iamamoto; Carvalho, 2014).

ras apontam para a retração do Estado em relação às políticas sociais, marcadas por contrarreformas e ajustes fiscais. Esse processo vem acompanhado do recrudescimento da coerção e do autoritarismo. É nesse contexto social, econômico e político que movimentos retrógrados como o Serviço Social Clínico ganham expressão como movimento organizado dentro da profissão, tendo como seus principais defensores profissionais formados antes da aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, estudantes e profissionais formados pelo ensino à distância (Cunha; Nunes, 2020), sindicatos de Assistentes Sociais (Rodrigues, 2020) e outros.

2. Projetos profissionais no Serviço Social e a disputa por hegemonia

Baseado na análise de Cardoso (2013), podemos afirmar que todo projeto coletivo é um projeto ético e político, pois pressupõe escolhas e estas estão sempre pautadas por valores, mesmo que não se tenha clareza disso. “Tenhamos consciência ou não, somos subsidiadas e subsidiados por explicações, fundamentos que orientam nossa interpretação sobre a vida, sobre a sociedade, sobre a profissão etc., e por uma visão de mundo, por projetos de sociedade” (Guerra, 2023, p.46).

Netto (2006) afirma que todo projeto profissional está vinculado a um projeto societário, no caso do chamado Projeto Ético-Político do Serviço Social, os valores que o conformam – liberdade, igualdade, cidadania, democracia, justiça social - se relacionam com a superação da ordem capitalista. Entretanto, a profissão surge exatamente para atender a uma demanda de conservação do capitalismo, via execução de políticas sociais do Estado burguês numa fase específica de seu desenvolvimento, como problematizaremos posteriormente.

Nesse aspecto reside uma das complexidades do Serviço Social, pois apesar de receber o estatuto de profissional liberal, a profissão, no Brasil, se desenvolveu através do trabalho assalariado (Iamamoto;

Carvalho, 2014), tendo o Estado como o seu principal empregador e o âmbito das políticas sociais como seu maior espaço sócio-ocupacional. Essa contradição marca o exercício profissional do Assistente Social, pois, nenhum trabalhador assalariado possui completa autonomia sob o processo de trabalho em que está inserido, uma vez que depende dos meios ofertados por uma instituição para a execução das suas ações. Contudo, no caso do Serviço Social, alguns elementos apontados pelos autores garantem relativa autonomia aos profissionais, como: a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética, a formação acadêmica de nível superior amparada nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS), entre outros. Tais aparatos permitem que a categoria possa, coletivamente, defender princípios que se contrapõem à hegemonia burguesa.

Além disso, o trabalho profissional de Assistentes Sociais é balizado pelas concepções de realidade e de profissão em que se embasam através de matrizes explicativas (Guerra, 2023). Segundo Yazbek (2018, p.48), “esse modo de apreensão incorpora o movimento da história”. Ainda segundo a autora, a profissão se depara com diversas questões cotidianas que são inerentes à sociabilidade humana “em relação às quais se posiciona, quer do ponto de vista explicativo quer do interventivo, considerados nessa abordagem como dimensões de uma mesma totalidade” (Yazbek, 2018, p. 48).

Segundo Guerra (2023, p. 46):

[...] nem todas as referências teórico-metodológicas que estão na base das Teorias Sociais apreendem os fundamentos histórico-ontológicos da realidade e da profissão. Aqui se faz necessário estabelecer a distinção entre aquelas fundamentações que se detêm na expressão fenomênica da realidade e da profissão tomada como a sua base de explicação, aquelas que consideram os fundamentos ontológicos da realidade como inacessíveis, aquelas que “desconfiam” da distinção entre aparência e essência e aquelas que reconhecem o papel da busca dos fundamentos na apreensão da lógica constitutiva dos processos e práticas sociais, no movimento que vai da aparência para essência.

Dito isso, podemos afirmar que o Projeto Ético-Político hegemônico no Serviço Social, alicerçado no pensamento marxista, se vincula a um projeto societário de ruptura com a ordem do capital, pois inspira-se em valores que só são materializados com a sua superação. Há outros projetos profissionais, que no campo conservador, contribuem para preservar a sociabilidade burguesa. Tais projetos utilizam-se de matrizes teóricas explicativas que ocultam a realidade. Dessa maneira, diversas propostas de direcionamento para o Serviço Social coexistem e disputam hegemonia. Isso fica explícito quando Netto (2006) aponta que no Projeto Ético-Político existem dois elementos: o imperativo e o indicativo. Imperativo porque existem um conjunto de regulamentações como o Código de Ética e outras legislações que são expressões materiais deste projeto e às quais o profissional deve, sob penas administrativas e jurídicas, se submeter. No entanto, ele também é indicativo, pois, por ser plural e hegemônico, convive democraticamente com outras correntes a ele alheias com as quais está em constante disputa ideológica.

Existem processos que contribuem para esse tensionamento. Ramos e Santos (2016, p. 209-210), nos trazem uma importante lembrança ao afirmar que “é fundamental o entendimento de que a ruptura com o conservadorismo significa, de fato, um processo histórico e, como tal, permeado de contradições, limites e desafios que se atualizam todos os dias”. As autoras apontam ainda, que as transformações que o capitalismo vem operando nas últimas décadas⁶, têm sido cruciais para entender o movimento no interior do Serviço Social que impõe o pragmatismo e a negação da cultura profissional crítica.

Guerra (2013) afirma que no cotidiano agimos a partir de juízos provisórios, geralmente alicerçados na fé e na confiança. Ou seja, a

⁶ Segundo Iamamoto (2014) o processo de financeirização e mundialização da economia está no centro de processos que vêm sendo tratados de forma autônoma, como: a contrarreforma do Estado, a reestruturação produtiva, a “questão social”, a ideologia neoliberal e o pensamento pós-moderno. Temas que interferem diretamente no Serviço Social e determinam o desenvolvimento da profissão na atualidade.

partir do senso comum. A autora aponta que se, enquanto Assistentes Sociais, não somos conhecedoras da teoria social (na qualidade de lente para leitura da realidade) que nos orienta, acabamos nos “tornando instrumento de manipulação da mesma” (Guerra, 2013, p.45). Essa tomada de consciência pode ser prejudicada pelo ecletismo, pois não é incomum que haja uma invasão pragmatista no marxismo (Guerra, 2013). Logo, pode haver Assistentes Sociais que se advogam como pertencentes do campo teórico marxista e defensores do Projeto Ético-Político hegemônico na profissão que, em última instância, possuam uma visão e um anseio utilitarista quanto aos mesmos, como se tivessem que se traduzir em respostas instrumentais imediatas às demandas colocadas no âmbito das políticas sociais (inundadas da lógica pragmática).

A onda conservadora no interior do Serviço Social ganha força também no processo formativo que não está imune às mudanças operadas pelo capital. Temos visto o aceleramento do tempo de graduação e o avanço da modalidade de ensino à distância, que dificultam a produção e disseminação de um conhecimento crítico (Ramos; Santos, 2016). Tal tendência encontra espaço e força na falácia disseminada por setores da profissão que afirmam não haver interlocução entre teoria e prática no Serviço Social e por conta disso defendem a necessidade de uma formação tecnicista, orientada para e pelos interesses do mercado de trabalho, asséptica e desprovida de criticidade. Em última instância, essa tendência se choca ao que o Projeto Ético-Político hegemônico se propõe enquanto projeto de profissão, contrariando seus valores e sua matriz teórica.

Ramos e Santos (2016), também evidenciam que as transformações no mundo do trabalho, como a precarização dos vínculos empregatícios, baixos salários, perda de direitos e demais fatores que impactam negativamente nas condições objetivas e subjetivas para a organização política da classe trabalhadora no geral, são processos que também afetam Assistentes Sociais. Segundo as autoras, a dificuldade da base da categoria profissional em se organizar coletiva/politicamente é uma das mediações necessárias para

compreender o avanço de projetos profissionais que disputam hegemonia com o chamado Projeto Ético Político.

Netto (2016) aponta a necessidade de uma elaboração teórica acerca da história recente do Serviço Social no Brasil, inclusive de forma a contribuir para o fortalecimento da direção social assumida hegemonicamente pela profissão. Nessa produção, o autor traz uma importante reflexão para o debate, pois segundo ele, o que vem se observando são atuações e defesas de concepções que contrariam os valores do Projeto Ético-Político hegemônico sem, no entanto, se confrontar diretamente com ele. Sinaliza ainda, que em nome do pluralismo, equivocadamente, correntes conservadoras justificam a coexistência de inúmeras matrizes teóricas divergentes para o direcionamento da profissão, resvalando em um completo ecletismo⁷. Dessa forma, fica evidente que conhecer as correntes ideológicas em disputa com o Projeto Ético-Político hegemônico se faz urgente e necessário, uma vez que é comum incorrer em equívocos quando não se tem clareza das bases teórico-filosóficas e ético-políticas que sustentam determinadas análises e práticas. Além disso, nessa mesma esteira, consideramos importante retomar a relação genética entre Serviço Social e conservadorismo, de forma a compreender a capilaridade da profissão para a incorporação de tendências neoconservadoras, em particular efervescência no contexto econômico e político atual. É o que discutiremos no tópico seguinte.

⁷ Nas palavras de Coutinho (1991, p.13): “[...] no terreno da ciência, natural ou social, o pluralismo não pode implicar o ecletismo ou relativismo [...]. É através da troca de ideias, da discussão com o diferente, que podemos afirmar nossas verdades, fazer com que a teoria se aproxime o mais possível do real. Não há ciência que esgote o real, pois a ciência é sempre aproximativa. Então é absolutamente necessário o debate de ideias [...], mas isso, a meu ver, não implica e não pode implicar no ecletismo. Isto é: não se pode pensar em conciliar pontos de vista inconciliáveis, em nome do pluralismo. Não é isso que o pluralismo tem a nos oferecer no terreno da ciência”.

3. A relação genética entre Serviço Social e conservadorismo: a capilaridade da profissão para a incorporação de tendências neoconservadoras

Conforme Iamamoto e Carvalho (2014), o Serviço Social surge enquanto profissão socialmente determinada pelo contexto histórico. A inserção dessa profissão se dá no processo de reprodução das relações sociais, sendo chamada pela burguesia para atuar no controle da classe trabalhadora. Tal controle se expressa no âmbito material – na execução de políticas sociais que garantem condições básicas para que a classe subalternizada esteja apta a produzir para o capital –, e na reprodução ideológica de valores que são necessários à manutenção da ordem burguesa. Porém, tal fundamento não exclui a possibilidade da execução de uma prática profissional do Serviço Social que seja redirecionada aos interesses históricos da classe trabalhadora, pois como apontam Iamamoto e Carvalho (2014, p.81), o Serviço Social “responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto”. Ou seja, Assistentes Sociais atendem a interesses conflitantes e antagônicos.

A intervenção estatal sobre a “questão social”⁸ via políticas sociais ocorre de forma fragmentada e parcializada, pois esta é a única forma possível do Estado burguês oferecer respostas à ela sem colocar em risco a ordem burguesa (Netto, 1996). Desvendar que as mazelas vivenciadas pela classe trabalhadora têm origem em uma única raiz comum, seria assumir a exploração do trabalho pelo capital. Ao dar respostas parcializadas, ocultando a gênese da “questão social”, o Estado burguês atende a algumas reivindicações da classe trabalhadora na direção da produção de consenso. Além disso, garante que os

⁸ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (Iamamoto, 2014, p.83-84).

trabalhadores ativos e o exército de reserva se mantenham vivos e operando em condições favoráveis à dinâmica capitalista.

O que podemos depreender do estudo de obras clássicas sobre o surgimento do Serviço Social é que ele está alicerçado em uma demanda de conservação da ordem posta. O que funda esta profissão é o trato dado à “questão social”, a partir do processo político desencadeado numa fase específica do capitalismo que cria a necessidade e, por isso, a condição para a existência do Serviço Social. Logo, a demanda social para a institucionalização da profissão é conservadora⁹. Guerra (2018) coloca que a concepção de história como processo de avanços e retrocessos torna possível compreender que o conservadorismo, que marca o surgimento da profissão, não é algo superado, mas que se reatualiza e se refuncionaliza sob novas roupagens.

No Brasil, o Serviço Social surge como profissão com a expansão do capitalismo industrial e da urbanização, na década de 1930. Dentro do espectro conservador que marcou a gênese da profissão, podemos apontar a influência do modelo franco-belga, diretamente ligado à medicina social, na qual os condicionantes sociais eram considerados no processo saúde-doença, porém as expressões da “questão social” eram encaradas como desvios, desajustes, algo patológico e, portanto, passível de diagnóstico e tratamento (Scheffer, 2017). Neste cenário, em que a profissão esteve diretamente relacionada à Doutrina da Igreja Católica, também atuou junto às famílias da classe trabalhadora sob um viés moralizador. Essa atuação foi marcada pela adesão da categoria aos interesses da classe dominante, então representados pelo Estado nas suas políticas de inspiração nazi-

⁹ Exemplo disto são as requisições que se traduziam nas ações profissionais de Assistentes Sociais no surgimento na profissão: abordagem da “questão social” como problema moral e individual; ajuste de comportamento via “conscientização”; trabalho com as famílias enquanto esteio moral e combate à promiscuidade; aconselhamento para o ajustamento das moradias enquanto ambiente de ordem e asseio; ações educativas com os trabalhadores que visavam à construção de um ambiente de respeito às regras morais e de higiene, assim como o incentivo ao cuidado com os maquinários e matérias-primas, entre outras demandas conservadoras (Yazbek, 2018); (Guedes, 2001; 2022).

fascista (Horst; Mioto, 2017), higienista (Cunha; Nunes, 2020) e eugenista (Gonçalves, 2018).

Outra referência importante para compreender o espriamento de correntes teóricas conservadoras no Serviço Social brasileiro vem dos Estados Unidos, com a influência de um movimento higienista que encontrava suporte no protestantismo e no darwinismo social. Mary Richmond¹⁰ se destacou como vanguarda intelectual ao sistematizar o que ficou conhecido como Serviço Social de Caso. Um fator interessante apontado por Scheffer (2017) na produção de Richmond é que a intelectual se pautou no modelo biomédico como forma de legitimar a cientificidade do Serviço Social no campo da saúde. Dessa forma, utilizava-se da clínica para justificar e analisar as expressões da “questão social” pautadas por padrões biológicos. Concebe-se ainda, o meio social como produtor de desajustes, sendo a “família desestruturada” e o ambiente em que se vive considerados como fatores que causam “problemas” aos indivíduos na convivência em sociedade. Tais posicionamentos trazem uma falsa neutralidade à profissão, pois não consideram a pobreza como produto da estrutura da sociedade capitalista, mas como resultado das escolhas individuais/particulares dos sujeitos.

Montaño e Guerra (2024) relacionam o pensamento de Mary Richmond com o pragmatismo. Para os autores, Richmond tenta dar status de profissão às práticas assistenciais, tecnificando-as e dotando-as de conhecimento. Este último traduzido no que Richmond denominava de diagnóstico social, por meio do qual eram analisadas as características pessoais/individuais do “cliente”, assim como as influências do meio social. Ou seja, buscava-se compreender a trajetória de cada indivíduo/família e como tais características rebatiam nas dificuldades/potencialidades que apresentavam. Nesse modelo ganha destaque a questão da experiência e a compreensão de que o conhecimento deve ser “extraído diretamente da prática profissional imediata” (Montaño; Guerra, 2024, p. 106).

¹⁰ Exerceu grande influência no Serviço Social brasileiro principalmente entre as décadas de 1940 e 1960.

Os autores seguem afirmando que nas proposições de Richmond, a ação direta entre Assistente Social e “cliente” reforça o relacionamento entre eles como instrumento preponderante para a reforma de comportamento dos sujeitos atendidos. “O comportamento desejado não é outro que o da (auto) responsabilização dos mesmos pela sua situação-problema, sob o discurso do estímulo à autonomia e respeito à individualização e autodeterminação do cliente” (Montaño; Guerra, 2024, p. 107).

Cunha e Nunes (2020) apontam a relação entre positivismo, higienismo e a prática clínica no Serviço Social. Ao retomarem a influência de Richmond sob a formação e trabalho do Serviço Social brasileiro afirmam que a autora traz em suas reflexões referências da psiquiatria e higiene mental. Segundo Cunha e Nunes (2020, p. 336):

no âmbito prático-operativo com a influência do higienismo, a base do serviço social é sincrética e funcional à reprodução ampliada da sociedade burguesa, por meio do discurso e da reiteração de procedimentos, de acordo com o receituário institucional — expresso em metas, objetivos específicos, prazos, público-alvo, planejamento, estatísticas, balanços, metodologias, terapia familiar e constelação.

Ainda nesta linha, Mota e Rodrigues (2020) afirmam que com as transformações societárias operadas pelo capitalismo nas últimas décadas devido à sua crise estrutural, que tem como uma de suas faces a contrarreforma do Estado, há a retomada do conservadorismo e a efervescência das terapias de ajustamentos no Serviço Social. É comum que em países de capitalismo periférico (como no Brasil) a fragilidade da democracia e a ausência de um histórico Estado de Bem-Estar Social, a ofensiva das forças econômicas ultraneoliberais demande um exacerbado conservadorismo reacionário e antidemocrático para gestão da barbárie. Essa lógica impacta sobremaneira a concepção e efetivação da proteção social.

Nesse lastro, o serviço social tem como base de fundamento o positivismo e uma prática baseada na higiene e no ajustamento daqueles que se encontravam à margem do processo de produção.

Essa prática com contornos clínicos atravessou a história do Serviço Social e na atual conjuntura de recrudescimento do conservadorismo tem ganhado densidade e apoio de profissionais, por meio de um movimento contrário ao projeto ético-político e a perspectiva crítica, chamado de Serviço Social Clínico (Cunha; Nunes, 2020, p.330).

Com essa articulação passaremos ao tópico posterior, onde trataremos de forma sucinta os processos sociais que vem fortalecendo projetos profissionais no campo conservador e tensionando o Projeto Ético-Político hegemônico no Serviço Social. Apontaremos ainda como essa tensão se traduz em tendências conservadoras no cotidiano profissional de Assistentes Sociais.

4. Tendências conservadoras no cotidiano profissional de Assistentes Sociais

Segundo Cunha e Nunes (2020, p.329):

Tem-se diante da conjuntura marcada pela contrarreforma do Estado e crise do capitalismo, um ambiente propício para proliferação de práticas conservadoras baseadas na clínica e na subjetividade, ou seja, um perfil de profissional contrário à perspectiva crítica, baseado em vertentes alinhadas ao conservadorismo que estiveram presentes nas protoformas da profissão, dentre essas, as influências higienistas.

Tal conservadorismo ganha novos contornos na última década com o ultraneoliberalismo, que no Brasil é demarcado pelos processos que culminam no Golpe de 2016, que inaugura o governo Temer (Mota; Rodrigues, 2020).

Note-se que o neoconservadorismo não se apresenta como um sistema coerente de ideias, mas como um composto ideológico constituído por doutrinas muito diversas e, até mesmo, colidentes entre si, tais como o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e um anticomunismo reciclado (Mota; Rodrigues, 2020, p. 203).

As autoras trazem que apesar da heterogeneidade que marca o neoconservadorismo¹¹, a exaltação da família é marcada como um dos principais pontos de confluência (Mota; Rodrigues, 2020). Essa defesa ideológica é estratégica e se alia a pauta econômica, pois não se trata apenas de uma concepção retrógrada de família, mas também um chamamento à sua função protetiva, uma vez que o âmbito das políticas sociais oferece cada vez menos respostas de cuidado e proteção aos sujeitos, tendo em vista seu desmonte e precarização.

Ao acessarem pesquisas feitas com profissionais atuantes na política de Assistência Social, Horst e Miotto (2017) observam que é comum que os profissionais não tenham a compreensão da família numa teia de relações sociais mais amplas e complexas. Apontam a presença de uma concepção ideal de família por parte dos profissionais, que “atribuem aos próprios usuários a resolução pelos problemas vivenciados” (Horst; Miotto, 2017, p.238).

Cabe destacar que a persistência dessa perspectiva pautada numa cultura disciplinar se apresenta também nas próprias formulações das políticas sociais. Miotto (2015), ao analisar os documentos orientadores da política de assistência social, indica as contradições e as ambiguidades presentes nesses documentos, especialmente relacionados à concepção de matricialidade sociofamiliar e aos procedimentos a serem adotados com as famílias. Afirma que esses documentos favorecem, no cotidiano dos serviços socioassistenciais, interpretações a partir de

¹¹ Estamos trabalhando com a expressão “neoconservadorismo” a partir do que Mota e Rodrigues (2020) apontam em seu estudo. Como já demarcamos em momento anterior neste trabalho, trata-se sistema heterogêneo de ideias, mas que tem pontos em comum como: a exaltação da família tradicional, da propriedade privada, da lógica mercantil e do individualismo. Há também ataques no plano dos direitos individuais, trabalhistas, sociais e humanos. Marcado por um conteúdo moralista retrógrado (com influência do fundamentalismo religioso) que se alia à pauta econômica regressiva de ajuste fiscal e sucateamento das políticas sociais, o conservadorismo reacionário ganha novo contorno, potencialidade e capilaridade ao fazer “uso de ferramentas e estratégias high techs e de inovações tecnológicas, como a utilização intensa das redes sociais e robôs” (Mota; Rodrigues, 2020, p. 204). Merece destaque ainda a permeabilidade desta ideologia nas classes subalternas via senso comum. Segundo as autoras, são também determinantes deste processo a desregulamentação e flexibilização das legislações trabalhistas, os movimentos de militarização da vida social, o apelo à anticorrupção, entre outros (Mota; Rodrigues, 2020).

construtos já consolidados em práticas tradicionais da assistência social (Horst; Miotto, 2017, p. 239).

Além disso, o pensamento de Castel (1998) e Rosanvallon (1998) é marca característica das políticas sociais brasileiras, em especial da política de Assistência Social. Sem a pretensão de simplificar o debate dos autores ou de igualá-los, o que podemos apreender é que ambos analisam a sociedade a partir da teoria social de Durkheim, o positivismo. Não possuem como objetivo trazer reflexões que possam contribuir com a ultrapassagem do modo de produção capitalista. Ao contrário, propõem ações nesta que entendem ser a sociedade possível, contribuindo para a sua conservação.

Problematizamos ainda a adesão de parcela da categoria, sob a influência das políticas sociais (em especial a de Assistência Social), ao debate francês da “questão social”, que tem na integração e na coesão social a resposta para o fenômeno, culminando na incorporação ao discurso profissional dos conceitos de risco, vulnerabilidade social e fortalecimento de vínculos sem a devida problematização de qual campo teórico denotam e a qual projeto de sociedade fortalecem.

Com base em Iamamoto (2014) afirmamos que compreender a “vulnerabilidade social” como uma questão de “risco” para uma determinada parcela da população vivenciar formas de violência e violações é uma percepção superficial, pois sob esta ótica, havendo políticas de distribuição de renda e intervenções junto às famílias por meio das políticas e programas sociais estariam postas as medidas necessárias para resolução dos conflitos e violações de direitos. Todavia, pautados numa abordagem marxista, compreendemos que a raiz das mazelas vivenciadas pela classe trabalhadora não se encontra na esfera da distribuição, mas da produção. Entendemos que tais fenômenos têm origem na “questão social”, que tem sua anatomia desvendada através da Lei Geral da Acumulação Capitalista, descrita por Marx em O Capital (Rodrigues, 2025).

O risco de Assistentes Sociais basearem o seu exercício profissional nos direcionamentos da política social de forma legalista, normativa e irrefletida é contribuir para a correlação de forças que

fortalece a ordem burguesa. No que tange ao trabalho com famílias, especificamente, pode ocorrer responsabilização/culpabilização das mesmas para a garantia da “coesão social”. Segundo Guerra (2018) é preciso qualificar as respostas profissionais para além dos “manuais” elaborados no âmbito das políticas sociais que, por possuírem a natureza conservadora que já sinalizamos, servem a objetivos estranhos ao do Projeto Ético-Político hegemônico na profissão.

Partimos do pressuposto de que no contexto de retração do Estado, via precarização das políticas sociais como respostas às expressões da “questão social”, o que ganha espaço na atuação de Assistentes Sociais é a retomada de ações no campo moralista conservador - como o ajuste de comportamento dos sujeitos - presente em práticas como o Serviço Social Clínico. Segundo Cunha e Nunes (2020, p. 331):

A questão social volta, portanto, a ser compreendida pela burguesia enquanto caso de polícia e de higiene social capaz de ser resolvida apenas com o ajustamento dos indivíduos e limpeza das cidades. A política social, por sua vez, como instrumento de resposta utilizada pelo Estado para atender às demandas advindas da classe trabalhadora, nessa conjuntura de avanço do conservadorismo, retoma suas bases filantrópicas da caridade, do aconselhamento e ensinamento relacionado à higiene pessoal.

No tópico seguinte apresentaremos nossas considerações sobre um movimento organizado que se encontra no âmbito dos projetos profissionais conservadores do Serviço Social. O Serviço Social Clínico tem ganhado força, visibilidade e adesão na categoria no contexto supracitado, como mencionado.

5. O Serviço Social Clínico

Cunha e Nunes (2020) apresentam a relação do conservadorismo, em especial na sua vertente higienista, com o movimento do Serviço Social Clínico. Este último se apresenta como uma das princi-

tais expressões de projeto profissional conservador na atualidade (Paula, 2016); (Rodrigues, 2020) e vem sendo impulsionado pelas dinâmicas expostas acima.

A sustentação teórica que direciona o Serviço Social Clínico possui principalmente interferências da corrente fenomenológica (Scheffer, 2017) e do positivismo (Cunha; Nunes, 2020), além de suas reatualizações via pensamento pós-moderno. Logo, trata-se de um movimento marcado pelo ecletismo. Segundo Cunha e Nunes (2020, p. 332), “esse movimento é liderado por profissionais formados antes da aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996 e por estudantes, concluintes e assistentes sociais oriundos do ensino privado, majoritariamente, do ensino à distância”.

O elemento central do trabalho do Assistente Social, nessa proposição é a ajuda psicossocial, por meio da qual ouve e dialoga com o “cliente”. Segundo Scheffer (2017), o elemento da ajuda presente nessa corrente encontra forte traço na formação sócio-histórica brasileira, marcada pelo elemento do favor, sobressaindo à lógica do direito. Para Cunha e Nunes (2020, p. 332):

As críticas que sustentam esse movimento são ao projeto ético-político profissional, às Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996 e, com isso, reivindicam o reconhecimento clínico, enquanto espaço sócio-ocupacional da profissão. Logo, defendem uma prática profissional pautada no autoconhecimento, na facilitação de acesso aos serviços da comunidade, na mudança subjetiva, no reforço da dinâmica interna de cada indivíduo, na autoestima, na ajuda para superação de crises, na potencialização da força da vida interna e apresentam como aportes teórico-metodológicos as vertentes teóricas da Psicanálise, Psicoteologia, Teoria Sistêmica, Teoria Construtivista, Antropologia Cultural, a Psicoteologia, entre outras derivações.

Paula (2016) nos mostra que essa imagem/autoimagem de profissão defendida pelos representantes do Serviço Social Clínico é problemática porque despolitiza circunstâncias objetivas da vida dos sujeitos, que são produzidas e reproduzidas de forma estrutural na sociedade burguesa. Ou seja, tal movimento se propõe a um

diagnóstico/tratamento social no campo da adaptação à ordem posta, colocando os sujeitos como disfuncionais a ela. O higienismo é um elemento central de atuação nessa perspectiva, uma vez que:

Com sua base teórica comprometida com o desenvolvimento e manutenção do capitalismo, defende que todos os organismos descendem, com modificações, de ancestrais comuns e o principal agente de modificações é a ação da sua origem natural sobre as variações individuais. Resumidamente, a pobreza é biológica e não pode ser modificada, a possibilidade nessas situações é o ajustamento e o enquadramento, e isso é possível com o uso da terapia (Cunha; Nunes, 2020, p.333).

A formação generalista em Serviço Social - assegurada por meio das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 - nos permite fazer a análise dos fenômenos que aparecem de forma fragmentada e superficial no cotidiano do público que atendemos, como expressões de uma dinâmica estrutural, que é a forma como o capital se apropria do trabalho alheio, produzindo e reproduzindo desigualdades. Por fazermos essa leitura de realidade, pautada numa perspectiva marxista, não é coerente compreender que as dificuldades/precariedades pelas quais passa a classe trabalhadora são resultado de seus traumas emocionais, como sugerem Assistentes Sociais alicerçados na perspectiva do Serviço Social Clínico.

Entendemos que essas especializações (como a clínica) são muito sedutoras para profissionais que buscam, no sentido literal, um modelo de atuação, por não compreenderem o objetivo da nossa formação generalista. Nessa perspectiva, é como se o aperfeiçoamento fosse capaz de responder ao “como fazer” e fornecer as ferramentas necessárias para uma intervenção prática. A partir dessa concepção, a formação crítica não seria capaz de oferecer tais ferramentas. Essa frustração pode residir no fato de que muitas vezes o que se espera da teoria é que ela automaticamente vá produzir instrumentos de intervenção, quando na verdade ela é responsável por nos permitir uma melhor compreensão da realidade – compreensão esta necessária para a criação dos mecanismos de intervenção (Santos, 2010).

Scheffer (2017) relata que os defensores do Serviço Social Clínico no Brasil utilizam em sua defesa as experiências em outros países, onde as práticas terapêuticas no Serviço Social são reconhecidas. Essa importação da experiência seria uma forma de ampliação do mercado de trabalho, na visão destes profissionais. Não é coincidência, portanto, o fato de os Sindicatos de Assistentes Sociais serem um dos principais defensores do Serviço Social Clínico¹². Porém, conforme nos aponta Paula (2016), a própria organização de Assistentes Sociais em sindicatos é um ponto problemático para a profissão na atualidade¹³. Em sua obra, a autora sinaliza o papel que hoje cumpre a FENAS (Federação Nacional dos Assistentes Sociais), criada em 2000 com o objetivo de reorganizar a categoria no âmbito político e sindical. Essa instituição contraria uma decisão tomada pela categoria em 1989, momento no qual se optou pela organização por ramo de atividade, com o intuito de fortalecer a luta coletiva da classe trabalhadora, o que corrobora com o objetivo final do projeto de sociedade ao qual Projeto Ético-Político hegemônico no Serviço Social se alia que é a superação da ordem capitalista.

A FENAS defende que a organização de Assistentes Sociais em sindicatos da categoria é necessária, dada a precarização das relações/condições/organização do trabalho vivenciadas pela

¹² Essa e outras considerações que serão apresentadas posteriormente foram extraídas dos registros audiovisuais do “II Seminário Serviço Social Clínico - Um Debate Inadiável” promovido pelo Sindicato de Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul (SASERS) no dia 24 de maio de 2018. Realizamos a análise completa do material no trabalho de conclusão de curso de residência (Rodrigues, 2020) e em artigo publicado em conjunto com a orientadora do referido trabalho na Revista Conexões Geraes do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Rodrigues; Paula, 2021).

¹³ A polêmica em torno da organização político-sindical dos Assistentes Sociais reside no fato de que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), central sindical ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT), que no fim da década de 1980 eram importantes intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e possuíam como princípio a revolução socialista, passaram por uma mutação relacionada com sua busca e chegada ao poder, que redirecionou totalmente a essência do partido e da central sindical. O PT e a CUT então, em nome de uma governabilidade, se institucionalizam, se burocratizam e perdem seu potencial revolucionário presente no sindicalismo de base (Paula, 2016). Dessa forma, a organização por ramo de atividade foi algo que se perdeu durante o caminho, ficando inconclusa, de fato.

profissão. Acontece que a FENAS possui como objetivo profissional outro projeto que não é aquele defendido hegemonicamente pela categoria. A referida organização pauta a atuação profissional do Serviço Social no objetivo da política social, em especial na política de Assistência Social, com destaque para o Programa Bolsa Família (Paula, 2016).

Vimos, com base em Netto (1996) e Iamamoto e Carvalho (2014) que as políticas sociais no capitalismo não nascem isentas de contradições, ao mesmo tempo em que são o resultado da luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho, também são uma estratégia do Estado e da burguesia para atuar no controle do proletariado, pois contribuem para a reprodução material e ideológica da força de trabalho.

Feitas essas breves retomadas, pontuamos que a defesa da prática clínica enquanto ampliação do mercado de trabalho para a profissão é corporativista, pois visa um suposto “benefício” para a categoria sem refletir sobre os danos que tal projeto traz à história, legado e imagem do Serviço Social. Essas intervenções fazem parte de um projeto que descaracteriza o papel político, teórico e operacional que a profissão assume na realidade brasileira. Nas palavras de Iamamoto (2014, p.227):

[...] o projeto profissional (crítico) não foi construído numa perspectiva meramente corporativa, voltada à autodefesa dos interesses específicos e imediatos desse grupo profissional centrado em si mesmo. Não está exclusivamente voltado para a obtenção da legitimidade e status da categoria na sociedade inclusiva – e no mercado de trabalho em particular – de modo a obter vantagens instrumentais (salários, prestígio, reconhecimento de poder no conceito das profissões). Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e dos trabalhadores especializados, o projeto profissional os ultrapassa porque é histórico e dotado de caráter ético-político, que eleva esse projeto a uma dimensão de universalidade.

A citação da autora traz a clareza necessária para tratar de nossas reivindicações enquanto categoria: a percepção de que elas

devem estar articuladas ao conjunto de lutas sociais da classe trabalhadora, uma vez que é com este avanço coletivo que o Projeto Ético-Político hegemônico se compromete. Também nos leva a problematizar o argumento de que as práticas terapêuticas podem e devem coexistir com o Projeto Ético-Político hegemônico. Os setores que pautam essa defesa trazem à tona o pluralismo que esse projeto assegura, porém de forma equivocada, confundindo-o com o ecletismo.

Iamamoto (2014, p. 227) aponta:

[...] o pluralismo propugnado não se identifica com sua versão liberal, na qual todas as tendências profissionais são tidas como supostamente paritárias, mascarando os desiguais arcos de influência que exercem na profissão e os vínculos que estabelecem com projetos societários distintos e antagônicos, polarizados seja pelos interesses do grande capital, seja pela construção da unidade política dos trabalhadores enquanto classe.

Os patronos do Serviço Social Clínico afirmam ainda que ele se destina às pessoas que lutam por uma vida digna e fracassam, como se a ausência do que se tem construído pela imagem de uma vida bem-sucedida na sociedade capitalista fosse culpa dos sujeitos que pela própria organização das relações sociais estão privados de acessar posições privilegiadas. Como aponta Netto (1996, p.45), “ao naturalizar a sociedade, a tradição em tela é compelida a buscar uma especificação do ser social que só pode ser encontrada na esfera moral [...] - e eis que se franqueia o espaço para a psicologização das relações sociais”.

Sob a perspectiva do Projeto Ético-Político hegemônico o “fracasso” não é dos sujeitos sociais e não se expressa nas suas vidas particulares. Ele é uma característica do capitalismo contemporâneo, enquanto um emaranhado de relações sociais moldadas por um modo de produção que já se revelou fracassado. Hoje, mais do que nunca, para se manter, visando a sua reprodução ampliada, o capital intensifica sua destruição em relação à natureza e à humanidade. A crise que enfrentamos desde o final do século XX é, nos termos de Mészáros (2009), uma crise estrutural que releva todo o fracasso e toda a incompetência

do modo de produção pautado na lógica do capital em cumprir suas promessas civilizatórias. Portanto, a solução não consiste na alteração dos comportamentos dos indivíduos para que eles melhor se adequem à ordem burguesa, mas, justamente da destruição da lógica do capital para a construção de uma nova sociabilidade verdadeiramente humana.

Por fim, buscamos em Netto (2016), a sustentação de que é preciso conhecer a história de nossa profissão, assim como estudar as tendências neoconservadoras que vem se atualizando no cenário de acirramento da “questão social”, onde suas expressões assumem formas cada vez mais diversas e as requisições profissionais também vão se modificando. Entendemos que não se pode enfrentar aquilo que não se conhece, pois é preciso reunir argumentos sólidos na defesa cotidiana do Projeto Ético-Político hegemônico, de forma a viabilizar uma adesão cada vez mais consciente dos profissionais aos seus princípios.

6. Considerações Finais

Caminhamos para o fim dessas reflexões sumárias com a convicção de que o Projeto Ético-Político hegemônico no Serviço Social na atualidade enfrenta inúmeros desafios para seu fortalecimento. Esses desafios se apresentam metamorfoseados, aparentemente novos, mas retomam velhas práticas, referenciais e princípios que marcam a trajetória histórica da profissão. Combinam-se com as tendências características do tempo presente e se relacionam com o contexto econômico, político e cultural. Logo, o recrudescimento do conservadorismo e sua atualização, o neoconservadorismo, servem à necessidade de preservação do capital. Além disso, são a contraface da retração do Estado via contrarreforma no âmbito das políticas sociais.

Neste cenário, marcado por políticas sociais focalistas e precarizadas, a atuação profissional de Assistentes Sociais vem se tornando cada vez mais limitada aos manuais, procedimentos operacionais padrão, tipificações e outros modelos de intervenção pré-fabricados sob uma lógica pragmática, asséptica e desprovida de criticidade. Uma vez que as políticas sociais não oferecem condições

objetivas reais de intervenção nas expressões da “questão social”, o que resta aos profissionais é a atuação no âmbito do ajustamento de comportamentos e na psicologização das relações sociais.

Sob esta lógica ganha destaque o Serviço Social Clínico e as práticas terapêuticas, movimento organizado com adeptos principalmente entre os representantes dos Sindicatos de Assistentes Sociais e de profissionais graduados pelo ensino à distância. Mas não só. A prática clínica é marcada pela moralização, naturalização e psicologização da “questão social” e por vezes essa defesa é feita de forma explícita. Entretanto, ela também pode aparecer escamoteada de defesa ao pluralismo, como se dela fosse possível extrair apenas “o que convém”.

É comum que as práticas terapêuticas apareçam como a única ponte possível para alcançar a subjetividade dos sujeitos que atendemos, tal como ocorre com as discussões “identitárias” feitas via pensamento pós-moderno. Encerramos com a clareza de que tal como nos aponta Netto (2016) é preciso conhecer esses movimentos para enfrentá-los. Somente com o pensamento marxista é que alcançamos os fundamentos da realidade e que temos condições de atuar nela numa perspectiva de contribuição para o tensionamento da sociabilidade burguesa e das mazelas que lhe são inerentes.

Referências

CARDOSO, P. F. G. **Ética e Projetos Profissionais**: Os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Papel Social, 1ª edição, Campinas, 2013.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: Uma crônica do salário. Petrópolis. Vozes. Capítulo VIII.

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões éticas e políticas. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. **Cadernos ABESS**, n. 04, Cortez: São Paulo, 1991.

CUNHA, A. D.; NUNES, A. Aspectos do conservadorismo higienista no Serviço Social clínico: implicações para o projeto ético-político profissional. **Revista Libertas**. Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 328-350. jul./dez.. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/31729/21663>. Acesso em: 29 de janeiro de 2026.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**. Florianópolis. v. 21. nº 3. p. 514-522. set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxRR-WwjFN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 de janeiro de 2026.

GUEDES, O. A compreensão da pessoa humana na gênese do Serviço Social no Brasil: uma influência neotomista. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v. 4, n. 1, p. 7-25, jul./dez. 2001.

GUEDES, O. O neotomismo de Jacques Maritain: suas influências no Serviço Social brasileiro. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. **Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social**. Socialis Editora, 2022, p. 143-170.

GUERRA, Y. A. D. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: Reflexões preliminares. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/YC4WByMy9S8rWF7qwRZff8y/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 02 de novembro de 2025.

GUERRA, Y. A. D. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y. et al. (Org.). **Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. p.25-46.

GUERRA, Y. A. D. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. In: HORST, C. H. M; ANACLETO, T. F. M.; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS, 2023.

HORST, C. H. M.; MIOTO, R. C. T. Serviço Social e o Trabalho com Famílias: renovação ou conservadorismo. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2017, nº 40, vol. 15, p.228-246.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTAÑO, C. GUERRA, Y. **Serviço Social Crítico**: Teoria e Prática - Uma análise dos Fundamentos do Serviço Social para uma construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão. Campinas: Papel Social, 2024.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212. maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8JjbZ9hqfc3q3YY8GP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 de julho de 2025.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.) **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

NETTO, J. P. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, M. L. O. (Org.) **Serviço Social no Brasil**: História de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

PAULA, L. G. P. **Estratégias e Táticas**: Reflexões no Campo do Serviço Social. 1ª Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro: 2016.

RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M. M. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, M. L. O. (Org.) **Serviço Social no Brasil**: História de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

RODRIGUES, A. C. N. **Reflexões Críticas sobre o Serviço Social Clínico enquanto Projeto de Profissão**: uma análise de seus fundamentos históricos e suas expressões na atualidade. Trabalho de Conclusão de Residência. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/huresidencia/files/2020/06/Ana-Carolina-do-Nascimento-Rodrigues.pdf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2026.

RODRIGUES, A. C. N.; PAULA, L. G. P. Serviço Social e Práticas Terapêuticas: uma tendência reatualizada em tempos de pandemia. **Revista Conexões Geraes**. CRESS-MG, Belo Horizonte, Dez./2021. p. 31-42. Disponível em: https://www.cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2021/12/RCG_-_DEZ21.pdf. Acesso em: 29 de janeiro de 2026.

RODRIGUES, A. C. N. Fundamentos do Serviço Social: A “questão social” no centro do debate. **Revista Libertas**. Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 595-610, jul./dez. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/49594/30023>. Acesso em: 30 de janeiro de 2026.

ROSANVALLON, P. **A Nova Questão Social**: Repensando o Estado Providência. Brasília. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, C. M. dos. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010.

SCHEFFER, G. Subsídios Históricos para Crítica dos Fundamentos do Serviço Social Clínico no Brasil. In: DUARTE, M. J. O.; PASSOS,

R.G.; GOMES, T. M. S. (Org). **Serviço Social, Saúde Mental e Drogas**. Ed. Papel Social, São Paulo: 2017.

SEGUNDO SEMINÁRIO SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO. SASSERS Sindicato. Transmitido ao vivo em 24 de maio de 2018. Porto Alegre: Sindicato de Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul, 2018. 296 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&app=desktop&v=KvjgKdP20GY>. Acesso em: 29 de Janeiro de 2026.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. *et. all.* (org). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. p. 47-84.

PARTE III

SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS

VI

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA UMA ABORDAGEM CRÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS¹

Juliano Zancanelo Rezende

1. Introdução

A atividade teórica de compreender e explicar os movimentos sociais na sociedade capitalista exige o esforço analítico de suas múltiplas e complexas determinações, que são edificadas sob a dinâmica sociometabólica da realidade historicamente constituída. Isso requer uma abordagem crítica, com o devido rigor teórico-metodológico, que estabeleça, em seus objetivos de investigação, ir além da aparência imediata e empírica dos movimentos sociais. Dessa forma, não nos restringimos a um debate puramente descritivo ou comparativo das variadas formas e conteúdos dos diversos movimentos sociais existentes na sociedade, tampouco temos a intenção de sumariar as múltiplas e conflitantes abordagens teóricas acerca desses instrumentos de organização e mobilização coletiva. Nosso interesse reside em situar elementos abrangentes e articulados que possam explicitar os fundamentos de emergência e desenvolvimento dos processos político-organizativos que expressam as resistências e as lutas sociais empreendidas pelas classes subalternas no capitalismo.

Para alcançarmos uma explicação ampliada e abrangente dos movimentos sociais a partir da concretude material e histórica da realidade, pensamos que o direcionamento científico deve ser orientado pela razão humanista e histórico-dialética presente na teoria social

¹ Este capítulo constitui produto derivado da tese de doutorado do autor, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF (Rezende, 2025).

marxiana e nas contribuições da tradição marxista. Embora concordemos com Galvão (2011, p. 107), quando ela afirma que “a despeito do interesse do marxismo pelo estudo do movimento operário, não há uma teoria marxista dos movimentos sociais plenamente desenvolvida e articulada”, estamos convencidos de que o pensamento marxista dispõe de elementos essenciais e indispensáveis para analisarmos e compreendermos os movimentos sociais. Essa análise é possível a partir de um arsenal categorial explicativo da realidade (como trabalho, capital, classe social, consciência, ideologia, alienação, luta social, emancipação política, emancipação humana, dentre outras) cuja centralidade se encontra na luta de classes. Afinal, como identificamos que a teoria social marxiana se constitui como o grande contributo teórico que melhor explica a dinâmica fundamental da sociedade assentada no modo de produção capitalista, não podemos abrir mão de recorrer a esse pensamento para compreender os movimentos sociais cujas determinações objetivas e subjetivas se dão na concretude da sociedade tipicamente capitalista.

2. Movimentos sociais na luta de classes

Na contracorrente do pensamento dominante, que sustenta interpretações fragmentadoras e despolitizadoras dos instrumentos político-organizativos das classes subalternas, compreendemos que os movimentos sociais constituem, objetivamente, formas de resistência, contestação e enfrentamento às diversas expressões da “questão social” que se intensificam ou surgem no capitalismo contemporâneo. Configuram-se como momentos da luta de classes, particularizados a partir do “desafio político” que os envolve (Lojkin, 1981), mas são determinados, sobretudo, pela natureza de classe que funda e atravessa os antagonismos sociais próprios da sociedade burguesa.

A contradição das classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista é abordada em vários escritos de Marx, como no Manifesto do Partido Comunista (1848), quando junto de Engels, apontam que “a sociedade [*burguesa*] divide-se cada vez mais em dois

campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado” (Marx e Engels, 2017, p. 22). A relação antagônica das classes sociais fundamentais é atravessada por um relacionamento ineliminável no âmbito da produção social capitalista, pois uma classe se vincula a outra a partir do que dispõem e de como participam para o processo de produção de riquezas sociais; uma classe só existe enquanto tal em relação a outra. Esse relacionamento entre as classes fundamentais nas relações de produção é essencialmente baseado na exploração reificante do trabalho pelo capital, em que as relações sociais se aparentam como relações entre coisas, isto é, “assumem a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 2017a, p. 146).

As relações sociais estabelecidas entre as classes sociais no capitalismo não acontecem de forma mecânica e previamente determinada, por mais que condições estruturais viabilizadoras da dinâmica da exploração de uma classe sobre a outra permanecem fundamentalmente intactas. As relações estabelecidas entre as classes sociais contraditórias pressupõem dinamicidade e movimento, que acontecem a partir dos conflitos estruturais entre capital e trabalho, dos processos histórico-conjunturais da sociedade e seus contextos geográficos. São relações que se constituem na luta de classes e, ao mesmo tempo, são constituídas por ela.

Mesmo tratando as classes sociais fundamentais a partir da contradição entre capital e trabalho enquanto categorias econômicas, isso não quer dizer que a existência material das classes sociais no capitalismo seja exclusividade de suas protagonistas fundamentais. Marx (1983, p. 928) reconhece que “a constituição real da sociedade [...] de maneira alguma consiste unicamente na classe dos trabalhadores e na classe dos capitalistas industriais”. Existe uma diversidade de classes sociais, e de frações das classes fundamentais, que se complexifica no desenvolvimento histórico da sociedade erguida sob o modo de produção capitalista. Como registra Ridenti (2001, p. 22), “os detentores do capital, bem como os assalariados a eles subordinados, subdivide-se em vários grupos, estratos ou classes, conforme a

concorrência entre si pelo mercado”. Assim, a heterogeneidade da classe trabalhadora se expressa na existência material, por exemplo, dos trabalhadores produtivos dos diversos ramos de atividade, dos trabalhadores que não produzem mais valor diretamente mas que participam da dinâmica global da valorização de capital, e dos trabalhadores desempregados e subempregados, todos com suas ramificações que se diferenciam pela relação formal ou informal com o capital, pelo grau de especialização da força de trabalho, pelos contextos geográficos, e pelos níveis gerais de suas condições de vida — dentre outras clivagens que não tornam fragmentárias as frações de classe, mas as diferenciam na unidade da diversidade. Conforme Cisne e Santos (2018, p. 75) apresentam,

[...] é preciso compreender que as classes não são abstrações, mas resultam de relações sociais concretas; não são apenas personificações econômicas, e sim compostas por pessoas e grupos de pessoas, que são marcadas por ideologias que naturalizam inferiorizações e desvalorizações em torno da sua diversidade. Em outras palavras, as diferenças, próprias da diversidade humana, em uma sociedade racista, heterossexista e patriarcal, são transformadas em desigualdades naturalizadas. São essas expressões da diversidade transformadas em desigualdades que particularizam as condições de vida e de trabalho de uma mesma classe.

Lembramos que a constituição da classe não é decorrente das particulares condições de vida dos sujeitos individuais, mas é causa e consequência da luta de classes. Quando trata sobre os camponeses n’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx (2011, p. 143) anota que “milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe”. Também, em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007, p. 63) registram que “os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta comum contra uma outra classe”. Assim, compartilhamos do entendimento da tradição marxista sobre as

dimensões possíveis de constituição da classe: a “classe em si” e a “classe para si”.

Ao analisar as greves e coalizões dos operários no final da primeira metade do século XIX, Marx (2017b, p. 146, *grifo nosso*) aponta para a constituição da classe a partir de sua existência enquanto classe em si, isto é, assim como ela se constitui a partir das “condições econômicas *que* primeiro transformaram a massa em trabalhadores; a dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns”. Dessa forma, “[...] essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma” (Ibidem). Sem representar um suposto estágio inicial, uma incompletude ou momento de imaturidade da classe social constituída, a “classe em si” é uma forma de constituição da classe que pode coexistir com uma outra dimensão de constituição da classe. Como registra Marx (2017b, p. 146, *grifos nossos*), “na luta, a massa se reúne, se constitui em classe para si mesma, *pois* os interesses que defendem se tornam interesses de classe, *que se apresentam* na luta entre as classes, numa luta política”. A constituição da “classe para si”, portanto, expressa o movimento de organização da classe, consciente de seus interesses históricos, para agir politicamente na luta de classes. Todavia, alertamos que a constituição da “classe para si” não representa uma suposta superação da constituição da “classe em si”, como se num processo retilíneo pudesse haver a passagem definitiva do “em si” ao “para si”. Não se trata, portanto, de um movimento irreversível de constituição da classe quando ela se volta para si mesma num determinado quadro histórico-conjuntural, mas de uma relação dialética na formação da classe.

Dessa maneira, a classe não pode ser compreendida apenas por sua existência material, mas pela combinação entre sua objetividade e sua subjetividade num mesmo processo articulado. O tratamento analítico dado pela produção marxiana-engelsiana e pela tradição marxista sobre o tema, revela a classe trabalhadora como sujeito histórico potencialmente transformador e não apenas como produto material da dinâmica social de expropriação e exploração capitalista. Assim, a classe trabalhadora é apreendida enquanto sujeito histórico,

dotado de subjetividade coletiva, mas não alheia ou independente da concretude do modo de produção da vida material/objetiva. Afinal, “os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (Marx, 2011, p. 25).

Longe de sugerir um determinismo econômico em que os sujeitos são negligenciados, Marx (1977, p. 24) apresenta que “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral; não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência”. Como um processo combinado entre a objetividade da realidade existente e a subjetividade dos sujeitos que são parte da própria realidade, isto é, como “uma realidade externa que se interioriza” (Iasi, 1999, p. 17) nos homens, a consciência se desenvolve de distintas formas ou “níveis” a partir de como os sujeitos se inserem na realidade e a assimilam.

A primeira forma de consciência se manifesta na vida cotidiana — “um campo de disputa entre a alienação² e a desalienação” (Antunes, 2009, p. 159) — como uma consciência imediata. Nesse momento, o indivíduo passa a compreender a realidade a partir de sua vivência imediata e particular, generalizando sua percepção parcial do real como se fosse naturalmente a própria realidade. Em resumo, a consciência imediata seria “o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção)” (Iasi, 1999, p. 17). O que para Gramsci (1978, p. 12) seria a constituição do senso comum, como uma visão de mundo acrítica, “ocasional e desagregada”, desistoricizada, mas que possui suas contradições. Como a realidade

² Alienação compreendida não apenas na relação do homem com o ato da produção e com o produto do seu trabalho, mas também na sua relação com o ser social: “o estranhamento do homem pelo [próprio] homem” (Marx, 2004, p. 85). Alienação como “[...] resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo histórico [...]” (Mészáros, 2006, p. 14).

está em movimento, não é algo estático, seu desenvolvimento produtivo apresenta uma “dissonância entre as relações interiorizadas como ideologia e a forma concreta como se efetivam na realidade em mudança” (Iasi, 1999, p.32). Assim, “a primeira forma de manifestação desta contradição não é ainda a superação da alienação, é mais uma forma transitória que se expressa de maneira mais nítida, no estado de revolta” (Ibidem). O que pode se desdobrar em ações isoladas, momentâneas e imediatas dos sujeitos individuais, sob a forma de transgressões, mas incapazes de transformar de forma substantiva as condições reais e fundamentais da realidade.

Como a individualidade e a sociabilidade estão imbricadas, a vivência pessoal das relações sociais contraditórias não é apenas tomada de forma singular por quem as vive individualmente, mas pode possibilitar o reconhecimento das contradições vividas pelo indivíduo em outros sujeitos individuais que também vivem aquelas relações contraditórias, agora como contradições vivenciadas por um grupo. O que era percebido de forma individual passa a ser visto como comum, coletivo. No momento de grupalização, sucede a “descoberta de uma força coletiva e da vivência de sua potencialidade, de crítica dos limites de uma dada realidade e de busca de alternativas, de descoberta de limites e de exigências” (Iasi, 2020, p. 40-41). Aqui estamos nos referindo à consciência reivindicatória, que resulta em ações grupais que, se tomadas de forma isolada no plano da mera reivindicação, se tornam ações reformistas cujo alvo se limita a manifestação do “problema”, sem buscar superar a sua causa fundamental. Esse nível de consciência, inscrito em experiências coletivas, mesmo recusando em “um primeiro momento aquilo que está estabelecido, pode encontrar um novo ponto de amoldamento, mudando a forma do discurso para manter a substância da dominação” (Ibidem, p. 42). O máximo que esse nível de consciência pode alcançar é uma certa crítica vivencial e espontânea à manifestações de determinadas relações sociais contraditórias.

Essa forma de consciência, como consciência “em si”, está presente, por exemplo, em diversos movimentos sociais das classes subalternas, cuja finalidade máxima de mobilização é o atendimento de suas reivindicações imediatas. Tomemos como exemplo as lutas sindicais: são desenvolvidas enquanto ações grupais, derivadas da revolta de trabalhadores individuais que se reconhecem coletivamente uns nos outros como grupo sofredor das consequências que ocorrem nas relações contraditórias de compra e venda da força de trabalho; adquirindo uma consciência reivindicatória sobre suas condições de trabalho e salário, o grupo se organiza sindicalmente e tensiona a relação de exploração que está submetido pelo capital, exigindo alterações nas relações de compra e venda da força de trabalho, cujo objetivo imediato é minimizar os efeitos deletérios da exploração capitalista na vida daquela categoria de trabalhadores; elegem, por exemplo, a greve como instrumento de luta e pressão contra o empregador que, em certas circunstâncias, cede às reivindicações sindicais do grupo. Assim aquela luta sindical sai como vitoriosa na batalha que empreendeu por melhores condições de trabalho e vida; encerra-se a greve e, logo em seguida, aqueles trabalhadores retornam aos seus postos de trabalho para serem explorados em outros ritmos, acordados durante a luta sindical. Portanto, a consciência que desperta e se desenvolve na luta sindical expressa que se revelou em parte a relação de exploração a que aqueles trabalhadores estão submetidos, mas negar determinadas condições da exploração capitalista não significa negar por completo a ordem do capital, tampouco negar-se como classe. Na luta sindical, quando o trabalhador se comporta “como qualquer vendedor que quer alcançar um preço maior por sua mercadoria” (Iasi, 1999, p. 38), ele acaba por reafirmar a ordem capitalista ao se afirmar enquanto classe. Assim, aquela luta sindical, desempenhada por um grupo de trabalhadores dotados de uma consciência reivindicatória, se limita a agir sob os limites impostos pelo conhecimento parcial da realidade. Neste caso, busca alterar certas condições da relação de exploração, mas não superá-la.

Apesar da classe trabalhadora ser suscetível às aderências da ideologia dominante e de formas de alienação que ainda não são transpostas pela consciência reivindicatória, o fato de alcançar o momento de grupalização — o que Marx (2017b) denominou de coalizões em relação ao operariado — abre a possibilidade dos trabalhadores, reconhecendo na coletividade parte das relações contraditórias que vivem, “fazer cessar entre si a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista” (Ibidem, p. 146) ou às formas de representação do capital reunido enquanto classe dominante, como a forma do Estado burguês. Nas lutas imediatas, envolvidas por uma consciência reivindicatória, abrem-se as possibilidades de ampliação do reconhecimento por parte dos trabalhadores das relações contraditórias em que estão submetidos, ampliando também o caráter de suas reivindicações corporativas para ações políticas mais abrangentes, mesmo ainda sem envolver uma consciência de classe, uma consciência “para si”.

O caso dos trabalhadores sem-terra e dos sem-teto é emblemático nesse sentido. Mesmo que não haja, a princípio, uma consciência “para si” na organização e na luta dos movimentos por terra e por moradia, suas ações coletivas de mobilização e resistência envolvem interesses que extrapolam o circuito meramente corporativo quando lutam por reforma agrária e reforma urbana. Essas reivindicações pelas quais lutam não pretendem atingir apenas os membros do movimento social específico, mas o grupo social mais amplo, na busca de uma igualdade político-jurídica ao reivindicar reformas sociais perante o Estado burguês. No caminho de uma consciência com elevado nível reivindicatório, ultrapassa-se os interesses meramente corporativos ao direcionar ações políticas mais abrangentes para o âmbito do Estado. Dessa forma, as lutas sociais empreendidas por esses movimentos sociais entram em confronto com instituições fundamentais da sociedade burguesa, como a propriedade privada capitalista. Neste caso, além de transgredirem o princípio burguês da propriedade privada ao realizarem suas ocupações legítimas, colocam em xeque a validade da ideologia dominante difusora da noção

de propriedade privada como natural e a-histórica (como se sempre fosse assim e sempre será). Isso envolve tanto uma luta social objetiva como uma luta ideológica³, que integram a luta de classes.

Nas lutas sociais, abertas as possibilidades de ampliação do reconhecimento por parte dos trabalhadores das relações contraditórias em que estão submetidos, o processo de consciência desses sujeitos pode ser levado a um outro patamar: “a busca da compreensão das causas, o desvelar das aparências e a análise da essência do funcionamento da sociedade e suas relações; buscar saber como funciona a sociedade para saber como é possível transformá-la” (Iasi, 1999, p. 41). Assim, um trânsito entre a consciência “em si” e a consciência “para si” ocorre através de diversas mediações presentes na própria realidade. Quando os sujeitos coletivos desenvolvem práticas políticas capazes de ampliar o reconhecimento das relações sociais contraditórias através de instâncias organizativas capazes de aglutinar os interesses comuns mais universalizantes, buscam compreender os fundamentos dessas relações contraditórias no modo de produção e reprodução da sociedade que pretende transformar, tendo como uma de suas mediações a elaboração e a divulgação do conhecimento teórico (crítico e científico) sobre essa realidade, a mera percepção ou a compreensão parcial e desarticulada do real transita para uma consciência do gênero-humano, que transcende a vida pessoal e sua temporalidade (Iasi, 1999). Desenvolve-se uma consciência de classe, agora não como uma consciência da

³ Aqui não estamos nos referindo a um conjunto de ideias que se diferencia de outro conjunto de ideias, como uma mera oposição entre ideias, que suporia a “ação anti-ideológica como a simples troca de velhas por novas ideias” (Iasi, 1999, p. 24). Compartilhamos do entendimento sobre o qual “a ideologia não é simplesmente uma projeção que habita livremente o plano das ideias nem uma mera ilusão especular, uma vez que vem do mesmo processo histórico que diferencia a humanidade em classes sociais; daí que a superação de uma dada expressão ideológica não se realiza autonomamente no plano ideal, tendo de ser enfrentada no terreno material” (Mattos, 2019, p. 45). Portanto, tratamos aqui a luta ideológica como processo inserido na formação de uma contra-hegemonia; entendendo hegemonia nos termos gramscianos (Gramsci, 1999).

reivindicação, mas como uma consciência para a transformação⁴. Uma consciência que se desenvolve como movimento não linear, de assimétricos avanços e recuos.

3. A relação com a “Questão Social”

Como vimos, a formação da classe remete a uma relação dialética entre suas formas de constituição, que se desenvolvem como processo na correlação de forças da luta de classes. A luta de classes é apreendida pelo antagonismo fundamental entre capital e trabalho, manifesta-se material e politicamente no âmbito das relações econômicas de produção e reprodução regidas pela lei geral da acumulação capitalista (Marx, 2017a), particulariza-se nas formações sociais e econômicas como dinâmica social e conjuntural vinculada à universalidade desse modo de produção, reflete-se nas diversas lutas sociais específicas, expressa-se na produção e reprodução espiritual da sociedade burguesa como luta ideológica, estende-se a outras relações sociais contraditórias que não são independentes, pois integram a sociabilidade do capital, e possui nas classes sociais (fundamentais e suas respectivas frações) os sujeitos que a protagonizam e que, ao mesmo tempo, são constituídos na sua dinâmica conflitiva e histórica.

Esse relacionamento contraditório entre as classes sociais opostas e em luta se expressa na chamada “questão social”, que, por sua vez, condensa diversas desigualdades sociais e lutas sociais resultantes da contradição fundamental entre capital e trabalho, “mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (Iamamoto, 2014, p. 618). Apesar de Marx (2017a) não tratar do termo “questão social” ao apresentar a lei geral da acumulação capitalista, ele revela que as condições para a acumulação de capital exigem, numa mesma dinâmica do metabolismo auto-expansivo do capital, a produção das riquezas sociais pelo trabalho social coletivo e a apropriação privada dessas riquezas através

⁴ Seria a “catarse” para Gramsci (1999, p. 314), que indica “a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político”.

da relação de exploração do trabalho pelo capital. Isso ocorre num cenário de desenvolvimento das forças produtivas, em que a maior capacidade de produção das riquezas sociais se contradiz com as relações de produção que garantem a apropriação privada, pela burguesia, da riqueza socialmente construída, e a expropriação da classe trabalhadora de parte do resultado de seu próprio trabalho, gerando, como consequência, desigualdades sociais manifestas de distintas formas, como a pauperização relativa ou absoluta daqueles historicamente despossuídos de meios de produção. Dessa forma, as inúmeras desigualdades sociais produzidas na sociedade burguesa são efeitos de um modo de produção baseado na exploração do trabalho pelo capital. Mas a exploração “apenas remete à determinação molecular da ‘questão social’; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc.” (Netto, 2001, p. 45-46).

A gênese da “questão social” é, portanto, constitutiva do modo de produção capitalista, e suas manifestações são produzidas no desenvolvimento dos estágios desse modo de produção. Essas manifestações adquirem características relativas à dinâmica social e conjuntural em que acontecem, e se modificam historicamente, assumindo novas feições, novos efeitos de sua causa fundamental. A multiplicidade e a variedade de manifestações da “questão social”, que se ampliam em uma sociedade cada vez mais complexa, podem simular fenômenos autônomos das relações de exploração de uma classe sobre a outra, supostamente independentes da lei geral da acumulação capitalista. No entanto, são expressões da fundamental contradição entre capital e trabalho, cuja diferenciabilidade é permeada por particularidades nacionais e histórico-culturais constituídas em formações sociais específicas. Representam o entrecruzamento das relações contraditórias de classe e outras relações sociais da dinâmica da vida social, como as relações de gênero, étnico-raciais e de sexualidade.

É importante ponderarmos que as complexas relações sociais, que se entrecruzam dialeticamente no interior da totalidade dinâmica e

contraditória do modo de produção da sociedade, se expressam de forma consubstanciada na indissociabilidade entre as determinações de classe, gênero e étnico-raciais. Conforme Kergoat (2010, p. 94), as relações sociais são consubstanciais; “elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e ‘raça’ se reproduzem e se co-produzem mutuamente”. Como afirma Saffioti (2013, p. 53), o modo de produção capitalista representa, historicamente, a maximização “da contradição presente em todas as formações econômico-sociais anteriores assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano”, contexto no qual o patriarcado e o racismo, “historicamente construídos e decorrentes de relações materiais de exploração e opressão” (Cisne e Santos, 2018, p. 76), se perpetuam de forma ineliminável nas estruturas da dinâmica capitalista.

Nesse sentido, concordamos com a análise de Barroso (2018, p. 448), segundo a qual a contradição fundamental entre capital e trabalho e suas expressões estão necessariamente vinculadas ao sexismo e ao racismo, “não como legado, mas como necessidade própria” da (re)produção do capitalismo. Segundo Souza (2023, p. 28), “a racialização e o sexismo incidem de maneira direta na opressão e na exploração das mulheres negras, mas a sua significação no conjunto das relações sociais é da alienação do conjunto da classe no que concerne às suas reais condições de existência”. Trata-se de uma “imbricação, com frequência invisível, *mas materialmente concreta*, que caracteriza o atual modelo societário” (Barroso, 2018, p. 448, *grifos nossos*), constituindo mediações que incidem sobre as determinações fundamentais da “questão social”, e que particularizam as formas de desigualdade manifestas.

À medida que as desigualdades sociais se manifestam na vida social, elas são frequentemente acompanhadas por lutas sociais voltadas para combater esses sintomas da barbárie capitalista, tendo em vista que a conflitividade inerente aos fundamentos da “questão social” também está presente no âmbito de suas manifestações. Considerando

a articulação entre estruturas sociais, dinâmica social e sujeitos sociais, as lutas sociais desenvolvem-se de múltiplas formas, orientam-se por caminhos diversos e traçam objetivos distintos. Mesmo que as lutas sociais específicas possam ter como estrita finalidade mudanças dentro da ordem, reivindicações imediatas que visam resolver “problemas” pontuais sem alterar a substância da dominação capitalista, elas possuem a potencialidade de tornar públicas e políticas as expressões da “questão social” e integram a dinâmica da luta de classes.

Por mais diversas que sejam suas formas e conteúdos, as lutas sociais específicas não estão ligadas apenas a seus desafios singulares e imediatos, nem se restringem às identidades particulares dos grupos específicos que as protagonizam; pelo contrário, elas participam ativamente da correlação de forças da luta de classes. Compreendemos que a luta de classes — “ora franca, ora disfarçada” (Marx e Engels, 2017, p. 22) — não se restringe apenas às amplas lutas políticas travadas entre as classes fundamentais para a superação ou manutenção do poder político, mas, ao estar fundada em uma relação de conflito histórico baseado na exploração e dominação do gênero humano, a luta de classes estende-se às diversas lutas sociais cujos objetivos de emancipação política podem ocorrer em conjunto com o horizonte de emancipação humana. Assim, as lutas sociais são constitutivas da luta de classes e indispensáveis para ela. Ambas formam um processo comum que articula seus vínculos e diferenças. Independentemente do caráter das lutas sociais, sejam elas estritamente reformistas ou adquiram uma conotação de luta revolucionária, se são desenvolvidas em conjunturas de maior apassivamento da classe trabalhadora ou em contextos sociais mais explosivos, constituem-se como determinados desdobramentos da luta de classes e atuam nela sob diferentes formas, em distintos níveis.

Se determinadas lutas sociais da classe trabalhadora se esgotam politicamente em suas reivindicações imediatas e se limitam a ações fragmentadas e isoladas, acabam atacando apenas os efeitos e não as causas das problemáticas vividas por seus protagonistas e, muito provavelmente, encontram maneiras de se adaptar à ordem social,

reafirmando a sociedade burguesa. De certo modo, expressam a hegemonia política da classe dominante na luta de classes. No entanto, se essas lutas sociais desempenham suas reivindicações imediatas de forma articulada com outras lutas, e seus protagonistas buscam agir politicamente a partir da sintonia entre seus objetivos imediatos e os interesses históricos de classe, cuja finalidade mediata é a transformação radical da sociedade, os efeitos e as causas da “questão social” são atacados de forma a fortalecer a classe trabalhadora na correlação de forças da luta de classes, contribuindo para a formação de uma contra-hegemonia. Dessa maneira, tanto as lutas reformistas quanto as lutas anticapitalistas integram a luta de classes. Isso não quer dizer que qualquer luta social desenvolvida na arena da luta de classes é capaz de ferir de morte os fundamentos da ordem do capital; pelo contrário, apenas as lutas que adquirem caráter revolucionário são capazes de mediar a transformação social efetiva. Todavia, mesmo que, a princípio, “a movimentação dos trabalhadores não seja consciente e organizada, e a resistência à dominação seja difusa, ela ainda pode provocar efeitos importantes para o desdobramento da luta de classes” (Galvão, 2011, p. 115).

Embora o enfrentamento efetivo das profundas desigualdades sociais dependa da superação das estruturas que as provocam, isto é, da transformação radical da sociedade capitalista (patriarcal, racista e heteronormativa), não podemos ignorar que um conjunto de alterações e reformas dentro da própria ordem social, reivindicadas e conquistadas pelas diversas lutas sociais da classe trabalhadora, pode melhorar as condições de vida dos membros dessa classe ou, em outros termos, minimizar os efeitos mais deletérios da dinâmica capitalista na vida dos trabalhadores, e até mesmo possibilitar maior fôlego político para outras lutas de maior envergadura que virão. Aqui, não estamos afirmando que as reformas sociais conquistadas pelas lutas dos trabalhadores representam a finalidade a ser alcançada, isto é, a plena emancipação daqueles que compõem a classe trabalhadora; pelo contrário, trata-se de uma forma específica de emancipação, compreendida na tradição marxista como emancipação política.

Conforme Marx (2010b, p. 54), “a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral”. É uma forma de emancipação no âmbito do Estado (burguês), envolvendo a conquista formal de liberdade e igualdade jurídicas, que visa o tratamento indiferenciado do Estado aos sujeitos individuais, sem erradicar as suas diferenças. Trata-se de uma forma de emancipação pela garantia de um conjunto de direitos conquistados — civis, políticos, sociais e trabalhistas — que possibilita o exercício do homem enquanto indivíduo e cidadão nos marcos da ordem social estabelecida. O limite da emancipação política consiste, portanto, em sua compatibilidade com a ordem burguesa, pois “nenhum dos assim chamados direitos humanos transcende o homem egoísta, o homem como membro da sociedade burguesa, a saber, como indivíduo recolhido ao seu interesse privado” (Ibidem, p. 50). Quando o homem se emancipa politicamente, “esse homem, membro da sociedade burguesa, passa a ser a base, o pressuposto do Estado político” (Ibidem, p. 52). A emancipação política da classe trabalhadora não significa sua efetiva libertação, pois, ao se emancipar politicamente a classe não se nega a si mesma, mas afirma-se enquanto classe. No entanto, é necessário reconhecer que “a emancipação política representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva de emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui” (Ibidem, p. 41).

As lutas sociais por formas de emancipação política dos segmentos heterogêneos da classe trabalhadora pressupõem a existência de necessidades humanas concretas que são interditas pela dinâmica capitalista de valorização do valor, mas que podem ser satisfeitas desde que as conquistas sociais não coloquem em xeque os fundamentos do capital. Embora não representem uma ameaça direta à reprodução do modo de produção capitalista, pois não eliminam a propriedade privada dos meios de produção e a exploração reificante do trabalho assalariado, as lutas sociais conduzidas com o propósito da

emancipação política tendem a resultar na ampliação de direitos civis e políticos, na criação de direitos sociais e trabalhistas, bem como na conquista progressiva de uma igualdade formal onde as diversas diferenças (de gênero, sexualidade, etnia, racial, religiosa, cultural etc.) são tratadas indiferenciadamente no plano jurídico-político. Isso representa importantes conquistas parciais para a classe trabalhadora e provoca um impacto político na correlação de forças da luta de classes, atuando em seu desdobramento histórico.

Contudo, o avanço democratizante formal da sociedade capitalista, por mais bem sucedido que possa vir a ser, encontra limitações histórico-estruturais por ser incompatível com a plena emancipação humana. Mesmo que a conquista de uma igualdade formal (que oculta a desigualdade real) entre os diferentes permita o reconhecimento, o respeito e até a celebração de todo tipo de diferença, isso não elimina as relações de dominação e exploração nas estruturas sociais produtoras das desigualdades sociais. As relações de dominação e exploração, mesmo passando por regulação jurídico-política, são inelimináveis da ordem social vigente por serem fundamentais para o funcionamento do próprio capitalismo, ainda mais em uma quadra histórica de declínio dos padrões civilizatórios e avanço da barbárie social.

Embora o capitalismo não possa oferecer um horizonte verdadeiramente democrático, pois sua dinâmica fundamental não tende a outro caminho senão à desumanização do gênero humano, e as conquistas dentro da ordem se limitem ao plano da emancipação política, os instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora podem desempenhar tanto a resistência contra os efeitos mais deletérios da dinâmica do capital na vida social, lutando para impedir retrocessos sociais ou o aprofundamento de desigualdades sociais, como podem empreender lutas sociais na busca de alternativas societárias, cujo propósito efetivo é a transformação social. A realização de uma luta não elimina o desempenho da outra, pois elas são complementares e coexistentes, mesmo que se desenvolvam em níveis diferentes.

4. Movimentos Sociais como instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora

Como exemplo histórico dos instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora, temos os sindicatos operários de variadas correntes, em especial o sindicalismo comunista, e os partidos políticos da classe trabalhadora. Em relação às organizações dos trabalhadores que atuam diretamente no mundo do trabalho, é no âmbito da produção das relações sociais que lutas sociais de caráter sindical evidenciam historicamente o conflito de classe do modo de produção capitalista. Embora a natureza da luta sindical seja defensiva no plano econômico, isto é, responde às investidas do capital nas relações de compra e venda da força de trabalho, buscando garantir um nível admissível de participação dos trabalhadores no produto social, ela pode ultrapassar o circuito econômico-corporativo ao se constituir como força organizadora que pretende alavancar a transformação da luta econômica em uma luta política externa à mera relação salarial, como defende o sindicalismo comunista: “além de reivindicar maiores vantagens no terreno econômico, pretende-se a conquista do poder político e o fim do sistema capitalista de produção” (Antunes, 1985, p. 32). Essa capacidade do movimento sindical de se tornar uma força organizadora para alavancar a luta política depende do projeto político de que é portador, isto é, se assume uma orientação classista e de unidade sindical, congregando o máximo de categorias assalariadas da cidade e do campo na promoção de lutas amplas e articuladas. Nesse sentido, a luta sindical e suas grandes greves são tratadas enquanto “escolas de guerra”, pois demonstram aos trabalhadores que “somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas”, ensinando a “pensarem na luta de toda classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial” (Lenin, 1961). Todavia, como “a escola de guerra ainda não é a própria guerra” (Ibidem), a efetivação da passagem da luta econômica à luta política depende do desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora, cuja mediação

política e educativa está no partido político como o principal instrumento político-organizativo da classe.

A partir das contribuições da tradição marxista, compreendemos o partido político enquanto um “intelectual coletivo” (Gramsci, 1999) a serviço dos interesses comuns mais universais da classe trabalhadora, cuja capacidade político-organizativa orientada pela teoria transcende os interesses econômico-corporativos, sintonizando-os aos interesses históricos de classe. Seria o principal instrumento político-organizativo da classe em seu movimento de constituição, que aglutina as diversas lutas sociais imediatas e particulares numa direção universalizante e essencialmente política, “capaz de promover a passagem da ‘classe em si’ à ‘classe para si’, ou seja, do proletariado como fenômeno objetivo ao proletariado como sujeito coletivo autoconsciente” (Coutinho, 1998, p. 56). Sua definição está mais relacionada com a função sobre a qual exerce no movimento histórico e de consciência da classe do que a algum modelo específico de formação cuja estrutura organizativa é previamente estabelecida.

Ainda que o partido político se constitua como o principal instrumento político-organizativo da classe trabalhadora, isso não significa que ele seja o único. As diversas lutas sociais empreendidas pelos segmentos heterogêneos da classe trabalhadora existem e se desenvolvem independentemente do partido, mesmo que, em certas circunstâncias histórico-conjunturais, possam ser congregadas através dessa instância universalizante das lutas. As formas organizativas pelas quais essas lutas sociais se manifestam correspondem às particularidades históricas e à dinâmica da formação social em que surgem e se processam, expressando mudanças qualitativas nos instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora, por meio dos quais a luta de classes se desenrola. É o caso do surgimento dos diversos movimentos sociais, que não substituem o sindicato e o partido político, mas complementam as formas organizativas da classe trabalhadora diante das necessidades históricas, congregando na luta o conjunto das classes subalternas.

Para tratarmos dos movimentos sociais como formas organizativas que compõem o conjunto de instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora, é necessário, primeiramente, retomar a discussão sobre o processo de consciência. Como vimos, o desenvolvimento da consciência corresponde a um trânsito entre o consentimento de uma dada realidade e a intenção de ruptura total ou parcial para com ela. Quando o indivíduo vivencia “uma contradição entre antigos valores assumidos e a realidade das novas relações vividas” e percebe essa contradição como uma “sina”, ou seja, como algo a que está predestinado, o máximo que pode ser alcançado é o estado de revolta individual e isolada (Iasi, 1999, p. 34). Contudo, se aquele indivíduo reconhece em outros indivíduos a própria contradição que vivencia, julgada inicialmente apenas como sua, “a injustiça vivida como revolta é partilhada numa identidade grupal que possibilita a ação coletiva” (Ibidem). Assim, a superação da primeira forma de consciência é aquilo que Martins (2016, p. 197) descreve “como um salto qualitativo do indivíduo encapsulado ao grupo como uma totalização dialética”. Mas veja, não se trata exclusivamente da formação de uma mera identidade grupal⁵, mas da possibilidade de desenvolvimento da consciência do indivíduo como ser social ao confrontar um aspecto particular e contraditório da realidade, que busca modificar por meio de ações coletivas concretas. A grupalização

⁵ Conforme as observações de Montão (2021, p. 68), a identidade remete a três processos diferenciados e relacionais. Além de envolver a “relação sujeito-objeto”, expressando uma autorrepresentação que o sujeito constrói a partir das condições reais e objetivas em que está concretamente inserido, e que são por ele reelaboradas subjetivamente, inclui também a “relação sujeito-sujeito”, na qual se inscreve a construção coletiva do processo de *identidade grupal*, baseada no compartilhamento de situações e condições reais entre pessoas — o que as vincula por um lado e, por outro, as diferencia das outras. Ainda, temos a “relação sociedade-sujeito”, que remete à construção social de uma imagem/representação relativa a um grupo, uma “identidade atribuída” socialmente. Nas palavras do autor: “como categoria de análise, o conceito de ‘identidade’ diz respeito à autorrepresentação, ao campo do simbólico no qual os sujeitos — individual, coletiva e até socialmente — percebem-se e identificam-se com algum atributo, condição ou situação; [...] ao remetermos à realidade objetiva, para além da percepção, vivência ou representação que os sujeitos fazem dela, isso nos leva a pensarmos a relação entre a realidade objetiva, a percepção a partir da vivência, e os *grans de consciência* que o sujeito possa ter dela”.

se desdobra em ações coletivas no sentido da exigência reivindicatória, “uma práxis coletiva que rompe o estado inercial do ser social e que se dirige contra uma ameaça objetiva ao grupo” (Ibidem). Com isso, surge a descoberta da coletividade como uma força anteriormente desconhecida, na qual, ao se perceber como parte dessa força, o indivíduo se reconhece como sujeito capaz de enfrentar determinadas relações contraditórias que vivencia e de lutar para mudar objetivamente o estado das coisas, mesmo que, à primeira vista, seja uma mudança pontual.

É no processo de reconhecimento mútuo dos indivíduos, de descoberta da coletividade como força motriz para o trânsito entre o estado de inércia e o pôr-se em movimento, que os interesses dos membros do grupo coesionam-se na luta social. O que pode resultar em uma mobilização social momentânea, que se esgota em si mesma quando concluída, ou em mobilizações sociais que resultam em movimentos sociais com certo grau de estabilidade organizativa. De todo modo, o momento de grupalização e de alcance da consciência reivindicatória é indispensável para a formação dos movimentos sociais. Como bem aponta Martins (2016, p. 199), “da inércia, ao movimento; do indivíduo, ao social: eis porque assim o nomeamos” como movimento social.

O desenvolvimento e a capacidade de luta do movimento social, formado através do processo de grupalização e de elevação da consciência a um nível reivindicatório, dependem da natureza da contradição que o gerou. Quanto mais amplas forem as contradições que dão origem a determinado movimento social, mais abrangente será esse instrumento político-organizativo. Por outro lado, quanto mais particulares forem as contradições que o impulsionam para a luta, mais particularista será o movimento social. Como escreve Iasi (2006, p. 306), precisamos analisar “até que ponto a mediação concreta em que as pessoas estão inseridas representa ou não as contradições mais amplas que ameaçam a continuidade da produção social da vida”. Dessa forma, como os movimentos sociais não se originam da mesma expressão contraditória, mas de contradições variadas, essas formas

organizativas desenvolvem lutas sociais em diferentes graus e possuem distintas potencialidades para intervir e modificar a realidade. Isso não significa que, por serem variadas, as contradições que desencadeiam os movimentos sociais sejam independentes e separadas da relação entre capital e trabalho; na verdade, elas são expressões particulares dessa relação contraditória fundamental, saturada de mediações.

Como vimos, a contradição entre capital e trabalho não se manifesta apenas no âmbito da produção social, mas permeia todo o conjunto da vida social. As expressões da “questão social”, cujo fundamento estrutural é o relacionamento antagônico entre as classes sociais fundamentais, manifestam-se de diversas maneiras, assumindo feições particulares que se modificam historicamente na dinâmica social. São essas expressões diversas e multifacetadas, sob a combinação entre estrutura e dinâmica social, que explicam as contradições particulares que originam os diversos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, são alvo das lutas reivindicatórias desses instrumentos político-organizativos em dada conjuntura.

Embora o desenvolvimento da consciência dos protagonistas de determinados movimentos sociais possa não ultrapassar os limites da consciência reivindicatória, as lutas sociais empreendidas por esses movimentos sociais se configuram, em maior ou menor grau, como momentos da luta de classes. Nesse sentido, mesmo que a base social de determinado movimento social não se declare abertamente como classe trabalhadora, não reconheça que o movimento que constrói é um particular instrumento político-organizativo da classe (ou de fração dela), as reivindicações desse movimento estão frequentemente associadas às necessidades sociais resultantes de sua condição de classe subalterna, que se mescla com outras condições objetivas do seu ser social. No entanto, é verdade que nem todas as reivindicações dos diversos movimentos sociais que pululam na contemporaneidade estão exclusivamente associadas às necessidades oriundas da condição de classe de seus protagonistas. Isso se deve aos recuos no processo de consciência desses sujeitos, que frequentemente são capturados por expressões da ideologia dominante e formas de alienação, refletindo

tanto formas de amoldamento à ordem vigente quanto a hegemonia política da classe dominante na luta de classes.

A questão que nos interessa neste momento é reafirmar que as lutas sociais dos diversos movimentos sociais são indissociáveis da dinâmica da luta de classes, independentemente das particularidades que essas lutas possam assumir. Embora alguns segmentos do campo marxista tenham enxergado os movimentos sociais como preocupações de segunda ordem, atribuindo-lhes o papel equivocado de desagregação da classe trabalhadora ao subestimarem a complexificação que a luta de classes atingiu, outros pensadores desse campo dedicam-se em compreender os movimentos sociais como manifestações refratadas da contradição fundamental entre capital e trabalho, analisando-os à luz de mediações da dinâmica sócio-histórica. Através do arcabouço teórico-metodológico do marxismo, buscam explicar esses sujeitos coletivos como respostas político-organizativas das classes subalternas diante das necessidades históricas no âmbito da luta de classes.

Lojkin (1981), por exemplo, ao abordar o tema do Estado capitalista e a questão urbana sob o referencial marxista, se dedica a relacionar urbanização e acumulação capitalista, o que o leva a explicar os movimentos sociais urbanos como expressões da luta de classes, verdadeiros exemplos da formação de uma contra-hegemonia das “classes dominadas”. Para nosso autor, no “pôr-se em movimento” dessas classes contra a subordinação econômica e social exercida pela classe dominante, o conteúdo político e a amplitude das reivindicações e ações dos movimentos sociais constituem uma determinada força social cujo potencial transformador depende de seu “desafio político”. Como apresenta Lojkin (1981, p. 298), “o pôr-se em movimento não será efetivo, não se traduzirá por uma verdadeira mudança na relação entre forças sociais no poder e forças sociais dominadas, a não ser que o desafio político o permita”. A partir da análise da relação entre a base social do movimento e a particularidade da contradição que o provocou, é possível identificar o seu “desafio político”, o qual se traduz na capacidade das lutas empreendidas pelo movimento de

confrontar a hegemonia política da classe dominante ou de uma fração dela. O que indica, a partir da interpretação de Martins (2016, p. 214), “o grau de particularismo do movimento e sua potencialidade efetiva de transformação da realidade”.

Entendemos que o “desafio político” dos movimentos sociais, conforme apontado por Lojkin (1981), está relacionado à sua composição e à natureza de suas demandas reivindicatórias, considerando a heterogeneidade desses movimentos, que estão vinculados a classes sociais não homogêneas. As reivindicações desses instrumentos político-organizativos representam o entrecruzamento da contradição fundamental entre capital e trabalho com contradições mais “transversais”, que afetam não apenas uma fração de classe, mas a diversidade do gênero humano, assumindo contornos específicos e estruturantes na sociabilidade capitalista, como o machismo e o racismo, por exemplo. Mattos (2009a, p. 210, *grifos nossos*) apresenta que “à desigualdade primária fundada na subordinação estrutural do trabalho ao capital somam-se desigualdades complementares [*provenientes de contradições ‘transversais’*], que reforçam os mecanismos de exploração/dominação”. É a partir desta articulação e sobreposição entre as refrações do conflito entre capital e trabalho com as contradições mais “transversais”, que determinadas necessidades sociais se intensificam ou surgem como alvos reivindicatórios dos movimentos sociais na arena pública e política da luta de classes.

5. Considerações finais

A condição de classe dos movimentos sociais é o elemento que, superpondo-se às diferenças entre si, permite às classes subalternas se universalizar como proletariado e construir uma intervenção sociopolítica articulada e comum, para além das identidades específicas, no sentido da formação de uma contra-hegemonia. Tal possibilidade, é claro, depende da correlação de forças na luta de classes, do desenvolvimento da consciência das classes subalternas, de seu

processo de constituição enquanto classe e de suas mediações históricas.

O móvel básico da realidade em mudança e em constante contradição demonstra que as expressões da ideologia dominante, muitas vezes travestida de progressismo, podem ser transponíveis pelo próprio movimento político e de consciência das classes subalternas que se universalizam como proletariado. Como defende Mattos (2019, p. 70), por sua diversidade, complexidade e determinação histórica, “o sujeito histórico potencialmente transformador que Marx e Engels encontraram no século XIX continua a desafiar a capacidade de análise daqueles que se propõem a estudá-lo, assim como os projetos políticos que pretendem representá-lo”.

Em acordo com Galvão (2011, p. 121), estamos convencidos que “a concepção marxista possibilita pensar os elementos comuns e a unidade dos movimentos sociais a despeito de sua heterogeneidade”. Acreditamos que através da razão humanista e histórico-dialética presente na teoria social marxiana e nas contribuições da tradição marxista, podemos apreender os limites e o potencial transformador da realidade que os movimentos sociais portam na dinâmica histórica da luta de classes. Nesse sentido, não é só possível, mas necessário, estabelecer a articulação entre as lutas por reformas e a perspectiva revolucionária tanto na análise quanto na ação dos movimentos sociais.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O que é Sindicalismo?** São Paulo: Abril Cultural, 1985.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo, Boitempo, 2009.

BARROSO. Milena F. Notas para o debate das relações de exploração-opressão da sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Revista Serviço Social & Sociedade.**, São Paulo, n.133, 2018.

- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- COUTINHO, Carlos N. O lugar do Manifesto na evolução da teoria política marxista. In: **Manifesto Comunista 150 anos depois**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- GALVÃO, Andreia. Marxismo e movimentos sociais. In: **Crítica Marxista**, n.32, 2011.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1978.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. São Paulo: **Revista Serviço Social & Sociedade**., n. 120, 2014.
- IASI, Mauro Luis. **As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- IASI, Mauro Luis. Educação Popular e Consciência de Classe. In: **Serviço Social, Favelas e Educação Popular**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.
- IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução de Antônia Malta Campos. São Paulo: **Revista Novos Estudos**. CEBRAP, n.86, 2010.
- LÊNIN, V. I. **Sobre os sindicatos**. Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1961.
- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARTINS, Caio. **Teoria dos Novos Movimentos Sociais e Luta de Classes**: uma leitura crítica de sua influência no Brasil. Tese (Doutorado em Serviço Social), UFRJ, 2016.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**; tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**; tradução e notas de Nélcio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo : Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; tradução Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**; tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Teoria da mais-valia**. História crítica do pensamento econômico. São Paulo: Difel, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas; tradução Rubens Enderle et. al. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Reorganizando em meio ao refluxo**: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo, Boitempo, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Identidade e Classe Social**: uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**. n.2 - ano II. Brasília: ABEPSS, Grafile. 2001.

REZENDE, Juliano Zancanelo. **Serviço Social e Movimentos Sociais**: contribuições analíticas para uma história nova da profissão em Juiz de Fora. Tese (Doutorado em Serviço Social), UFJF, 2025.

RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VII

SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E O FORTALECIMENTO DO PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO¹

Taciane Couto Gonçalves

1. Considerações introdutórias

O atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro apresenta para o conjunto da sociedade a compreensão que a profissão tem sobre si e a leitura de mundo a qual a profissão adere. Ainda que seja comumente confundido com sua forma jurídico legal, tal projeto profissional expressa um direcionamento social construído coletivamente por e para os/as assistentes sociais. Pela complexidade que assume, sua construção e apreensão requer dos/das profissionais: permanente qualificação crítica – formação graduada e permanente –; auto-organização política; rigorosa produção intelectual e construção de alianças com organizações de classe que defendam o mesmo horizonte estratégico de superação desta ordem societária que domina, explora e oprime enormes parcelas da população.

Herança do processo de renovação² da profissão ocorrido no último terço do século XX, o atual projeto profissional assume o compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe

¹ Este capítulo é proveniente das elaborações desenvolvidas na tese de doutorado de mesmo título, defendida pela autora em 2025, sob orientação da professora Dr^a Luciana Gonçalves Pereira de Paula, pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² Mais especificamente, expressa uma das vertentes políticas que integrou tal processo de renovação do Serviço Social no Brasil e buscou romper com o tradicional conservadorismo social e profissional. Sobre as principais correntes teórico-político-interventiva existentes no interior do Serviço Social brasileiro e suas diferenças, conferir a obra de Netto (1991).

trabalhadora. Com isso, entendemos que seu fortalecimento passa tanto por disputas hegemônicas internas como por disputas hegemônicas entre projetos societários (pois, estes se desdobram no sentido de ampliar ou restringir o campo social que lhe dá legitimidade). No primeiro caso, não bastam ações isoladas ou um pequeno número de projetos exitosos para sustentá-lo, pois sua capilaridade precisa alcançar os cotidianos profissionais, com adesão numerosa da base profissional. No segundo caso, a estratégia externa passa pela solidariedade de classe e apoio às lutas democráticas e emancipatórias.

No presente artigo trataremos da ação profissional de assistentes sociais junto às lutas e movimentos sociais e a importância dessa relação mais orgânica entre o Serviço Social e as organizações da classe trabalhadora para o fortalecimento do atual projeto ético-político. Estrutturamos esta discussão iniciando com o contexto da aproximação mais orgânica da profissão com os interesses dos/das trabalhadores/as, entendendo que a ascensão das lutas sociais de resistência à ditadura empresarial-militar foi crucial para a emergência do projeto ético-político crítico do Serviço Social, pois, a aproximação com a organização popular teria mediado o processo de reflexão crítica sobre a sociedade capitalista e sobre o significado social do seu trabalho no marco do capitalismo tardio, guardando ainda, portanto, o potencial da crítica das relações sociais.

Com uma nova direção social defendida no interior da profissão, a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora torna-se um princípio orientador que aponta, dentre outras coisas, para a importância da contribuição profissional, por exemplo, em processos de mobilização e organização da classe trabalhadora. Por esta razão, apresentamos num segundo momento uma breve sistematização do trabalho junto aos movimentos sociais – no âmbito das próprias organizações de classe e em interlocução com elas a partir de outros espaços ocupacionais – buscando contribuir com o debate do trabalho profissional e analisando em que medida o trabalho com tais atores fortalece o projeto ético-político hegemônico,

ao mesmo tempo que fortalece os projetos societários democráticos e emancipatórios.

2. O atual projeto ético-político tem tudo a ver com o lado que a gente se coloca no mundo!³

A constituição do Serviço Social brasileiro, quando compreendida no bojo das relações sociais, expressa, de maneira mediada e contraditória, as disputas ideológicas que atravessam as esferas política, econômica e social em cada período histórico. É nesse sentido que a emergência e significado do atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é melhor compreendido quando situado no terreno de disputas hegemônicas. Sua emergência remete às disputas ocorridas no último terço do século XX, e sua vigência nos convida a considerar como se situa na contemporaneidade, num contexto de quase meio século de vigência do projeto capitalista neoliberal.

As raízes do projeto profissional crítico remetem ao contexto mais amplo da crise da ditadura empresarial-militar, relacionando-se ao processo de reorganização das lutas sociais – de espectros ideológicos diversos, mas que tinham em comum a resistência à ditadura – que tensionaram os mecanismos autoritários de dominação e que retomam o protagonismo político de setores subalternizados. A movimentação de classe naquele período oportunizou, dentre outras coisas, a aproximação da profissão (pela formação, pelo trabalho e pela militância) aos processos de resistência e enfrentamento da classe trabalhadora, e as reflexões provenientes desse processo puderam ser teoricamente elaboradas à luz da tradição marxista.

Conjunturalmente, a partir da primeira metade da década de 1970, o esgotamento do chamado “milagre econômico” evidenciou os limites do projeto de modernização conservadora conduzido pelo regime autoritário. A desaceleração do crescimento econômico, combinada ao agravamento das desigualdades sociais, contribuiu para

³ Extrato da transcrição de uma das entrevistas prestadas para a tese. Conferir Gonçalves (2025).

o progressivo desgaste da legitimidade da ditadura junto a amplos segmentos da sociedade. Diante desse cenário, a resposta política da autocracia burguesa consistiu na formulação de uma estratégia de transição controlada, conhecida como “distensão lenta, gradual e segura”. Ou seja, esta estratégia não significou uma ruptura dos governos militares com o autoritarismo, foi sim uma tentativa de administrar a crise de maneira a preservar os interesses do capital internacional e da classe dominante no Brasil a ele subserviente.

Apesar do processo de abertura política ser rigidamente controlado, houve uma intensificação das mobilizações sociais, especialmente nos grandes centros urbanos. Observou-se a reorganização de lutas de caráter político mais amplo, como a campanha pela anistia aos/às presos/as e exilados/as políticos/as e a defesa da retomada das eleições diretas, ao mesmo tempo em que se ampliavam as mobilizações operárias e as populares. As greves deflagradas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, sobretudo na região do chamado “ABC paulista”, expressaram a reemergência do movimento sindical combativo.

Simultaneamente, nas periferias urbanas, desenvolveram-se mobilizações de caráter mais localizado, frequentemente impulsionadas por experiências de trabalho social vinculadas a setores progressistas da igreja católica. Esses movimentos recompunham a capacidade organizativa da classe trabalhadora ao articularem demandas imediatas relacionadas às condições de vida da população que reivindicava moradia, melhorias no transporte coletivo, acesso ao saneamento básico, pavimentação e iluminação pública, além de serviços de saúde, lazer e educação infantil. A denúncia do elevado custo de vida constituía elemento central dessas lutas, que explicitavam o impacto da crise econômica sobre os setores populares (Kowarick, 1988). Tratavam-se, em geral, de

lutas isoladas, de caráter localista, raramente conseguindo uma organização que transcendesse os quarteirões situados em torno das paróquias ou associações de bairro. No mais das vezes, envolviam diminuto número de pessoas em torno de lideranças mas que,

malgrado seu fluxo e refluxo, traziam algo de novo ao aparentemente amorfo cenário implantado pela ditadura (Kowarick, 1988, p. 315).

Essas formas de organização para resistência e enfrentamento político desempenharam papel relevante no desgaste das bases de legitimidade do regime, ao tornarem visível a incapacidade do governo de responder às necessidades mais elementares da população trabalhadora. Ao lado dessas mobilizações, muitas vezes na clandestinidade, também se registraram iniciativas de organização e mobilização de natureza partidária e sindical, bem como, em menor escala, ações armadas conduzidas por organizações de guerrilha.

Sob um contexto repressivo imposto pela ditadura, a Lei de Segurança Nacional desempenhou papel central, funcionando como instrumento jurídico da violência institucionalizada. A legislação de exceção criminalizava as lutas populares, punia e perseguia a sujeitos individuais e coletivos classificados como subversivos e identificados como ameaças à ordem vigente, dificultava a articulação e a comunicação entre os diferentes movimentos sociais e demais organizações políticas, inviabilizando a centralização de suas ações, o que explicava a fragmentação organizativa diante da vigilância que limitava a articulação em escala mais ampla (Brant, 1983).

Paradoxalmente, o fechamento dos canais institucionais de participação política contribuiu para o fortalecimento de laços de solidariedade comunitária, que se tornaram fundamentais para a sustentação de diversas experiências de mobilização popular. Nesse processo, a atuação de determinadas instituições foi decisiva para garantir condições mínimas de existência pública desses movimentos. Como destaca Brant,

Não se pode, no entanto, compreender a multiplicação e o crescimento desses movimentos se não se leva em conta o papel de instituições e de outros movimentos que abriram espaço para a sua atuação. No contexto político em que surgiram, os novos movimentos sociais só poderiam atuar abertamente ao contar com a proteção de alguma instituição reconhecida ou com um apoio considerável e ostensivo na opinião pública. A Igreja, as instituições civis atentas aos

direitos humanos, o MDB [Movimento Democrático Brasileiro], o movimento estudantil, com sua ação em favor das liberdades, criou inicialmente o clima necessário para a articulação pública e para a manifestação aberta dos movimentos sociais surgidos da base (Brant, 1983, p. 14).

O movimento estudantil, em particular, retomou sua tradição histórica de engajamento político, articulando-se com diferentes segmentos da classe trabalhadora e participando ativamente das lutas pela redemocratização. Por meio de ações culturais, atividades políticas, solidariedade às greves operárias e defesa das liberdades democráticas, a juventude estudantil organizada contribuiu para a recomposição do campo oposicionista ao regime, reafirmando seu papel como sujeito coletivo relevante no processo de transição política.

A repressão alcançava o campo e a floresta, reprimindo duramente as organizações que surgiram para lutar por trabalho digno, por terra e pela democracia. No meio rural e nas regiões de fronteira econômica, especialmente na Amazônia, a política de expansão territorial e de integração nacional promovida pela ditadura produziu graves violações de direitos humanos. Comunidades indígenas e populações tradicionais foram alvo de perseguições, deslocamentos forçados, prisões arbitrárias, torturas e assassinatos, práticas posteriormente documentadas por investigações oficiais e relatórios de comissões da verdade. Esses processos revelam a face violenta do projeto autoritário de desenvolvimento, assentado na expropriação de territórios e na negação sistemática de direitos de povos originários e tradicionais.

Também no campo das lutas antirracistas e das dissidências sexuais registraram-se formas específicas de resistência. Apesar da repressão, emergiram iniciativas voltadas à denúncia do mito da democracia racial, amplamente reforçado pelo regime, inclusive por meio do controle da produção acadêmica e da invisibilização das categorias raciais nos censos demográficos.

Simultaneamente, políticas de vigilância e punição dos chamados “desvios morais” transformaram a sexualidade em questão de segurança nacional, incidindo de maneira particularmente violenta sobre populações consideradas indesejáveis. Ainda assim, nos suspiros finais da ditadura, começaram a se articular movimentos identitários que passaram a disputar, ainda que de forma incipiente, a arena institucional (Quinalha, 2018).

Em conjunto, essas múltiplas formas de resistência expressaram a recomposição do protagonismo popular no espaço público, desempenhando papel central na crise política do regime ao tensionar seus mecanismos de controle social e explicitar os limites estruturais do autoritarismo brasileiro. E embora situadas na realidade nacional, tais lutas devem ser compreendidas no marco mais amplo da experiência latino-americana, caracterizada, ao longo do século XX, por intensos conflitos sociais, regimes autoritários e variadas estratégias de resistência popular.

A partir da segunda metade do século XX, a intensificação das lutas sociais em torno de reformas estruturais, da ampliação das liberdades democráticas e da melhoria das condições de trabalho e de vida conformou uma conjuntura favorável para que segmentos mais críticos da base social do Serviço Social buscassem uma aproximação mais orgânica com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Esse movimento não se deu de forma homogênea, consensual ou linear, mas como resultado das transformações políticas mais amplas que atravessavam a sociedade brasileira, particularmente no contexto de crise do regime autoritário.

A vinculação desses setores da profissão às demandas da classe trabalhadora passou a se expressar em diferentes planos –

organizativo⁴, teórico⁵ e interventivo⁶. Atravessada por disputas internas, tal inflexão conviveu com projetos profissionais distintos, pois, havia os segmentos que apostavam em estratégias de modernização profissional compatíveis com as reformas institucionais conduzidas pela ditadura empresarial-militar e outros que defendiam o resgate das bases mais conservadoras do Serviço Social tradicional⁷. Já os segmentos influenciados pela dinâmica das mobilizações populares, pela crítica ao capitalismo e pela crítica ao autoritarismo, passaram a questionar o significado social da profissão e buscaram reorientar a intervenção profissional a partir de um diálogo mais estreito com os movimentos sociais e demais organizações de classe que explicitavam as demandas das classes subalternizadas (Silva, 2007).

Nesse processo, observa-se o fortalecimento da organização político-sindical da categoria profissional, elemento central na disputa entre diferentes projetos de Serviço Social. Tal fortalecimento contribuiu para o avanço de uma vertente teórica e política comprometida com a ruptura com o conservadorismo e com a construção de uma crítica contra hegemônica no interior da profissão. As entidades representativas do Serviço Social desempenharam papel estratégico ao impulsionar essa inflexão, na medida em que articularam

⁴ Entidades como os CFAS e CRAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais) foram criadas em 1962 e passaram por uma renovação nos idos de 1980, migrando de uma postura corporativista para uma postura mais interessada nas contradições da época e mais atentas à solidariedade entre a classe trabalhadora (Guerra; Ortiz, 2009; Abramides, 2006).

⁵ O ascenso da ação política dos setores populares – que impactou no trabalho e na militância política – bem como o ingresso no circuito acadêmico universitário propiciaram a aproximação com a tradição marxista e, posteriormente, com o pensamento marxiano propriamente dito.

⁶ Ao serem requisitados pela classe dominante para desenvolverem seu trabalho no âmbito da prestação de serviços sociais, os/as assistentes sociais lidam diretamente com as necessidades mais imediatas da classe trabalhadora. No contexto em análise, a dimensão política e o caráter educativo do exercício profissional são percebidos e direcionados na perspectiva de estimular a participação democrática da sociedade e a luta por direitos.

⁷ A ditadura empresarial-militar criou condições para uma modernização do conservadorismo que, resguardadas as diferenças em relação ao que o Serviço Social tradicional representava, mantinha a defesa do *status quo* (Netto, 1991).

a profissão ao campo ideopolítico mais progressista da classe trabalhadora e ampliaram sua inserção nas lutas sociais mais amplas (Abramides; Marconsin, 2020).

Com a emergência do chamado sindicalismo de luta, ao final da década de 1970, assistentes sociais passaram a se organizar em greves, em espaços de mobilização democrática e em associações sindicais, inicialmente por categoria e, posteriormente, por área de atuação. No contexto da retomada das entidades sindicais da profissão, entre 1977 e 1979, consolidou-se o reconhecimento da categoria como parte integrante da classe trabalhadora, em função de sua condição assalariada e de sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho. Esse reconhecimento favoreceu a participação ativa dos/as assistentes sociais na reorganização do movimento sindical classista e na interlocução com diversos movimentos sociais populares, como aqueles voltados ao enfrentamento do custo de vida e da carestia, à luta pela saúde pública e pela criação do Sistema Único de Saúde, ao movimento feminista, à defesa de creches e moradia, ao movimento estudantil, ao movimento negro unificado e às lutas de trabalhadores/as sem-terra, quilombolas e povos indígenas (Abramides, 2016).

Como resultado desse engajamento, setores expressivos do Serviço Social passaram a integrar de forma direta as lutas pela democratização da sociedade brasileira, não apenas como apoiadores externos, mas como participantes ativos das lutas e das organizações de classe. Esse período foi decisivo para a conformação de novas concepções de organização sindical e de intervenção profissional, nas quais o confronto político e a defesa de direitos assumiram centralidade. As experiências protagonizadas por associações de moradores, movimentos contra a carestia, campanhas pela anistia, a retomada do movimento feminista e estudantil, as lutas pela reforma sanitária, agrária e urbana, o movimento negro unificado, as reivindicações por creches e pela demarcação de terras indígenas, bem como a construção de novas organizações partidárias, constituíram

referências sociopolíticas duradouras para o Serviço Social ao longo das décadas seguintes.

Embora o registro histórico sobre esse período seja limitado, Guerra e Ortiz (2009) indicam que a categoria profissional participou de maneira ativa das transformações sociais e políticas em curso. Esse engajamento deve ser compreendido como parte de um movimento mais amplo da sociedade civil, impulsionado pela crise da ditadura e pela afirmação do protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização. Tal inflexão representou um marco decisivo para o Serviço Social, ao provocar o redirecionamento da produção teórica e da prática profissional para os debates sobre a formação social brasileira, o capitalismo, as relações de classe, a intervenção estatal, o exercício profissional e os processos de organização política da categoria.

Contudo, parece pertinente destacar que as análises sobre esse período histórico não são unânimes sobre o quão progressista a profissão foi em sua atuação (Netto, 1991), cabendo talvez explicitar que a guinada progressista assumida pelo Serviço Social brasileiro se deva em muito ao protagonismo de uma pequena parcela de profissionais que, com constatada competência, soube interpretar a “janela de oportunidade” surgida na conjuntura da época e assumiu a vanguarda da “virada profissional”. Tal constatação não diminui a relevância do processo, mas contribui para uma leitura mais rigorosa e menos idealizada de sua trajetória, justamente por revelar as nuances e disputas internas.

Os elementos aqui apresentados indicam que a consolidação da hegemonia de um projeto profissional crítico esteve, desde sua origem, associada ao fortalecimento da organização política interna da categoria e à sua vinculação orgânica com lutas sociais mais amplas de caráter democrático e/ou emancipatório. A direção social do Serviço Social brasileiro permanece em disputa, com projetos profissionais de distintas matrizes políticas, ideológicas e culturais buscando se firmar no interior da profissão. Por essa razão, a defesa e a efetivação do atual projeto ético-político dependem tanto da ação coletiva da categoria em

seus diversos espaços de atuação quanto da qualidade do diálogo estabelecido com as lutas e organizações da classe trabalhadora.

O pressuposto que orienta esta análise sustenta que a atuação profissional junto aos movimentos e lutas sociais contribui para o fortalecimento do atual projeto ético-político do Serviço Social, uma vez que sua existência e hegemonia estão condicionadas a uma correlação de forças favorável, tanto interna quanto externamente à profissão. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender em que medida e sob quais condições a contribuição de assistentes sociais nos processos de assessoria, mobilização e organização popular incide sobre essa correlação de forças e contribui para materializar tal hegemonia.

A sistematização e a análise do exercício profissional desenvolvido no âmbito das organizações da classe trabalhadora e/ou a partir de outros espaços ocupacionais, revelam-se, portanto, um esforço pertinente e necessário. Isso porque podem inspirar outras experiências de trabalho a refletirem sobre como contribuir com processos de politização – pela reflexão e pela ação crítica – da vida social e de das relações de vida e trabalho nos marcos do capitalismo.

Considerando que o projeto profissional crítico expressa uma direção social construída coletivamente e que se materializa no cotidiano de trabalho dos/as assistentes sociais, o apoio às formas legítimas de organização política da classe trabalhadora constitui uma dimensão central de sua efetivação. Ao se alinhar às lutas sociais que questionam a ordem vigente, a profissão contribui, ainda que de forma mediada, para o fortalecimento de um contexto social mais favorável à afirmação desse projeto, tanto no plano ideológico quanto político. A lógica subjacente é que o projeto ético-político crítico encontra melhores condições de consolidação em uma sociedade na qual se amplia a convicção de que é possível superar a exploração do trabalho e as múltiplas formas de opressão.

Sem uma base social (interna e externa à profissão) que lhe confira legitimidade, a defesa desse projeto tende a enfrentar obstáculos mais profundos, convertendo-se em um esforço

permanente de resistência contra tendências regressivas. Assim como em seu processo de emergência histórica, a hegemonia do projeto profissional crítico permanece intrinsecamente relacionada à auto-organização política da categoria e ao fortalecimento de uma base social comprometida com o aprofundamento da democracia, o enfrentamento das opressões e a crítica ao capitalismo. Diante do cenário contemporâneo de precarização do trabalho e de desmonte das políticas e serviços públicos, reforça-se a importância de que os/as assistentes sociais não se limitem ao cumprimento de rotinas institucionais ou tarefas burocráticas que tendem a reproduzir o *status quo*.

[...] o que nos legitima e nos mantém na sociedade do capital é o chamamento da burguesia que opera a existência da profissão na atenção às suas requisições, o que se materializa no âmbito do Estado, empresas, ONGs, instituições assistenciais, igrejas etc. Mas, é esse mesmo chamamento que coloca os assistentes em contato cotidiano com as massas trabalhadoras. São as requisições institucionais que, articuladas – direta ou indiretamente – às demandas dos trabalhadores, como usuários que são das políticas e serviços sociais (públicos e privados) que operamos na sociedade do capital – o que, quase nunca, resulta em respostas substantivas às necessidades individuais e coletivas dos trabalhadores – que nos coloca no fecundo, frutífero, fértil e útil convívio com as massas trabalhadoras e suas lutas sociais, no cotidiano da vida, o que envolve os momentos de desobediência, resistência e luta e os momentos de obediência, submissão e consentimento. Esse é um fato que, se necessário à burguesia, nos favorece na direção do projeto profissional, principalmente, como veremos, considerando o aspecto educativo da atividade profissional (Vasconcelos, 2017, posição 2332).

Parafraseando a autora, trabalhar sob o capital não é o mesmo que servir ao capital. Portanto, é fundamental valer-se da formação para realizar uma apreensão crítica da realidade, desenvolver intervenções profissionais igualmente críticas e construir alianças políticas orientadas pela ampliação de direitos, pelo fortalecimento da democracia e pela emancipação humana.

3. “O nosso projeto profissional nos chama a construção de coletividades”⁸

Em Silva (2007) encontramos que a aproximação ocorrida naquele contexto da rearticulação da sociedade civil e da transição democrática (1970-80) desdobrou-se em demandas dirigidas ao Serviço Social sob a forma de apoio técnico, assessoramento político-organizativo e, em determinados casos, por meio de contratações diretas por organizações populares. As respostas profissionais a essas demandas, segundo a autora, foram marcadas pela diversidade e pela ausência de homogeneidade.

É interessante, contudo, observar que nas décadas que se seguiram não se registrou um aumento de trabalho junto aos movimentos sociais, ainda que a profissão tenha notada presença em diferentes espaços ocupacionais no âmbito das políticas sociais e que os movimentos sociais sejam sujeitos de políticas públicas.

Sendo este um assunto que nos interessa, a síntese apresentada neste item foi possível a partir da realização de entrevistas⁹ feitas com profissionais do Serviço Social que atuaram ou atuam junto aos movimentos e lutas sociais – tanto pelo trabalho no âmbito do próprio movimento social¹⁰, como pela interlocução estabelecida a partir de outros espaços ocupacionais. Tais inserções profissionais abarcam as

⁸ Extrato da transcrição de entrevista prestada para a tese. Conferir Gonçalves (2025).

⁹ Coletamos dados por meio de pesquisa qualitativa de campo. Realizamos entrevistas semiestruturadas com 7 (sete) assistentes sociais que atuam/atuarão com movimentos sociais. A seleção das participantes utilizou a técnica de amostragem não probabilística "bola de neve", iniciada por busca ativa e amostragem por conveniência, seguida de cadeias de referência. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em novembro de 2023.

¹⁰ Há um levantamento feito pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2022) em que 146 profissionais (em torno de 0,33% do total), num universo de 44.212 assistentes sociais entrevistados/as, informaram como principal vínculo de trabalho a inserção no que a pesquisa nomeou como "Sindicato Associação Movimento social e o popular". É um número inegavelmente pequeno se comparado com o número total, mas é também um universo quase desconhecido e que pode ser mais explorado em processos investigativos da nossa área (Gonçalves, 2025).

áreas sindical, questão agrária, mineração, cooperativismo, saúde do trabalho e educação superior.

A análise das entrevistas demonstra que, resguardados os diferentes contextos ocupacionais e as diferentes áreas de atuação política dos movimentos sociais citados, as demandas apresentadas pela base ou pelas lideranças dos movimentos sociais às assistentes sociais entrevistadas podem ser organizadas em três eixos principais: apoio à formação política, apoio à organização e à mobilização social e interlocução com políticas públicas e acesso a direitos. Embora apresentadas separadamente para fins analíticos, tais demandas se articulam de maneira orgânica na prática cotidiana, conformando um conjunto indissociável de ações voltadas ao fortalecimento da organização popular e da luta por direitos.

A **formação política** pode ser entendida como elementar para a elevação do nível de consciência crítica, para o fortalecimento organizativo e para a qualificação da luta política encampada pelos movimentos sociais e demais organizações de classe. A formação emerge como uma das principais demandas direcionadas às assistentes sociais, sendo-lhes solicitado o apoio para promover junto a um determinado público momentos de estudo, debate e proposição. O público-alvo pode ser a base social do movimento, suas lideranças ou a militância mais orgânica. Os conteúdos da formação podem estar diretamente relacionados ao próprio movimento – suas pautas imediatas e seu horizonte estratégico, sua história e organicidade, formas de trabalho de base – ou podem tratar de temas mais amplos relacionados aos aspectos da conjuntura política e sobre a correlação de forças sociais – como a garantia de direitos sociais, políticas públicas, relações de gênero, de raça, de classe, de violência, de trabalho, dentre outros.

Refletindo sobre a solicitação de apoio no planejamento e execução de momentos formativos, parece-nos razoável reconhecer que a formação acadêmico-profissional habilita o/a assistente social a realizar tal tarefa e que essas experiências exigem que sua intervenção não se limite à transmissão de informações, mas busque fomentar

processos de reflexão crítica sobre a realidade social, econômica e política, bem como sobre as contradições do modo de produção capitalista, tendo ou não como ponto de partida as necessidades concretas, mais imediatas, da base social do movimento em questão. E uma vez delimitado o público-alvo e o conteúdo, as atividades formativas poderiam assumir formatos variados, adequados aos objetivos propostos – poderíamos exemplificar como rodas de conversa, seminários, oficinas, cursos e outros, pontuais ou periódicos, de curta, média ou longa duração.

Também parece pertinente distinguir que no processo de exercer o caráter educativo do seu trabalho, o/a profissional tanto informa como forma. No caso, o ato de informar parece demonstrar uma praticidade e objetividade ao instruir a respeito de algo (tipos e acesso a benefícios sociais, documentação necessária, uso de tecnologias digitais, rotinas institucionais, forma de acesso ou funcionamento de determinado serviço, dentre outros exemplos) que é objeto de interesse do público demandante. Já o ato de formar a opinião de alguém a respeito de algo é tomada aqui como uma ação que pressupõe um nível mais aprofundado de elaboração intelectual de todas as partes envolvidas no processo. Além disso, entendemos que os processos formativos pressupõem um nível maior de criticidade, pois sendo uma ação demandada por uma organização de luta e orientada pelo atual projeto profissional, estaria voltada à compreensão das determinações estruturais que restringem ou mesmo negam direitos, restringem ou mesmo impedem mudanças na realidade.

Por demonstrarem diferentes graus de complexidade, entendemos que as profissionais se preparam de formas diferentes pra formar e informar o público-alvo em questão, se preparando (mediante estudo, pesquisa, sistematização e elaboração do conhecimento) para responder às demandas dos movimentos e elegendo o formato mais adequado para tais respostas (orientações individuais ou coletivas, palestras, cursos, recursos visuais, comunicados escritos etc.).

Segundo as entrevistas, a formação política pode ser direcionada ao fortalecimento de lideranças e ao estímulo do

protagonismo comunitário. Percebe-se, com isso, que a intenção da formação, quando solicitada por movimentos sociais e por grupos em processo de mobilização, é estimular a autonomia política dos indivíduos e coletivos, é contribuir para fomentar e aumentar a capacidade reivindicativa, é potencializar a participação qualificada das lideranças nos espaços de negociação e conflito. Especificamente nessas experiências analisadas, sobressaiu a percepção de que a atuação da assistente social se orienta pela construção coletiva do conhecimento, pelo respeito aos saberes da comunidade e pela recusa de práticas tuteladoras.

Outro eixo identificado reúne as demandas referentes aos processos de **mobilização social e de organização interna dos movimentos sociais**. Nesses casos, o apoio solicitado envolve desde o planejamento até a execução de atividades capazes de convocar e estimular a participação da população em geral ou a base social do movimento em alguma atividade específica (para ilustrar, poderíamos dizer que a mobilização se serve de ou serve para: assembleias, acampamentos, ocupações, manifestações, greves e demais atos públicos pensados para publicizar uma determinada pauta social, podendo envolver um público mais amplo que a própria base do movimento social). A mobilização contribui para dar visibilidade às lutas sociais, denunciar violações de direitos e ampliar a voz de grupos historicamente marginalizados e criminalizados. Em alguns casos, isso exige a articulação com outras organizações, instituições e redes de apoio, a fim de registrar e denunciar situações de violência, assédio e discriminação.

O apoio profissional também envolve a proposição e o suporte para eventos coletivos – de debate, tomadas de decisão política e de encaminhamentos – cuja realização, e seus respectivos desdobramentos, é importante para a dinâmica interna e organicidade dos movimentos sociais (também para ilustrar, poderíamos listar as reuniões, assembleias, congressos e outros eventos cujo público-alvo pode ser a base social ou as lideranças do movimento social).

A partir dos relatos, percebemos as assistentes sociais atuando de formas variadas nesse campo: colaboram na organização de atividades, produzem materiais informativos, participam de ações de agitação e diálogo com a população, acompanham lideranças e contribuem para a articulação entre diferentes atores sociais. Em muitos casos, o apoio profissional é simultaneamente prestado aos processos formativos, organizativos e de mobilização, reforçando a complementariedade dos mesmos.

O terceiro eixo foi nomeado de **interlocução com políticas públicas e luta pelo acesso aos direitos** porque reúne demandas cujas respostas são buscadas por meio do acionamento da rede socioassistencial presente no território. O diálogo e os possíveis encaminhamentos para a rede socioassistencial tanto ocorrem por demanda dos movimentos sociais quanto por iniciativa das próprias assistentes sociais, a partir da identificação de necessidades concretas da população atendida por elas. Quando ocorre desta rede não existir ou não atender adequadamente à população, abre-se a possibilidade de reforçar a importância do enfrentamento e do tensionamento político para que se amplie os recursos, os serviços e os direitos.

Atuando no âmbito do movimento social ou em interlocução com ele a partir de outro espaço ocupacional, quando solicitadas, as entrevistadas prestam orientação sobre direitos previdenciários e sociais; realizam acompanhamento de processos burocráticos; articulam-se com órgãos e serviços públicos; denunciam violações de direitos humanos, trabalhistas e sociais; prestam apoio na obtenção e organização de documentação. Sobre este último, destaca-se, de modo recorrente, a complexidade envolvida na comprovação de condições específicas exigidas para o acesso a benefícios, especialmente no caso de trabalhadores/as rurais e populações em áreas de conflito fundiário.

Lidar com a burocracia estatal, com o uso crescente de plataformas digitais e com a exigência de documentação frequentemente pouco acessível à população constituem obstáculos significativos ao acesso a direitos. Nesses contextos de trabalho junto aos movimentos e lutas sociais, as assistentes sociais podem também

mobilizar redes de apoio local como sindicatos, igrejas e outras organizações que possam validar informações e emitir documentos com certo valor probatório, pois ocorre de nem sempre um indivíduo dispor de documentação apropriada para viabilizar o acesso aos serviços e benefícios.

Entendemos que as demandas por apoio à formação, à organização e à mobilização política e as demandas de auxílio para o acesso aos direitos não estão indissociadas uma das outras. E entendemos que o atendimento de uma demanda impacta nas outras e que todas se retroalimentam de alguma maneira.

A formação, a organização e a mobilização popular fazem mais sentido quando pensadas em articulação, afinal, elas estruturam a atuação dos movimentos sociais e de grupos sociais em luta, dando-lhes melhores condições de dialogar com o conjunto da sociedade sobre suas pautas e de pressionar as instituições de interesse público e de interesse privado¹¹ no sentido da garantia e ampliação de direitos ou da realização de reformas ou do cumprimento da responsabilidade social.

Analisando as práticas relatadas pelas entrevistadas, notamos uma concepção de intervenção profissional orientada para a construção coletiva de respostas, em diálogo permanente com os movimentos sociais, com a comunidade e com as equipes de trabalho, respeitando a autonomia, o protagonismo e os saberes dos sujeitos envolvidos. Do nosso ponto de vista, isto demonstra o mérito da formação e atuação profissional de reconhecer e legitimar sua contribuição em tais tarefas,

¹¹ Entendemos que a população em luta, organizada ou não em movimentos sociais e demais organizações de classe, pode direcionar sua ação não apenas para instituições governamentais como também para empresas, corporações e instituições outras, principalmente se as ações de tais instituições tiverem impacto na vida social e ambiental. Por isso utilizamos no texto a expressão mais geral “instituições de interesse público e de interesse privado”. As exigências podem assumir o caráter de reparadoras, compensatórias, indenizatórias, dentre outros adjetivos que configurem um horizonte mais reformista ou paliativo. E podem também assumir uma radicalidade mais coerente com um horizonte de mudanças estruturais, com propostas que ao invés de mitigar busquem superar uma determinada contradição posta na realidade.

sem desconsiderar os desafios que podem surgir no trabalho junto aos movimentos sociais.

A respeito dos principais desafios que pudemos identificar através das entrevistas (no que diz respeito a relação de trabalho junto aos movimentos sociais) também foram organizados em três eixos: divergências políticas e dificuldades de articulação, insegurança no desempenho profissional e limitações burocráticas e estruturais das políticas públicas.

Sobre o que nomeamos de **divergências políticas e dificuldades de articulação** os apontamentos remetem aos conflitos e diferenças vivenciadas dentro das próprias organizações – especialmente as do campo sindical – que acabam por dificultar a proposição e construção de ações conjuntas. Disputas por protagonismo, diferenças partidárias e resistências internas afetam os espaços de articulação coletiva, independentemente da disposição das profissionais para promover ações unitárias. Tal desafio, inclusive, leva as entrevistadas a problematizarem possíveis idealizações dos movimentos sociais como espaços homogêneos e isentos de conflitos. Reconhecer as contradições internas, disputas de poder e limites organizativos é fundamental para evitar expectativas irreais sobre o trabalho profissional e sobre os resultados das ações desenvolvidas em conjunto.

Quanto a demonstração de **insegurança no desempenho das atividades**, eventualmente sentida por alguma das entrevistadas, interpretamos ou associamos à inexperiência profissional e à falta de familiaridade com processos de mobilização e organização popular. Isso porque as entrevistadas que relataram algum receio quanto à condução das ações e à definição do papel profissional nesses espaços, demonstraram tal insegurança especialmente no início da carreira. Entendemos que defender uma formação acadêmico-profissional crítica – que articula ensino, pesquisa, extensão e estágio para oferecer um repertório teórico-prático mais consistente para enfrentar os desafios profissionais, especialmente os que surgem quando se trabalha em interlocução ou no âmbito dos movimentos e lutas sociais – é a

principal forma de mitigar tal insegurança (ainda que não elimine todas as incertezas inerentes ao trabalho profissional, já que a realidade é dinâmica e mutável), acompanhada da formação continuada e da promoção de debates sobre o assunto no âmbito da própria profissão.

Sobre as **limitações burocráticas e estruturais das políticas públicas**, reunimos aqui as ponderações feitas pelas entrevistadas que, em geral, demonstravam a dificuldade de garantir o acesso da população aos benefícios e serviços sociais, seja pela exigência de comprovações muitas vezes inviáveis pela ausência de documentação, seja pela inexistência ou baixa cobertura do serviço no território. Observamos que mesmo quando a profissional demonstra ter compreensão sobre as contradições inerentes às políticas sociais (que embora atendam as demandas vitais da população, apenas mitigam as mazelas decorrentes da questão social), a não resolutividade dos serviços produz frustrações para a população que não se vê satisfatoriamente atendida e para as profissionais que podem internalizá-la como uma ineficiência pessoal.

Lembremos que as políticas sociais são contraditórias, ao mesmo tempo em que funcionam como instrumentos de controle social e reprodução do capital, expressam conquistas históricas da classe trabalhadora. Contudo, notamos que reconhecer essa contradição não impede que as profissionais vivenciem os sentimentos de frustração e desânimo diante da baixa resolutividade das ações, especialmente quando lidam cotidianamente com situações de desigualdade, violência e opressão.

Diante dos desafios apresentados, parece-nos pertinente reafirmar a centralidade da reflexão crítica e da autonomia profissional como fundamentos indispensáveis para o trabalho do/a assistente social junto aos movimentos sociais. Mais do que respostas prontas, o enfrentamento das contradições presentes nesses espaços exige análise rigorosa da realidade, clareza ético-política e compromisso com os processos coletivos de luta da classe trabalhadora.

4. Considerações finais

É paradoxal perceber que o neoliberalismo ainda goza de grande legitimidade na esfera ideocultural mesmo sendo responsável por altas taxas de desemprego; pela intensificação e generalização da precarização no mundo do trabalho; pela crescente concentração de riqueza nas mãos de poucos e pela correspondente miserabilidade imposta à maioria da população. A esse conjunto de efeitos somam-se ataques sistemáticos aos direitos humanos, sociais, políticos, civis, trabalhistas e ambientais, promovidos tanto por agentes internos quanto externos em defesa dos interesses do capital. Ainda que parcelas significativas da classe trabalhadora manifestem insatisfação com os desdobramentos desse projeto societário, tal descontentamento tem sido frequentemente capturado e canalizado pela extrema direita, que mobiliza discursos meritocráticos, xenofóbicos, empreendedoristas e um nacionalismo apenas aparente, uma vez que não afirma a soberania nacional, mas reforça a subordinação aos interesses do imperialismo, em especial o estadunidense.

Se outrora as lutas sociais, e as organizações de classe que as protagonizavam, constituíram mediações centrais para que segmentos do Serviço Social elaborassem uma crítica ao ordenamento social vigente e às bases conservadoras da profissão, na conjuntura atual a vinculação orgânica com essas instâncias permanece não apenas relevante, mas necessária e urgente. Tal relação cumpre papel decisivo tanto para a profissão – ao preservar e atualizar seu horizonte crítico – quanto para os setores populares com os quais assistentes sociais se relacionam cotidianamente em seu exercício profissional. Nesse sentido, a organização política da classe trabalhadora precisa ser, mais do que nunca, reconhecida, legitimada e estimulada. Demandas vivenciadas de forma individualizada carecem de ser socializadas e coletivizadas, de modo que os sujeitos possam se reconhecer como integrantes de uma classe social e, a partir desse pertencimento, construir respostas coletivas às expressões da questão social.

Na contemporaneidade, o Serviço Social dispõe de um acúmulo teórico-metodológico rigorosamente produzido, de elevada relevância social, que inclui reflexões consistentes sobre os limites e as potencialidades do trabalho profissional nos processos de mobilização e organização social. Por essa razão, não se sustenta o argumento de que a interlocução com movimentos sociais implicaria a descaracterização ou o abandono das atribuições profissionais. Ao contrário, tal aproximação tende a ampliar o horizonte interventivo da profissão, ao inspirar a incorporação de novos instrumentos, procedimentos, metodologias e estratégias de ação ao exercício profissional. Ademais, essa interlocução reconhece a contribuição específica do Serviço Social em atividades próprias do universo das lutas sociais e das organizações de classe, ao mesmo tempo em que reafirma a importância de referenciar essas experiências junto à população atendida nos distintos espaços ocupacionais. Nesse sentido, torna-se pertinente avançar na reflexão acerca de como os movimentos e lutas sociais podem ser apresentados à população usuária como espaços capazes de viabilizar experiências alternativas às relações sociais capitalistas que são marcadas pela exploração, pela alienação e pelas múltiplas formas de opressão.

Nestas primeiras décadas do século XXI, observa-se a participação mais ativa de movimentos sociais na gestão de políticas públicas, colocando-lhes o desafio de articular a luta nas ruas com a atuação no interior da institucionalidade estatal. Tal fato, inclusive, é vivenciado de perto por algumas profissionais entrevistadas, assim como é vivenciado por algumas a interlocução com novas experiências de conflito social, como é o caso das greves de entregadores/as por aplicativos (trabalhadores/as de plataformas digitais que denunciam as contradições do que vem sendo chamado de “uberização” do trabalho) ou o caso de mobilizações por reparação social e exigência de consulta pública em situações de impacto por grandes empreendimentos. Esse cenário evidencia a urgência de estabelecer diálogos entre organizações de classe historicamente consolidadas e essas novas experiências

organizativas, cujas pautas e formas de ação tensionam os limites tradicionais da representação política e sindical.

Do projeto ético-político não deriva uma intervenção ou uma resposta específica, previamente definida. Ocorre que o mesmo orienta (com referências teóricas, políticas e históricas) a ação profissional para a defesa dos interesses da classe trabalhadora, valendo-se do contato direto com a população para, por exemplo, fortalecer o sentido de solidariedade de classe, promover uma concepção de democracia radical (que busca reformas profundas e estruturais) e, nesses termos, contribuindo para construir condições que tornem o cenário mais favorável à consolidação da hegemonia do atual projeto ético político.

Isso não depende exclusivamente da vontade individual, mas também envolve escolhas ético-políticas realizadas no exercício da autonomia intelectual profissional. Nesse sentido, destaca-se o caráter educativo da intervenção do Serviço Social, que pode ultrapassar a mera transmissão de informações e estimular reflexões críticas acerca da realidade social em suas dimensões micro e macrossociais, potencialmente contribuindo para práticas transformadoras. Sem superdimensionar esse aspecto, é possível compreender o caráter educativo como a construção de mediações e pontes: ao apresentar as lutas e os movimentos sociais à população atendida, abre-se para ela a possibilidade de vivenciar outras formas de sociabilidade, cujos efeitos podem extrapolar os limites diretos da intervenção profissional.

E estendendo esta reflexão para aqueles e aquelas profissionais que ainda não consideraram o trabalho no âmbito e em diálogo com os movimentos sociais, talvez a maior possibilidade que circunscreva o trabalho seja trazer os processos de organização e mobilização social para o horizonte da população que atendemos, pois, como sujeitos de políticas públicas e sujeitos da transformação social, os movimentos sociais progressistas são capazes de mediar o processo de elevação do nível de consciência do senso comum para o senso crítico; são capazes de propiciar a vivência de novas relações humanas; são capazes de mediar o processo de auto reconhecimento da classe trabalhadora como protagonista na conquista de direitos, na ampliação de serviços e nas mudanças situacionais e estruturais (Gonçalves, 2025, p. 213).

Reconhecer que os limites da intervenção profissional não coincidem com os limites da ação dos próprios movimentos sociais implica compreender que fortalecer e referenciar essas organizações significa ampliar o alcance da intervenção social. A inserção da população em organizações políticas de classe pode viabilizar processos de transformação que extrapolam aquilo que a atuação profissional, isoladamente, é capaz de alcançar.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. 2006. Tese. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. “80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.127, p. 456-475, 2016.

BRANT, Vinícius Caldeira. “Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo”. BRANT, Vinícius Caldeira; SINGER, Paul (orgs). **São Paulo: o povo em movimento**. 1983.

CFESS [CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL]. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional**. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso: 27 ago. 2025.

GONÇALVES, Taciane Couto. **Serviço Social, movimentos sociais e o fortalecimento do projeto profissional crítico**. 2025. Tese. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2025.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima S. Grave. “Os caminhos e os frutos da ‘virada’: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais”. *In.*: **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro. v. 19 n° 2, 2009 (p. 123-136).

KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1988 (315-325).

MARCONSIN, Cleier; ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. “Serviço Social e movimentos sociais: debatendo distanciamentos e aproximações na trajetória sócio histórica brasileira”. *In.*: MELO, Ana Inês Simões Cardoso de; CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; FORTI, Valeria Lucilia (orgs). **Trabalho, reprodução social e Serviço Social: desafios e utopias**. Minas Gerais: Navegando, 2020 (183-202).

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

QUINALHA, Renan. “Uma ditadura hétero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro”. *In.*: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018 (15-38).

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2017. Edição Kindle.

AUTORES

Adriana Ramos

Assistente Social. Doutora em Serviço Social (UFRJ). Docente do Curso de Serviço Social da UFF/ Niterói (Graduação) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional UFF/Niterói. Coordenadora do Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS). Lider de Pesquisa CNPq NEFSS.

Ana Carolina do Nascimento Rodrigues

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; e-mail: carolinanascimento15@hotmail.com.

Diego Tabosa da Silva

Assistente Social. Doutor em Serviço Social (UFRJ). Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo. Editor Adjunto da Revista Serviço Social em Perspectiva (UNIMONTES). Membro da Coordenação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Jude de Oliveira Bento da Silva

Assistente Social; formado pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Juliano Zancanelo Rezende

Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói); julianozancanelo@gmail.com.

Larah Fábia Miranda Pereira

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora; bolsista de Iniciação Científica no Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS).

Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Assistente Social; doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; docente na graduação e na pós-graduação da Faculdade de Serviço Social/UFJF; líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS); membro da coordenação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) da ABEPSS Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional, nas gestões 2023-2024 e 2025-2026.

Maria Angelina Baia de Carvalho de Almeida Camargo

Assistente Social. Doutora em Serviço Social (PUC/SP). Docente do Curso de Serviço Social da UFES. Coordenadora da pesquisa “O trabalho na era da inteligência artificial e dos algoritmos: características, tendências e desafios.”

Rodrigo José Teixeira

Assistente Social, doutor em Serviço Social pela UFRJ, professor da Escola de Serviço Social da UFRJ. Presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), gestão 2021-2022. Coordenador Nacional de Graduação da ABEPSS, gestão 2015-2016 e membro da coordenação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) da ABEPSS Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional, gestão 2019-2020.

Taciane Couto Gonçalves

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de fora, Brasil). Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, Cuiabá).

As problematizações aqui contidas refletem esforços de estudiosas/os e pesquisadoras/es que numa perspectiva crítica se debruçam na temática dos Fundamentos tão cara para o Serviço Social. Num período em que o conservadorismo se potencializa por todas as dimensões da vida social, é relevante que entendamos esse movimento dentro da processualidade histórica, sobretudo na particularidade brasileira no seu processo de formação sócio-histórica.

Assim, nos deparamos com uma obra que nos coloca de frente com as dinâmicas capitalistas no seu conjunto de contradições sociais considerando a sua fase mais obscurantista e os impactos para a profissão. O desafio está posto para Serviço Social partindo do princípio que pensamos a profissão na história, no que se refere ao trabalho e formação profissional considerando as mudanças no mundo do trabalho, a precarização do ensino superior, os rebatimentos da conjuntura econômica, política e social via políticas sociais nos espaços sócio-ocupacionais, que vão tensionando o projeto ético-político. As questões centrais que se colocam é: em que medida, a partir da organização das lutas coletivas em conjunto com outros trabalhadores, podemos enfrentar o conservadorismo na realidade brasileira? E como, no escopo do Serviço Social, faremos este movimento em relação a esta tendência que desde a gênese da profissão esteve presente de forma orgânica e que na contemporaneidade ensaia seu retorno? Essas são algumas ponderações para iniciarmos nossa leitura.

Adriana Ramos

Docente do Curso de Serviço Social UFF/Niterói

